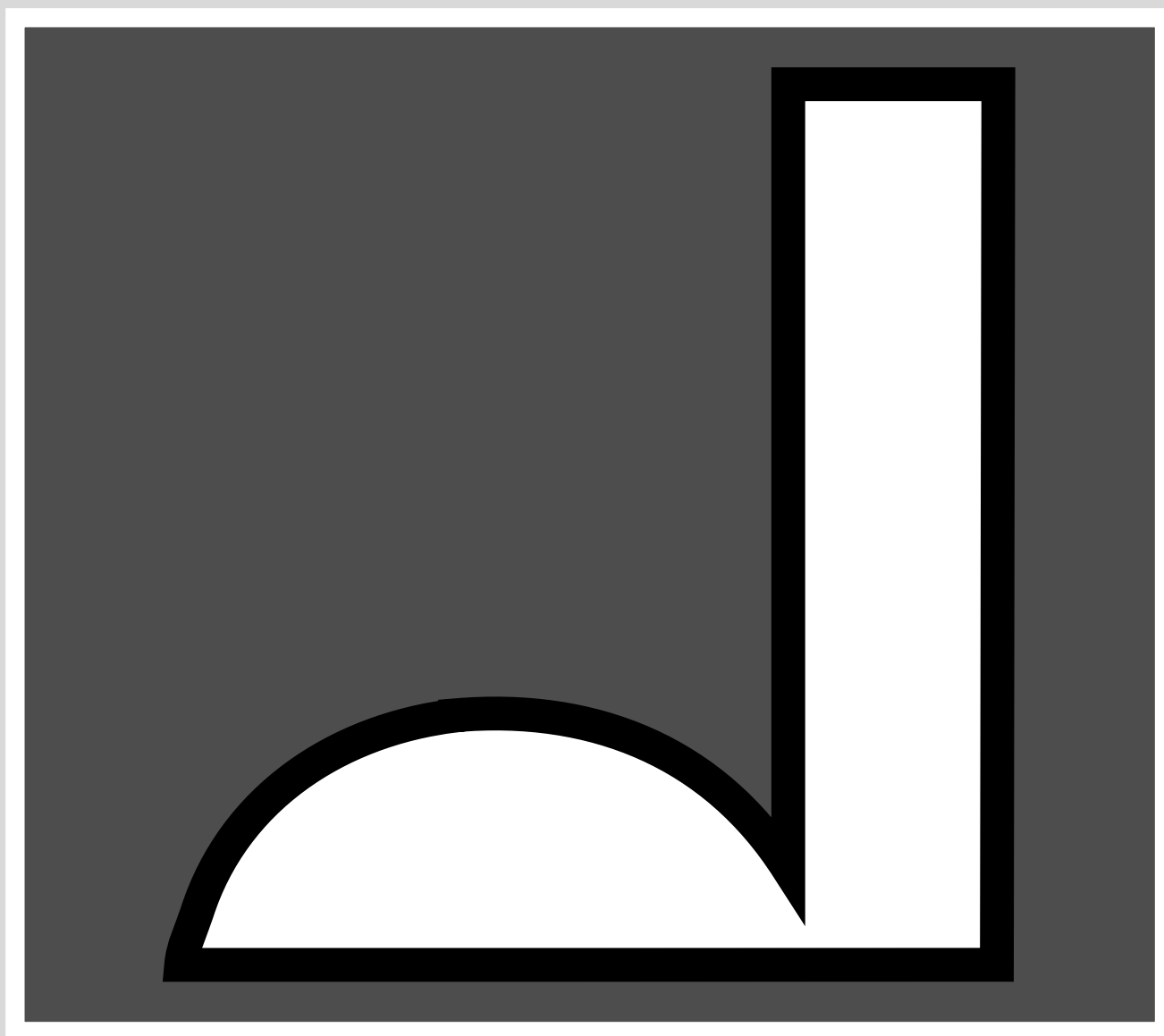




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - Nº 191 - TERÇA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2004-BRASILIA-DF

MESA		
Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i>	3º Secretário <i>Heráclito Fortes – PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i> Suplentes de Secretário 1º <i>João Alberto Souza – PMDB – MA</i> 2º <i>Serys Slhessarenko – PT – MT</i> 3º <i>Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</i> 4º <i>Marcelo Crivella – PL – RJ</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR		PROCURADORIA PARLAMENTAR
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL) Líder Tião Viana Vice-Líderes Antonio Cartos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i> LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Aloizio Mercadante</i> Vice-Líder <i>João Capiberibe</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Patrícia Saboya Gomes</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 20 Líder <i>Renan Calheiros</i> Vice-Líderes <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Hélio Costa</i> <i>Sérgio Cabral</i> <i>Luiz Otávio</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Garibaldi Alves Filho</i> LIDERANÇA DO PFL - 18 Líder <i>José Agripino</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i> José Jorge	LIDERANÇA DO PSDB – 12 Líder Arthur Virgílio Vice-Líderes Romero Jucá Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan LIDERANÇA DO PDT - 4 Líder Jefferson Péres Vice-Líderes Almeida Lima <i>Alvaro Dias (1)</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder Patrícia Saboya Gomes

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) - Atualizado em 20. 03. 2003

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 166ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 186, de 2004 (nº 750/2004, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.970, de 12 de novembro de 2004..... 37394

1.2.2 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 127, de 2004-CN, que altera os Programas Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Apoio Administrativo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007. (Mensagem nº 258, de 2004-CN, nº 754/2004, na origem). Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 37394

Projeto de Lei nº 128, de 2004-CN, que altera os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007. (Mensagem nº 259, de 2004-CN, nº 759/2004, na origem). Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 37397

Projeto de Lei nº 129, de 2004-CN, que altera os Programas Gestão da Participação em Organismos Internacionais e Gestão das Políticas de Governo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007. (Mensagem nº 260, de 2004-CN, nº 760/2004, na origem). Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão

Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 37402

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem ao economista Celso Furtado, recém-falecido. 37405

SENADOR PAPALÉO PAES – Pesar pelo falecimento do economista Celso Furtado. Aumento da carga tributária brasileira. 37408

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Falecimento do economista Celso Furtado. 37408

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Homenagem de pesar ao economista Celso Furtado, recém-falecido. 37416

SENADOR PAULO PAIM – Coincidência nas datas de morte do economista Celso Furtado e do líder negro Zumbi dos Palmares. Necessidade de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Comentários a decisões do Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. 37417

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Comentários a matérias sobre a economia mineira publicadas na Revista **Veja** e no jornal **Folha de S.Paulo**. 37420

SENADOR PEDRO SIMON – Homenagens pelo falecimento do economista Celso Furtado..... 37426

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.449, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento, dia 20 do corrente, na cidade Rio de Janeiro, do economista, pensador social e acadêmico Celso Furtado. **Aprovado**, tendo os Senadores Pedro Simon, Efraim Moraes, Marco Maciel e Eduardo Suplicy se associado às homenagens prestadas. 37426

Nº 1.450, de 2004, de autoria dos Senadores José Sarney e Tião Viana, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Conselheiro da República, ex-Ministro, Professor, Doutor em Economia e Acadêmico Celso Furtado, ocorrido no último dia 20, na cidade do Rio de Janeiro. **Aprovado**, tendo os Senadores Pedro Simon, Efraim Moraes, Marco

Maciel e Eduardo Suplicy se associado às homenagens prestadas.....	37427	gear Celso Furtado. Aprovado , tendo os Senadores Aloizio Mercadante e Marcelo Crivella e o Sr. Presidente (José Sarney), se associado às homenagens prestadas.....	37447
Nº 1.451, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Ministro Celso Furtado. Aprovado , tendo os Senadores Pedro Simon, Efraim Moraes, Marco Maciel e Eduardo Suplicy se associado às homenagens prestadas.	37427	1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação) SENADORA <i>SERYS SLHESARENKO</i> – Protesto contra o massacre de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Terra, ocorrido na localidade de Felisburgo, em Minas Gerais. Satisfação com a assinatura do protocolo de Kyoto pelo Presidente da Rússia Vladimir Putin.....	37450
Nº 1.452, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar, bem como seja observado um minuto de silêncio, pela morte do grande economista brasileiro Celso Furtado. Aprovado , tendo os Senadores Pedro Simon, Efraim Moraes, Marco Maciel e Eduardo Suplicy se associado às homenagens prestadas.....	37428	SENADOR <i>VALDIR RAUPP</i> – Homenagens de pesar ao economista Celso Furtado. Apelo ao Incra e ao Ibama no sentido de solucionar o impasse para permanência de trabalhadores rurais em áreas de reserva em Rondônia, entre os municípios de Porto Velho e Ariquemes.	37455
Nº 1.453, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do economista e professor Celso Furtado, ocorrido no último dia 20, aos 84 anos, no Rio de Janeiro. Aprovado , tendo os Senadores Pedro Simon, Efraim Moraes, Marco Maciel e Eduardo Suplicy se associado às homenagens prestadas.....	37428	1.2.6 – Leitura de requerimento Nº 1.459, de 2004, de autoria do Senador João Thomé Mestrinho, solicitando concessão de licença para tratar de assuntos de interesse particular no período de 22 de novembro de 2004 a 31 de março de 2005.....	37457
Nº 1.454, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Celso Furtado. Aprovado , tendo os Senadores Pedro Simon, Efraim Moraes, Marco Maciel e Eduardo Suplicy se associado às homenagens prestadas.....	37431	1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Embargo da Rússia à carne brasileira.	37457
Nº 1.455, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista Celso Furtado, ocorrido no último dia 20, no Rio de Janeiro. Aprovado , tendo os Senadores Pedro Simon, Efraim Moraes, Marco Maciel e Eduardo Suplicy se associado às homenagens prestadas.....	37431	SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Considerações à publicação “Financiar o Desenvolvimento: O Papel do BNDES”.....	37457
Nº 1.456, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial desta Casa com a finalidade de homenagear o grande economista brasileiro Celso Furtado. Aprovado , tendo os Senadores Aloizio Mercadante e Marcelo Crivella e o Sr. Presidente (José Sarney), se associado às homenagens prestadas.....	37446	1.2.8 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	37459
Nº 1.457, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando realização de Sessão Especial, no dia 7 de dezembro próximo, para, com profundo pesar, reverenciar a memória do ex-Ministro Celso Furtado. Aprovado , tendo os Senadores Aloizio Mercadante e Marcelo Crivella e o Sr. Presidente (José Sarney), se associado às homenagens prestadas.....	37447	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR Do Senador Aloizio Mercadante, proferido na sessão de 18 de novembro de 2004.	37462
Nº 1.458, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear Celso Furtado. Aprovado , tendo os Senadores Aloizio Mercadante e Marcelo Crivella e o Sr. Presidente (José Sarney), se associado às homenagens prestadas.....	37447	3 – EMENDAS Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 80, de 2004-CN (Mensagem nº 203, de 2004-CN, nº 656/2004, na origem).	37465
		Nºs 1 a 21, apresentadas ao Projeto de Lei nº 87, de 2004-CN (Mensagem nº 211, de 2004-CN, nº 683/2004, na origem).	37467
		4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL Nºs 157 e 158, de 2004.	37489
		5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 1.939 a 1.948, de 2004.	37490
		6 – CONVÊNIO Nº 10, de 2004, entre o Senado Federal e o Banco BMC S.A., para empréstimo a servidores, sob consignação em folha de pagamento.	37495

SENADO FEDERAL

- 7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 8 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
- 15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
- 17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 166ª Sessão Não Deliberativa, em 22 de novembro de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Heráclito Fortes,
Marcelo Crivella e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 186, de 2004 (nº 750/2004, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.970, de 12 de novembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 127, DE 2004-CN MENSAGEM Nº 258, DE 2004-CN (Nº 754/2004, na origem)

Altera os Programas Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Apoio Administrativo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Plano Plurianual para quadriênio 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, passa a incorporar as alterações constantes desta Lei.

Art. 2º Ficam alterados os Programas Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Apoio Administrativo, constantes do Anexo II da Lei nº 10.933, de 2004, na forma do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

Orgão Responsável 92000 Atividades Padronizadas

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

Consolidação dos Valores do Programa	Regionalização	Produto (Unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007
Totais	Estimado	Estimado	Totais	Estimado
Centro-Oeste	957.639.384		Fiscal Seguridade	88.962.333.292
Nacional	82.014.136.730		Despesas Correntes	81.962.333.292
Sudeste	702.769.589		Despesas de Capital	1.000.000.000
Norte	1.305.277.814		Total	88.962.333.292
Sul	1.834.790.842			
	3.841.535.519			

JOES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

Orgão Responsável 35000 Ministério das Relações Exteriores

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

Consolidação dos Valores do Programa	Regionalização	Produto (Unidade)	Regionalização	Período 2004 - 2007
Totais	Estimado	Estimado	Totais	Estimado
Centro-Oeste	4.500.000		Fiscal Seguridade	1.296.565.114
Nacional	1.286.035.374		Despesas Correntes	1.286.035.374
Sudeste			Despesas de Capital	
Norte			Total	
Sul				

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

10.000000 2004 - 2007
10.000000 2004 - 2007

MENSAGEM Nº 754

EM nº 371/2004-MP

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 3 de novembro de 2004

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Altera os Programas Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Apoio Administrativo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007".

Brasília, 16 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de alteração da programação do Plano Plurianual 2004-2007, Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, com inclusão de ação orçamentária no valor de R\$4.500.000,00, (quatro milhões e quinhentos mil reais), conforme demonstrado a seguir:

Programa/Órgão/Ação	Destino	RS 1,00 Origem
1264 - Relações do Brasil com Estados Estrangeiros	4.500.000	
35101 - Ministério das Relações Exteriores	4.500.000	
12HG - Aquisição de Imóvel Destinado a Residência da Embaixada do Brasil em São Tomé, em São Tomé e Príncipe	4.500.000	
0750 - Apoio Administrativo		4.500.000
35101 - Ministério das Relações Exteriores		4.500.000
6086 - Obras de Conservação e Restauração de Imóveis		4.500.000
Total	4.500.000	4.500.000

Programa 1264 - Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

A alteração do programa tem por objetivo incluir ação para viabilizar a aquisição de imóvel destinado à Residência da Embaixada do Brasil em São Tomé, em São Tomé e Príncipe. Cabe ressaltar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Atendendo ao disposto no art. 5º da Lei nº 10.933/2004 são apresentadas as seguintes justificativas para alteração do programa:

I. Diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida.

Demanda por serviços consulares, notariais, legais e por assistência em geral, inclusive necessidades sociais, por parte da comunidade de brasileiros radicados, domiciliados, ou em trânsito, no exterior.

II. Demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos do Plano Plurianual

A inclusão da ação 12HG - Aquisição de Imóvel Destinado a Residência da Embaixada do Brasil em São Tomé, em São Tomé e Príncipe, não acarreta qualquer prejuízo de compatibilidade do Programa em relação à sua concepção original, já que contribui para a superação do desafio número 27 do PPA 2004-2007 - Promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional.

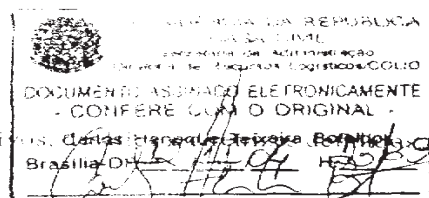
III. Identificação dos efeitos financeiros e da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual

Não há impacto financeiro para os exercícios subsequentes, uma vez que, a ação incluída será executada somente em 2004, mediante a utilização de recursos decorrentes da anulação parcial de dotações orçamentárias, no âmbito do próprio Ministério das Relações Exteriores.

A presente proposta de alteração modifica o valor total do programa previsto na Lei nº 10.933/2004. No entanto, não foi incorporada ao Projeto de Lei de Revisão Anual do PPA 2004/2007 encaminhado ao Congresso Nacional anteriormente, que deverá ser compatibilizado com este projeto de lei.

2. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a alteração da programação do Plano Plurianual 2004-2007.

Respeitosamente, *Guido Mantega*



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, observado o disposto no art. 6º desta lei.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

§ 2º As dotações orçamentárias condicionadas à aprovação dos projetos de lei previstos no **caput** serão canceladas pelo Poder Executivo, até 30 dias após a sanção da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, caso o projeto não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data da aprovação do projeto de lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais.

§ 3º A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.

§ 4º A proposta de alteração ou inclusão de programas, conterá, no mínimo:

I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II – demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

III – identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

§ 6º Considera-se alteração de programa:

I – adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo, dos indicadores ou dos índices;

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, ressalvado o disposto no art. 6º;

III – alteração do tipo, do título, do produto, da unidade de medida e das metas das ações orçamentárias;

IV – alteração dos valores estimados para cada ação, no período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização.

§ 7º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta lei.

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

§ 9º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito de ação orçamentária a ser definido na lei de diretrizes orçamentárias para 2005, o projeto de lei previsto no **caput** poderá propor agregação ou desmembramento de ações, alteração de seus códigos, títulos e produtos, desde que não modifique a finalidade das ações e não prejudique o disposto no art. 3º, § 3º, desta lei.

§ 10. O projeto de lei previsto no **caput** incorporará os ajustes decorrentes da compatibilização prevista no art. 11 da lei orçamentária para 2004.

Anexo II – Ações Orçamentária

(Ver Suplemento **DOU**, de 12-8-2004 – Edição Extra)

PROJETO DE LEI Nº 128, DE 2004-CN

Mensagem Nº 259, de 2004-CN

(nº 759/2004, na origem)

Altera os Programas Brasil Patrimônio Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, passa a incorporar as alterações constantes desta lei.

Art. 2º Ficam alterados os Programas 0167 – Brasil Patrimônio Cultural e 1038 – Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação, constantes do Anexo II da Lei nº 10.933, de 2004, na forma do Anexo a esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Programa 2004 - 2007
e Programas Alterados

Programa	0167 Brasil Patrimônio Cultural	Órgão Responsável	42000 Ministério da Cultura
Objetivo	Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro		
Unidade de medida	Sociedade		
Período de execução	31/12/2002		
Valor em R\$ 1,00	27,0		
Região	Centro-Oeste		
Nacional	217.770.846		
Nordeste	2.944.146		
Norte	1.283.594		
Sudeste	3.961.674		
Total	226.170.465		

Programa	1038 Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	Órgão Responsável	53000 Ministério da Integração Nacional
Objetivo	Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários		
Unidade de medida	Produtividade de perímetros públicos irrigados		
Período de execução	31/12/2003		
Valor em R\$ 1,00	20,0		
Região	Centro-Oeste		
Nacional	4.134.242		
Nordeste	244.281.294		
Norte	1.500.000		
Sudeste	22.501.544		
Sul	1.300.000		
Total	285.536.500		

TERADAS

Objetos

Programa	1038 Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	Órgão Responsável	53000 Ministério da Integração Nacional
Objetivo	Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários		
Unidade de medida	Produtividade de perímetros públicos irrigados		
Período de execução	31/12/2003		
Valor em R\$ 1,00	20,0		
Região	Centro-Oeste		
Nacional	4.134.242		
Nordeste	244.281.294		
Norte	1.500.000		
Sudeste	22.501.544		
Sul	1.300.000		
Total	285.536.500		

Programa	1038 Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	Órgão Responsável	53000 Ministério da Integração Nacional
Objetivo	Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários		
Unidade de medida	Produtividade de perímetros públicos irrigados		
Período de execução	31/12/2003		
Valor em R\$ 1,00	20,0		
Região	Centro-Oeste		
Nacional	4.134.242		
Nordeste	244.281.294		
Norte	1.500.000		
Sudeste	22.501.544		
Sul	1.300.000		
Total	285.536.500		

MENSAGEM Nº 759

EM Nº 376/2004-MP

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Brasília, 3 de novembro de 2004

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Altera os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007".

Brasília, 16 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de alteração da programação do Plano Plurianual 2004-2007, Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, com inclusão de ação orçamentária no valor de R\$ 927.677,00 (novecentos e vinte e sete mil seiscientos e setenta e sete reais), conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Programa/Órgão/Ação	Destino(R\$)	Origem(R\$)
0167 - Brasil Patrimônio Cultural	927.677,00	
53000 - Ministério da Integração Nacional	927.677,00	
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	927.677,00	
12DY - Implantação do Centro de Referência e Documentação do Semi-árido	927.677,00	
1038 - Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação		927.677,00
53000 - Ministério da Integração Nacional		927.677,00
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF		927.677,00
5434 - Transferência da Gestão dos Perímetros de Irrigação no Complexo Itaparica com 9.136,5 ha no Estado do Pernambuco		927.677,00
Total	927.677,00	927.677,00

**PROGRAMA 167 –
BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL**

A alteração da programação é destinada à recuperação do prédio para implantação do Centro de Referência e Documentação do Semi-árido, que funcionará como museu e, em especial, como depositário de fontes para estudos sobre a região e sobre aspectos relativos ao uso da água. Além do prédio, também será recuperado o acervo (mapas, relatórios, cartas, contratos, instrumentos técnicos) proceder-se-á à informatização e sistematização da Biblioteca do DNOCS; estruturação de espaços de atendimento, de reserva técnica e de exposições, atividades de pesquisa e consulta, palestras e visitas capacitação de professores, formação de público, lançamento de

publicações, seminários, etc. monitoramento e visitação e à celebração de parcerias com Secretaria de Educação e Cultura, museus, e fundações culturais de cidades e estados para fins de melhor utilização, acessibilidade e atualização da documentação congregada.

Atendendo ao disposto no art. 5º da Lei nº 10.933/2004 são apresentadas as seguintes justificativas para alteração do programa:

I. Diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida.

O problema se manifesta pela deteriorização e descaracterização dos bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, seja em decorrência da escassez de iniciativas de conservação

preventiva, seja de situações de origem fortuita, Com relação aos sítios arqueológicos nota-se que estes estão localizados em regiões menos desenvolvidas economicamente, criando-se uma zona de tensão para a preservação do patrimônio nas áreas de expansão agropecuária e as de menor densidade demográfica, como o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia.

Sob a este prisma, o programa visa a preservar contra a degradação os bens integrantes do patrimônio histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados e acervos. Por corolário, também busca estimular dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

II. Demonstração da compatibilidade com os megaprojetos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

A ação que se propõe concorre diretamente para a consecução do objetivo do programa 0167 –Brasil Patrimônio Cultural, qual seja o de “preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro” de sorte a valorizar a cultura nacional em uma estratégia de desenvolvimento que prevê crescimento econômico e social, com redução das desigualdades regionais, ao mesmo tempo em que fortemente se orienta para o recrudescimento das ações de fomento à cidadania e à democracia.

Desta forma, a preservação da memória concorre para destacar a identidade e a cultura nacionais, e a sua difusão cultural fortalece a cidadania e é pressuposto de inclusão social e política, princípios balizadores para se construir uma sociedade efetivamente democrática. Em virtude, também, da sua localização espacial da ação proposta, é correto afirmar que os benefícios diretos, tanto do investimento, quanto da manutenção posterior de ações de incentivo à pesquisa e à produção cultural e científica, assim como as abertas à exploração turística, setor fortemente empregador de mão-de-obra de menor qualificação, serão percebidos pela população de área com desenvolvimento tardio, auxiliando a reduzir desigualdades regionais.

Neste interim, a ação contribui sinergicamente com outras iniciativas para materializar as escolhas

públicas manifestadas pelo programa, este em harmonia com o Megaobjetivo II – Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais, no desafio 20 – Reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), valorizando as identidades e diversidades culturais e estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local; e também coerente com Megaobjetivo III – Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, no desafio 24 Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais.

III. Identificação dos efeitos financeiros e da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual

Trata-se de substituição de destinação de recursos consignados em dotação própria no Orçamento, de ação já prevista no Plano Plurianual. Em virtude da revisão da capacidade, necessidade e oportunidade dos dispêndios até o final do exercício de 2004, o remanejamento foi proposto pelo Ministério da Integração Nacional para melhor destinar valores já previstos, suplementando um e reduzindo o valor financeiro de outro programa de Governo, mas sem alteração de cômputo geral. Desta feita, em atendimento ao que dispõe o art. 63, § 11, da Lei nº 10.707, de 2003, cumpre-me ressaltar que a alteração proposta não afeta a meta de resultado primário estabelecida para o período do Plano Plurianual em vigor para o quadriênio 2004/2007, baia vista originar-se de cancelamento de dotação já autorizada para execução.

A presente proposta de alteração modifica o valor total do programa previsto na Lei nº 10.933/2004. No entanto, não foi incorporada ao Projeto de Lei de Revisão Anual do PPA 2004/2007 encaminhado ao Congresso Nacional anteriormente, que deverá ser compatibilizado com este projeto de lei.

2. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a alteração da programação do Plano Plurianual 2004-2007.

Respeitosamente, –

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

.....
Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, observado o disposto no art. 6º desta Lei.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

§ 2º As dotações orçamentárias condicionadas à aprovação dos projetos de lei previstos no **caput** serão canceladas pelo Poder Executivo, até 30 dias após a sanção da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, caso o projeto não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data da aprovação do projeto de lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais.

§ 3º A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.

§ 4º A proposta de alteração ou inclusão de programas, conterá, no mínimo:

I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II – demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual;

III – identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

§ 6º Considera-se alteração de programa:

I – adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo, dos indicadores ou dos índices;

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, ressalvado o disposto no art. 6º;

III – alteração do tipo, do título, do produto, da unidade de medida e das metas das ações orçamentárias;

IV – alteração dos valores estimados para cada ação, no período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização.

§ 7º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta lei.

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

§ 9º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito de ação orçamentária a ser definido na lei de diretrizes orçamentárias para 2005, o projeto de lei previsto no **caput** poderá propor agregação ou desmembramento de ações, alteração de seus códigos, títulos e produtos, desde que não modifique a finalidade das ações e não prejudique o disposto no art. 3º, § 3º, desta lei.

§ 10. O projeto de lei previsto no **caput** incorporará os ajustes decorrentes da compatibilização prevista no art. 11 da lei orçamentária para 2004.

.....
Anexo II – Ações Orçamentárias

(ver Suplemento **DOU** de 12-8-2004-Edição Extra)

LEI Nº 10.707, DE 30 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e das outras providências.

.....
Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2004.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2004, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considere-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de

motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, inciso III, alínea **a**, desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

PROJETO DE LEI Nº 129, DE 2004-CN

MENSAGEM Nº 260, DE 2004-CN

(Nº 760/2004, na origem)

Altera os Programas Gestão da Participação em Organismos Internacionais e Gestão das Políticas de Governo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, passa a incorporar as alterações constantes desta lei.

Art. 2º Ficam alterados os Programas Gestão da Participação em Organismos Internacionais e Gestão das Políticas de Governo, constantes do Anexo II da Lei nº 10.933, de 2004, na forma do Anexo a esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, –

MENSAGEM Nº 760

EM Nº 377/2004-MP

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Brasília, 3 de novembro de 2004

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera os Programas Gestão da Participação em Organismos Internacionais e Gestão das Políticas de Governo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007”.

Brasília, 16 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de alteração da programação do Plano Plurianual 2004-2007, Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, com inclusão de ação orçamentária no valor de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais), conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Programa/Órgão/Ação	Destino	Origem
0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais	21.000	
20101 - Gabinete da Presidência da República	21.000	
09KF - Contribuição à Associação Internacional de		
Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS	21.000	
1004 - Gestão das Políticas de Governo		21.000
20101 - Gabinete da Presidência da República		21.000
6215 - Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento		
Econômico e Social		21.000
Anulação Parcial de Dotação Orçamentária		21.000
Total	21.000	21.000

PROGRAMA 681 – GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

alteração da programação, via inclusão de nova ação no programa referido acima, possibilitará ao Brasil atuar como membro efetivo da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS, estando, assim, apto a participar plenamente de suas decisões.

I. Diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida.

Não cabe especificar o problema, pois se trata de programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas”, voltado ao planejamento e à formação de políticas setoriais, bem como à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade do Órgão.

II. Demonstração da compatibilidade com os mega-objetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

O objetivo do programa é assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse, vinculado ao objetivo setorial de

assegurar a adequada participação de delegações brasileiras em negociações internacionais no âmbito tanto bilateral quanto multilateral. Esse objetivo alinha-se com o desafio do governo de promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional. A inclusão de ações de outros órgãos nesse programa, que tem caráter multissetorial, é reflexo dessa necessidade de assegurar a participação do Brasil em organismos internacionais de seu interesse, estando, portanto, de acordo com os desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual 2004/2007.

III. Identificação dos efeitos financeiros e da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual

Não há impactos financeiros ao longo do período de vigência do Plano Plurianual, já que os recursos são provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias.

A presente proposta de alteração modifica o valor total do programa previsto na Lei nº 10.933/2004.

No entanto, não foi incorporada ao Projeto de Lei de Revisão Anual do PPA 2004/2007 encaminhado ao Congresso Nacional anteriormente, que deverá ser compatibilizado com este projeto de lei.

2. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetiva alteração da programação do Plano Plurianual 2004-2007.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007

.....
Anexo II _ Ações Orçamentárias
(ver Suplemento **DOU** de 12-8-2004 – Edição Extra)
.....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 27-11 Prazo para publicação e distribuição em avulsos;

Até 11-12 Prazo para realização de audiências públicas;

Até 14-12 Prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei;

Até 15-12 Encerramento da sessão legislativa.

Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Há oradores inscritos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será dada a palavra a V. Exª após o Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, a que nos assistem por intermédio do sistema de comunicação do Senado, quis Deus que estivesse presente a esta sessão de segunda-feira o Líder do Governo, o economista e Senador Aloizio Mercadante. Não vamos buscar o que nos separa – siglas partidárias –, mas o que nos une – sonhos, ideais, o amor pelo Brasil e a admiração a certos vultos nacionais.

Hoje, tive o prazer de ler um artigo do Senador Aloizio Mercadante no qual faz uma análise da vida e da obra do economista Celso Furtado, homenageando-o.

O Nordeste fica empobrecido porque perdeu aquele que sonhava de uma forma diferente. Há milhares de economistas. Aliás, Senador Paulo Paim, entendo que as melhores economistas são as donas-de-casa brasileiras, as mulheres dos trabalhadores brasileiros, que ganham um salário mínimo tão baixo, que nunca atingiu o valor com que sonha o Senador Paulo Paim.

O que nos faz vir à tribuna é o significado. Tudo nos remete a Celso Furtado. Este ambiente existe graças à ousadia de Juscelino Kubitschek.

Senador Aloizio Mercante, a nossa geração – V. Exª é um pouco mais novo – era muito ligada aos filósofos. Predominou no Brasil, quer no começo da política imperial, quer no nascimento da República, a filosofia positivista de Auguste Comte. Daí surgiram os dizeres da nossa bandeira: “Ordem e Progresso”. O francês Auguste Comte influenciou muito o Brasil. Aliás, toda a França. Paris era a capital do mundo, da democracia. A França deu seu grito com o lema: “liberdade, igualdade, fraternidade.” Foram influenciados por uma filosofia que tinha como inspiração o amor, como base a ordem e como fim o progresso.

O nosso economista, paraibano, era positivista. O que o diferenciava dos demais? Acreditar naquilo que é mais importante: o ser humano.

Em 2001, em sua última entrevista, ao jornal **Brasil de Fato**, deixou a mais bela mensagem aos economistas. Perguntaram-lhe: professor Celso Furtado, quais são os problemas fundamentais da sociedade brasileira atual? Senador Papaléo Paes, atentai bem! Presidente Lula, atentai bem! Esse homem do Nordeste, com a simplicidade do Nordeste, respondeu: “O primeiro desafio é dar prioridade ao problema social e não ao econômico”. Isso o distinguiu dos demais.

Senador Aloizio Mercadante, quando fui Governador do Piauí negociamos a nossa dívida. Quero ajudar V. Exª e penso que o único problema do País é a dívida dos Estados, pois é uma carga muito pesada. Eu ad-

vertia que só tem um jeito, que não há outro caminho: tem de ter coragem. Sofri o problema e quero ajudar.

Então, eles renegociaram a dívida com uns Estados com 13% e com outros com 11%, como foi o caso do Piauí. Ainda hoje me acusam, porque assinei e fui forçado. Consegui 11% devido ao meu temperamento – contestei todos os economistas –, porque já estava pronto para ser assinado e homologado o documento com 13%.

Senador Aloizio Mercadante, para reduzir os dois pontos percentuais, tive que fazer uma apelação sentimental. Deus ajudou um pouquinho o Piauí, porque para nós, segundo a insensibilidade dos técnicos, seriam 13%, mas havia outros Estados com 11%. Eu queria os 11%, mas eles estavam irredutíveis. E eu dizia para eles: vocês nunca viram a pobreza que há em lugares como Guariba, Acauã, pois o destino de vocês é Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Washington, Paris, Tóquio, Banco Mundial, Bird! Eu me recusava a assinar e brigava, irreverente.

Em substituição ao Ministro Pedro Malan – acho que Deus estava ajudando o Piauí – veio o Ministro Pedro Parente, filho de um homem do Piauí. “Mateus, primeiro os teus”. Então, apelei para o sentimento. Não é assim. A Federação é o pai e a mãe. E o filho doente tem de ser tratado diferentemente. O Piauí está doente e não pode receber um percentual de 13%. Creio que o Piauí deve isto ao Pedro Parente, que impôs, contrariando todos os técnicos, que o Piauí ficasse. Mas é pesadíssimo, porque nessa renegociação muitos fatores não entraram. Ela aumentou.

Entendo, Senador Aloizio Mercadante, que as outras são imutáveis. Nenhum Governador, seja de São Paulo ou do Piauí, poderá diminuir o funcionalismo público. A Lei Camata já diminuiu e a máquina tem de existir. Nenhum deles vai diminuir o que o Estado tem de gastar com a Justiça, o percentual de 6%; com o Poder Legislativo; com o Ministério Público ou com a Defensoria Pública; os 25% da educação; ou os 11% da saúde.

Senador Papaléo Paes, o único fator mutável para que um Governador possa respirar, administrar e proteger o seu povo é a dívida, por meio da renegociação, ampliação de espaços e diminuição do percentual. Mas disso ninguém fala. Todos fogem, porque vai de encontro ao dinheiro, ao poder econômico, aos banqueiros que muito ganham.

Celso Furtado esclarece que o primeiro desafio é dar prioridade aos problemas sociais, e não aos econômicos. Os problemas econômicos são aqueles que os economistas sabem equacionar razoavelmente, embora tropecem na interpretação de problemas macro ou micro. Às vezes, raciocinam no plano micro

e inferem solução no ponto de vista macroeconômico, o que faz com que seja difícil sair da situação.

Contudo, não creio que seja somente por isso. O Brasil investiu muito, criou o sistema industrial dos mais poderosos do mundo, sendo hoje uma economia que pesa no sistema de decisões. Por outro lado, apresenta graves limitações. A capacidade de se autodirigir, criar seu próprio destino é extremamente limitada, o que tem a ver com o fator social, e não com o econômico. Se o Brasil proceder à identificação dos problemas sociais, conseguirá criar um tipo novo de opinião pública.

Faço esta homenagem porque vivi essa geração. Vi nascer no Nordeste um dos frutos mais importantes do sonho de Juscelino Kubitschek, o desenvolvimentista que imaginou o tripé industrial no Sul, o pai da indústria moderna. Brasília, sonho de José Bonifácio – a minha geração via no mapa do Brasil um quadrilátero e não entendia –, era um sonho desde o Império, que se manteve com a bandeira positivista de Ordem e Progresso. A transferência da capital para o centro do País viria para unir todos nós.

Juscelino ousou e tornou o Sul forte com o seu parque industrial. Todos nós vimos e andamos no sonho do primeiro fusca. E Brasília, como modificou? Então, ele imaginou um tripé e criou a Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que seria o elo. Sou testemunho porque tenho um irmão economista, que entrou na primeira leva por concurso. Vi aquela juventude dedicada, idealista: Delile, Leonides, Salmite, Paulo, economistas que promoveram o desenvolvimento do Nordeste por intermédio da Sudene.

Senador Aloizio Mercadante, o que considero mais importante na Sudene vem das palavras de Padre Antônio Vieira: “Um bem nunca vem só.” E, por Antoine de Saint Exupéry: “O essencial é invisível aos olhos.”

A Sudene fomentou a industrialização do Nordeste, que aí está, bem ou mal. Se houve corrupção, vamos fazer uma CPI, vamos botar o ladrão na cadeia, mas vamos ressuscitar a Sudene. O mais importante na Sudene foi o homem, Senador Aloizio Mercadante. Ela foi a primeira universidade do Nordeste, formando homens, técnicos capazes e responsáveis.

De 1995 a 2001, quando governei o Estado do Piauí, vários secretários e técnicos eram oriundos da Sudene, onde adquiriram experiência.

Aqui está o livro “Seminário Internacional de Celso Furtado: A Sudene e o futuro do Nordeste”, homenagem aos 80 anos de Celso Furtado e aos 40 anos da criação da Sudene. Foi lançado em junho de 2000. A Sudene teria, hoje, 44 anos.

O livro contém um discurso de José Targino Maranhão, atual Senador pela Paraíba, em homenagem

ao aniversário de 80 anos desse grande homem Celso Furtado.

A Sudene deve ser vista como no tempo em que foi criada, em dezembro de 1959. Os Governos eram tímidos, eram acanhados, então, iam buscar o planejamento dos técnicos da Sudene. Hoje cada Estado se tornou auto-suficiente, com seus secretários de planejamento e suas estruturas. Mas, durante todos esses anos, o mais importante da Sudene foi a formação de técnicos competentes e capazes de administrar qualquer situação e possibilidade de riqueza para o Nordeste combater a pobreza.

Fui Prefeito de minha cidade e desde então reconheço a importância da Sudene. Nas horas de dificuldades e nos dramas da seca, a Sudene tinha estrutura para minimizar as emergências.

Senador Aloizio Mercadante, outro dia ouvi V. Ex^a citar Shakespeare. Palavras e mais palavras foram ditas, mas a maior homenagem que poderíamos fazer a Celso Furtado seria a ativação do programa de recriação da Sudene.

Lembro que o projeto de recriação da Sudene tramita nesta Casa, sendo Relator o grande e experiente dono do Nordeste, o Senador Antonio Carlos Magalhães – e o projeto já passou a Câmara Federal.

Celso Furtado criou a instituição em 1958. Portanto, é lógico que ela tem que ser modernizada, tem que ser modificada, tem que ser atualizada e, sobretudo, tem que ser moralizada. É preciso criar uma estrutura em que a ética predomine, para que nunca mais haja corrupção nessa instituição, inspirada no trabalho de Juscelino, que teve a grande idéia de entregá-la a Celso Furtado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é a homenagem que devemos prestar a Celso Furtado, viabilizando o quanto antes a Sudene, que, sem dúvida, foi uma das melhores sementes que ele plantou em sua vida fecunda.

Aproveito os minutos finais do meu pronunciamento para fazer um registro. Lá, no meu Piauí, na cidade de São Raimundo Nonato, Senador Paulo Paim, onde está a Serra da Capivara, berço do homem americano, houve uma competição de ciclismo, Senador Papaléo Paes. Nessa oportunidade, segundo o **Globo Esporte** noticiou, faleceu uma ciclista. Certamente, não consultaram os cardiologistas amigos do Senador Papaléo para um **check-up**! Foram para um hospital – atentai, bem – e lá havia uma placa: Governador Francisco de Moraes Souza.

A bem da verdade, Senador Efraim Morais, é preciso ser mais cuidadoso. São Raimundo Nonato é uma cidade que tem um quadro médico muito bom, mas os hospitais que progrediram foram os privados,

como é comum no Brasil. E este Governador de Estado encontrou, no lugar de um hospital, uma pocilga e investiu muito nela. Em 1997, eu o reinaugurava; eu reabria um hospital que tinham abandonado, porque os altos investimentos em saúde eram privados.

Lembro-me da festa, em 1997. Ao meu lado, Senador Papaléo Paes, estava o Deputado Federal Marcelo Castro, médico, professor, psiquiatra renomado, um dos mais brilhantes Parlamentares. Aliás, Senador Mercadante, eu gostaria de fazer um pedido: se o PMDB tiver direito a alguma coisa, chame esse Marcelo Castro e lhe entregue um ministério. Trata-se do mais competente filho de São Raimundo Nonato, médico. Senador Papaléo, jamais ele permitiria uma farsa em sua cidade. E ele estava na inauguração. Pegamos um hospital acabado e o reconstruímos com as mais avançadas clínicas traumatológicas, oftalmológicas etc; e o Ministro da Saúde criou, rudimentarmente, uma UTI com duas unidades, com dois leitos – isso em 1997.

Senador Aloizio Mercadante, o Presidente da República, no ano de 2000, resolve comemorar os 500 anos do Brasil. A primeira comemoração foi em São Raimundo Nonato. O avião de Sua Excelência pousou no aeroporto que construímos. Senador Papaléo Paes, quando um Presidente da República visita uma cidade, segue com ele uma equipe médica precursora; e essa equipe, no ano de 2000, foi a esse hospital e disse que as suas instalações eram satisfatórias para atender até o Presidente da República.

Governei o Piauí até o dia 06 de novembro de 2001. Em 2004, após me sucederem no Governo o Senador Hugo Napoleão e o PT, tiraram os aparelhos do hospital e os levaram para a capital. Em 2000, repito, a equipe precursora de médicos do Presidente da República fez uma vistoria e considerou satisfatório o hospital. Disseram que ele estaria em condição de atender até o Presidente da República; a esposa do Presidente da República e toda a comissão. Isso é o que tem que observar o Ministro Humberto Costa.

À época, fomos orientados pelo Ministro da Saúde para implantar três leitos de UTI, em São Raimundo Nonato; e quatro, em Valença, no interior. Mas esses leitos também foram retirados de lá e levados para a capital.

Eu queria fazer esse esclarecimento e dizer que, no momento em que reabrimos aquele hospital, do meu lado estava o Deputado Federal, nascido naquela cidade, e médico Marcelo Castro. S. Ex^a, que é, sem dúvida alguma, um dos mais competentes Parlamentares deste Congresso, jamais permitiria que se tratasse de uma farsa.

Está tudo acabado em matéria de saúde no Brasil, Senador Paulo Paim! Esta, a advertência que faço. A saúde do Piauí é avançada para quem tem dinheiro para pagar hospital privado e para quem possui plano de saúde. E isso não ocorre apenas no Piauí ou em São Raimundo Nonato, mas no Brasil todo. O Ministro da Saúde tem que ser mais austero e mais responsável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes para fazer uma comunicação inadiável.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero registrar a felicidade de ouvir o Senador Mão Santa, que faz referência a um grande homem brasileiro, que representa para todos nós o símbolo do estadista e que veio de falecer nesse último fim de semana.

S. Ex^a circulava em todas as correntes políticas, seja da Direita, seja da Esquerda. Era respeitado por todos e prestou um grande serviço para esta Nação. Logicamente ele poderia ter sido muito mais aproveitado pela sua inteligência, pelos seus projetos e pela sua capacidade de articular.

Quero incorporar o meu pronunciamento a todos aqueles que estão prestando as devidas homenagens a Celso Furtado neste momento. Senadores como Aloizio Mercadante já tomaram a iniciativa de prestar uma homenagem em nome desta Casa.

Estamos falando de um grande economista brasileiro que se foi, e a minha comunicação inadiável, Sr. Presidente, é exatamente relacionada à questão econômica, que muito aflige o povo brasileiro.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, em seu estudo Radiografia da Tributação no Brasil, diz que a carga tributária do País está fundada em dois parâmetros que, juntos, representam 75,74% dos impostos e taxas arrecadados: bens/serviços e salários incidindo diretamente sobre a produção e o faturamento da empresa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o mesmo estudo conclui que a carga tributária brasileira sobre os salários é de 41,74%, a segunda maior do mundo, atrás apenas da Dinamarca.

Senador Mão Santa, V. Ex^a já repetiu nesta tribuna, várias vezes, que, hoje, o assalariado – e cita sempre o exemplo do médico – trabalha quatro meses e meio para o Governo, ou seja, no final do ano, o que paga de imposto é o correspondente a quatro meses e

meio do seu trabalho, quando, há alguns anos, no início das nossas atividades profissionais, com certeza, esse valor atingia no máximo um mês de trabalho.

Isso, segundo o tributarista Gilberto Luiz Amaral, inibe a geração de empregos e induz à informalidade. Vai contra uma tendência mundial de diminuir a carga tributária sobre salários que, de 2000 para 2001, caiu em 19 países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OCDE.

A carga tributária brasileira tem aumentado a cada ano, de 36,91% do PIB, em 2002, até atingir, no primeiro semestre deste ano, o percentual de 38,11%. Estudos mostram que o aumento da carga tributária foi puxado, principalmente, pela arrecadação de impostos e contribuições, que tem crescido acima do PIB em 2004, o que foi confirmado pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que admitiu o fato no último dia 10 de novembro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo a análise do tributarista Gilberto Amaral, para se ter uma idéia, a carga tributária brasileira, na década de 70, época do auge do crescimento, representava um patamar médio de 23% do PIB e, hoje, é de 38,11%. Diante desse quadro, o Presidente do IBPT ressalta que a sociedade clama por uma reforma que simplifique o sistema tributário, reduza tributos, assim como a quantidade de normas e de obrigações acessórias, e que distribua a carga tributária entre diversos setores.

Não podemos apenas os cidadãos, pois cada brasileiro deverá pagar de tributos, em 2004, um valor correspondente a R\$3.589,14. Em 2003, cada um pagou, em média, R\$3.092,47 em impostos. Ou seja, os impostos aumentaram mais de R\$500,00 em apenas um ano.

Diante desses dados, é óbvio que precisamos de uma redução no custo tributário, pois o Brasil está perdendo competitividade em termos mundiais. Antes de dizer que não pode haver queda na arrecadação, é necessário promover a correta aplicação do dinheiro público, isso se se quiser falar em justiça social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, por vinte minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde com o sentimento de que o de-

bate intelectual, no Brasil, sofreu um grande impacto, uma grande perda. Celso Furtado era mais do que um mestre. Era uma referência intelectual de quase meio século não somente da parcela mais expressiva dos economistas brasileiros, mas também dos sociólogos, dos historiadores e de todos aqueles que, em algum momento da vida, tentaram entender este País com profundidade e contribuir para que o Brasil pudesse se construir como Nação.

Celso Furtado sempre foi um símbolo da esperança de transformação do nosso País e da luta para a superação do nosso passado de dependência e desigualdade social. Ele marcou toda a sua vida pelo sonho de ver o Brasil desenvolvido. O desenvolvimento, para Celso Furtado, não era apenas um processo econômico, mas envolvia, também, dimensões sociais, éticas e políticas, dentro dos valores da democracia, da soberania e da cidadania.

Celso Furtado deixou uma obra extremamente vasta. Seu primeiro livro é de 1946, **Contos da vida expedicionária: De Nápoles a Paris**. Em 1948, escreveu **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. Em 1954, há meio século, **A economia brasileira**, um livro extremamente importante. Logo em seguida, **Perspectivas da economia brasileira**. Em 1956, escreveu **Uma economia dependente**. Em 1959, **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**, **A formação econômica do Brasil** e **A operação Nordeste**. Em 1961, um livro clássico, **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**, em que o capítulo a respeito do desenvolvimento é, talvez, uma das explicações mais bem acabadas, articuladas e indispensáveis para quem quiser se aventurar nesse tema. Em 1962, **Subdesenvolvimento e Estado democrático** e **A pré-revolução brasileira**. Em 1964, **Dialética do desenvolvimento**. Seguem-se obras e obras, mais de 35 livros, que ele publicou ao longo de sua vida.

Mas quero falar a respeito da primeira fase de Celso Furtado, que começou a produzir intelectualmente em um cenário de pós-guerra, em que a experiência da 1ª Guerra Mundial, do Tratado de Versailles e das imposições que os países vitoriosos fizeram à Alemanha derrotada acabaram gerando um sentimento de revanchismo, de nacionalismo e de belicismo que conduziu à 2ª Guerra Mundial.

A 2ª Guerra Mundial, durante a qual Celso Furtado serviu à FEB, Força Expedicionária Brasileira, deixou, exatamente pela experiência da 1ª Guerra, uma

nova atitude: a formação da ONU e o acordo de Bretton Woods. Começou-se a debater, naquele contexto histórico, a necessidade, para a paz duradoura, não só de uma instituição multilateral como a ONU, mas, mais do que isso, de se constituírem instituições que ajudassem no desenvolvimento de países subdesenvolvidos, que fossem capazes de prever crises e de ajudar no socorro às crises econômicas.

Foi, assim, constituído o Fundo Monetário Internacional, que, ao longo da História, ficou muito distante do projeto original de um fundo de solidariedade e de socorro econômico mais ou menos inspirado no Plano Marshall, de recuperação da Europa – um fundo permanente –, como parte de um esforço dos vitoriosos de não repetir os erros cometidos depois da 1ª Guerra Mundial.

É nesse cenário que é criada a Cepal – Comissão Econômica para a América Latina, em 1949, que vai pensar a especificidade do desenvolvimento e do subdesenvolvimento; a especificidade do desenvolvimento da América Latina. E, nesse cenário, onde o Manifesto de Raúl Prebisch é a grande peça que vai orientar a reflexão econômica e o debate teórico, ali, no final dos anos 40, início dos anos 50, que a figura brilhante de Celso Furtado começa a despertar. Um homem que vai dedicar toda a sua vida a esta questão histórica: como desenvolver o subdesenvolvimento, como constituir um projeto de nação, como impulsionar o processo produtivo.

E, na sua primeira fase teórica, mostrando exatamente aquela análise do dualismo entre centro e periferia, ele procura demonstrar que a periferia somente teria chance se ousasse, para construir uma estratégia própria de desenvolvimento. Considerava que nessa estratégia o Estado deveria ter um papel determinante de regulador, de promotor do desenvolvimento, e a industrialização deveria ser uma referência fundamental para que se pudessem construir bases produtivas que superassem a dependência tecnológica, a dependência financeira e, portanto, a desigualdade que carregávamos, pelo passado escravista e colonial.

Com muito apreço, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – É bom que sobre Celso Furtado, na tarde de hoje, fale V. Exª. Senador Aloizio Mercadante. V. Exª é um dos melhores valores da vida pública desta geração. É um político de grande talento pessoal e imenso prestígio popular,

estudioso, dedicado e um dos melhores valores desta geração de economistas. Portanto, V. Ex^a fala a linguagem do político e a linguagem do economista. Este País não tem a tradição de cultuar os seus grandes valores. Celso Furtado merece esta homenagem que V. Ex^a hoje presta a ele. Celso Furtado é de uma geração oriunda da época de Eugênio Godin e Roberto Campos, e tem essa dimensão, esse valor. Foi um cientista da economia no Brasil. V. Ex^a disserta sobre o que ele fez no Brasil e no exterior. Eu citaria apenas um episódio: estive na França algumas vezes, onde Celso Furtado residia e era professor da universidade. Sempre que ia a Paris, visitava Celso Furtado. Não o encontrava nos restaurantes do Champs-Élysées, e sim em sua residência, cercado de livros por todos os lados, estudando e se dedicando à sua ciência: à Ciência Econômica. Era em um homem em que se podia, de fato, acreditar. A sua bússola era a do conhecimento, a da inteligência e a do saber. Portanto, ao tempo em que homenageio a memória de Celso Furtado, cumprimento a V. Ex^a por trazer o nome, a história e o exemplo do economista ao Plenário do Senado da República.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a pela generosidade das palavras, reforçando essa grande figura histórica que foi Celso Furtado. E V. Ex^a, que acompanhou toda a vida pública ao longo desse período, sabe da importância intelectual que ele teve na questão de impulsionar o desenvolvimento do subdesenvolvimento, de provocar uma reflexão, de romper com a visão colonizadora, de buscar um pensamento novo, ousado, específico, do que somos como sociedade, como Nação, como povo e como região no Planeta. E foi dentro dessa perspectiva que ele não apenas vai ser um grande teórico, com 35 obras publicadas, algumas como **Formação Econômica do Brasil**, uma obra obrigatória em todos os cursos de economia – não há como se formar um economista sem passar por uma obra que é o marco do pensamento econômico brasileiro –, mas também atuar na vida pública. Por exemplo, na Operação Nordeste, ele vai ser o grande mentor de um movimento político do qual o Presidente José Sarney e outros participaram, naquela ocasião, de tratar a questão do desenvolvimento regional com a importância histórica que já tinha, embora não entrasse na agenda nacional e tantas vezes tenha desaparecido da vida pública deste País. E surge a Sudene. Ele foi o grande elaborador da Sudene, da Operação Nordeste, influenciando o Plano de Metas, grande plano de industrialização,

que permitiu o Brasil trazer a indústria automotiva, a de base, a metal-mecânica, a de material elétrico, ter um crescimento acelerado com os grupos executivos de Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília, a indústria pesada. Com isso, toda a indústria da construção civil puxou o emprego. É verdade que foi um financiamento inflacionário, que vai gerar instabilidade posterior, mas Celso Furtado deixou a sua marca naquele momento ao propor a constituição da Sudene que, durante 30 anos, mesmo com dificuldades, com problemas, foi um instrumento de desenvolvimento regional extremamente importante.

Passo a palavra ao grande Senador Efraim Morais, por sinal paraibano como Celso Furtado.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a presta uma homenagem, hoje, no Senado Federal, ao grande brasileiro que foi Celso Furtado, respeitado e admirado por todos os brasileiros. Ele era paraibano, da cidade de Pombal, no sertão da Paraíba, e, com certeza, honrou as tradições da nossa querida Paraíba, tornando-se rapidamente um dos grandes brasileiros que todos nós aprendemos a respeitar, independente de posições políticas e de qualquer tendência político-partidária. Celso Furtado estava acima de todos. Por isso, todos nós o respeitamos. V. Ex^a sabe, como bom economista que é, que Celso Furtado, homem público, Ministro, político, intelectual, que fez de tudo na vida, foi o economista mais importante do Brasil, permita-me, como economista dizer. Quando da criação da Sudene e na época em que se destacou, fora do País, com a sua Tese, diária que, lamentavelmente, o nosso paraibano, o nosso brasileiro, o grande Celso Furtado morreu sem ver realizado o seu maior sonho: exatamente o do equilíbrio nacional, que ele tanto defendeu quando desenvolveu a Sudene como superintendente. Não tenho a menor dúvida de que, com a morte de Celso Furtado, o País perdeu um dos seus mais importantes e notáveis filhos. Aqui fica a nossa homenagem também a esse paraibano, em nome de todos os paraibanos, que sempre souberam respeitar a figura extraordinária de Celso Furtado. Parabéns a V. Ex^a pela homenagem que presta a Celso Furtado, nesta tarde, no Senado da República.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço ao Senador Efraim Morais.

Seguramente, a Paraíba tem em Celso Furtado uma referência histórica, assim como todo o Nordeste e toda a Nação brasileira.

De fato, ele não somente é o maior economista, com a maior produção intelectual, como a produção intelectual de maior reconhecimento internacional. Celso Furtado estudou e deu aulas nas mais importantes universidades, como Sorbonne, London School e em muitas outras universidades. Onde havia algum espaço para pensar o desenvolvimento do subdesenvolvimento, Celso Furtado esteve presente, seus artigos são publicados, seus livros são traduzidos e sua contribuição intelectual é valorizada.

Chegamos, inclusive, aqui no Plenário do Senado Federal, por minha iniciativa, que foi aprovada por unanimidade, a sugerir sua indicação para o Prêmio Nobel de Economia, exatamente por toda essa obra e por esse reconhecimento. Talvez se ele não fosse paraibano e brasileiro, essa obra intelectual tivesse um reconhecimento ainda maior. O fato de ele pertencer à América Latina, de ser um economista de um país subdesenvolvido, não propiciou o reconhecimento internacional, apesar da globalização do seu pensamento, do reconhecimento em várias universidades, de todos os teóricos, da importância histórica que tem essa contribuição, do significado que tem. Se algum Prêmio Nobel deveria ser dado a um país em desenvolvimento, seguramente deveria ter sido a um pensador com a grandeza de Celso Furtado, que inovou, que quebrou paradigmas, que avançou por caminhos que nunca foram pensados, que tratou de temas que nunca foram tratados, exatamente porque a essência do seu pensamento é a de que não há possibilidade de um país da periferia do sistema, de um país com as relações de dependência econômica, tecnológica e financeira – porque carrega o passado escravista colonial – desenvolver-se sem buscar uma nova estratégia, o seu próprio modelo de desenvolvimento, romper com os paradigmas e ideologias que nos são impostas, ao longo da História, pelos países colonizadores. Esta é a essência de seu pensamento: sonhar o desenvolvimento do Brasil, propor um desenvolvimento novo, próprio, rompendo com esses valores que, sobretudo, no pensamento acadêmico, tantas vezes foi dominante.

Passo a palavra ao nobre Líder José Agripino, que muito nos honra com seu aparte.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Aloizio Mercadante, temos militado em campos opostos, mas tenho por V. Ex^a um apreço especial, porque é um homem de gestos nobres, como o que está praticando agora. Eu gostaria muito de também pronunciar-me,

fazendo um elogio público a um brasileiro chamado Celso Furtado. Eu não conheci Celso Furtado, mas ele foi muito amigo do meu modelo de homem público, que se chamou João Agripino, meu tio, paraibano, Governador, Deputado Federal, Senador, Ministro, Presidente do Tribunal de Contas da União – largo currículo – e foi amigo íntimo de Celso Furtado. Por meio de meu tipo, eu conheci as virtudes de Celso Furtado, que, para nós nordestinos, tem um marca fundamental: foi o idealizador, o criador da Sudene. Meu tio João sempre me falava da capacidade de servir e do espírito público de Celso Furtado, um paraibano muito além do seu tempo. Ele saiu das fronteiras do Brasil; estudou no exterior – fez a Sorbonne, a London School of Economics. Quando completou o seu preparo, ele voltou para o Brasil; não ficou por lá. Ele poderia até ter feito a opção de ganhar dinheiro, de ser rico, mas nunca o fez. Foi Ministro de João Goulart e de Sarney de Pastas bastante diferentes – do Planejamento e da Cultura. Celso Furtado, para os nordestinos que admiram os homens sérios, foi um ícone, e eu me incluo entre os nordestinos que apreciam os homens sérios. Senador Aloizio Mercadante, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade, pela substância e pela dignidade do seu discurso e, com essas minhas modestas palavras em meu aparte, associo-me às manifestações de pesar, como nordestino e brasileiro, ao nordestino que nos honrou muito e a um brasileiro que ajudou muito o Brasil se projetar para o futuro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador José Agripino, e, reforçando essa homenagem que V. Ex^a faz e que só engrandece a figura de Celso Furtado – que tenho certeza que a história preservará e reconhecerá – lembro que ele foi Ministro de Planejamento de João Goulart; e ele e San Thiago Dantas elaboraram o Plano Trienal. Naquele período turbulento, em que a herança do Plano de Metas deixava um déficit público muito alto, porque o seu financiamento, ao final, foi baseado no gasto público e no endividamento de curto prazo, para concluir toda a obra daquele pacote de investimentos, estruturante do desenvolvimento, e veio um período de inflação e de instabilidade. A última tentativa articulada, ainda no regime democrático, de buscar a estabilização com as reformas de base, foi o Plano Trienal San Thiago Dantas e Celso Furtado.

Eles não conseguiram o apoio social e político, necessários para conviver com um quadro de austeri-

dade, de buscar a estabilidade com racionalidade econômica e implantar as reformas de base, o que gerou uma crise política, um processo de desestabilização política que acabou no Golpe de 1964 e interrompe, durante um longo período, a presença de Celso Furtado na vida pública nacional. Ele só volta com a redemocratização, ao lado de José Sarney, como Ministro da Cultura. Contudo, isso não prejudica a contribuição intelectual, a contribuição teórica que ele fará no exílio, aperfeiçoando-se e escrevendo algumas obras muito importantes nessa fase, como **Um projeto para o Brasil**, que escreveu em 68; **O mito do desenvolvimento econômico**, que escreveu em 74; **A economia latino-americana**, **Prefácio à nova economia política**, em 76; **Criatividade e dependência na civilização industrial**, em 78; **Pequena introdução ao desenvolvimento: Um enfoque interdisciplinar**, em que retoma o livro **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento** e faz uma nova abordagem em 1980, **O Brasil pós-‘milagre’**, em 81.

Antes de lhe passar a palavra, nobre Líder Heráclito Fortes, Celso Furtado depois vai se dedicar, nos anos 80, à crise da dívida. Com dois livros pequenos, mas que são muito importantes: **Não à recessão e ao desemprego** e **Brasil, a Construção interrompida** alerta para a questão do projeto nacional que não podia ser abdicado diante do novo cenário de globalização e de novos ventos que sopravam da economia mundial.

Ouçõ o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Aloizio Mercadante, ninguém melhor do que V. Ex^a para representar o pensamento do Senado nesta homenagem que presta a Celso Furtado. Pela origem de V. Ex^a e, acima de tudo, por ser uma homenagem suprapartidária. Quero lhe confessar que fui surpreendido com a notícia do falecimento do economista Celso Furtado exatamente por uma entrevista que V. Ex^a acabava de conceder à Globo News minutos após o falecimento desse grande brasileiro. Tive a felicidade de conviver um certo período com Celso Furtado nas rodas promovidas pelo Dr. Ulysses Guimarães, em que a presença do Dr. Celso era sempre marcante por suas opiniões serenas, mas acima de tudo seguras e abalizadas sobre a situação brasileira. Nós, como nordestinos, sentíamos sempre uma alegria ao vê-lo incluir o Nordeste nas prioridades de todos os projetos nacionais. Ele teve, portanto, uma passagem pela história econômica do Brasil que, tenho certeza, será permanente. Associo-

me às palavras de V. Ex^a e de todos os brasileiros que, neste momento, com pesar pranteiam a morte desse ilustre nordestino que foi Celso Furtado. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes.

Como meu tempo já está esgotado e tenho muito ainda a dizer a respeito de Celso Furtado, ressalto que o tenho como a referência mais importante do pensamento econômico, como exemplo de homem público, de dignidade e de dedicação a esta Nação e a este povo; um brasileiro que sempre sonhou com o País, com a capacidade transformadora do nosso povo, que sempre sonhou que seríamos capazes de nos tornar uma nação desenvolvida, e que buscou, em sua reflexão teórica, sugerir caminhos nessa perspectiva.

Permito-me ainda ler, só para concluir, dois trechos recentes em que o mestre Celso Furtado fala sobre o trabalho do economista. Diz o seguinte:

O valor do trabalho de um economista, como de resto de qualquer pesquisador, resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto... Mas não basta armar-se de instrumentos eficazes para alcançar esse objetivo. Atuar de forma consistente no plano político, portanto, assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico, impõe ter compromissos éticos.

E diz ainda:

Quando o consenso se impõe a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem economista perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso, e que deve ser cultivada. Perderá em pouco tempo a reverência diante do que está estabelecido e compendiado. E, à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a autoconfiança e perderá a perplexidade.

Quer dizer, aquilo que ele via como caminho desta Nação era exatamente o que ele recomendava aos jovens pesquisadores, economistas, estudiosos, de buscarem a independência, de buscarem seu caminho, de não aceitarem pretensos consensos teóricos, ideológicos e que a criatividade, a ousadia e a coragem

eram essenciais à vida do intelectual, como também ao homem público.

Por favor, Senador Eduardo Azeredo, quero concluir com seu aparte, para poder encerrar e respeitar as inscrições.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Aloizio Mercadante, como representante de Minas Gerais, associe-me às palavras de V. Ex^a no discurso que faz, muito correto e extremamente oportuno, de homenagem a Celso Furtado. Celso teve uma ligação grande com Minas Gerais, por intermédio do Presidente Juscelino Kubitschek, na questão da criação da Sudene, e depois, com Tancredo Neves, quando este fazia a sua peregrinação pelo Brasil para a volta da democracia, quando ele ajudou Tancredo no seu primeiro projeto. De maneira que eu queria também trazer a nossa homenagem, de Minas Gerais, a esse grande homem público que foi Celso Furtado, cumprimentando V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo por esse aparte, lembrando a conexão que esse grande brasileiro tem com o tema desenvolvimento regional e com a nossa identidade nacional.

Termino, Sr. Presidente, rememorando uma passagem que me lembra Celso Furtado numa palestra, numa conversa que tivemos com Ariano Suassuna, esse grande brasileiro, também paraibano, homem afeito à cultura e amigo pessoal de Celso Furtado. Ariano Suassuna dizia que o primeiro intelectual a vir para o Brasil foi Pero Vaz de Caminha, o primeiro que escrevia e lia. E as primeiras linhas sobre o Brasil trazem a perplexidade, o assombro do contato que ele teve, juntamente com a tripulação de Pedro Álvares Cabral, com esta terra que estava sendo descoberta. E Ariano Suassuna faz uma provocação aos intelectuais, dizendo que Pero Vaz de Caminha teve de escolher o seu caminho: ou estava com os índios, o povo desta terra, ou estava com os colonizadores, com Portugal, com o reinado. E Pero Vaz de Caminha fez a escolha pelo colonizador. Estava o intelectual presente porque vinha na nau da colonização; faz a sua referência ao rei, e termina sua carta fazendo um pequeno pedido ao poder, que era a libertação de um sobrinho que estava preso. E isso é muito próprio da tradição intelectual: submeter-se ao poder econômico, político; deixar de pensar esta Nação, este povo, a nossa história a partir das nossas raízes, dos nossos valores, do Brasil profundo. O Brasil profundo

que teve em Celso Furtado um dos seus grandes arquitetos; o Brasil profundo que reivindica as raízes populares, as raízes da nossa diversidade, da nossa vasta cultura, dessa pluralidade, da nossa unidade, do que é ser brasileiro; o Brasil profundo que soube romper com o modelo econômico primário exportador e industrializar-se; o Brasil profundo que soube fazer este País produzir, gerar riqueza...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – (...) e passar a ser uma grande economia, uma inserção soberana sob o ponto de vista internacional; o Brasil profundo que elegeu um homem como Luís Inácio Lula da Silva; o Brasil profundo que seguramente saberá preservar, honrar e homenagear Celso Furtado.

Não posso concluir, Sr. Presidente, sem passar a última intervenção ao nobre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero somar minhas palavras a tudo o que foi dito sobre Celso Furtado. Como nordestino e economista, sinto-me na obrigação de fazer esse reconhecimento, que é de todo o Brasil e mesmo de todo o mundo. Sem dúvida alguma, deixa um balizamento para que se tenha ousadia na economia e responsabilidade de buscar resgatar a dignidade de todos os brasileiros, como o fazia Celso Furtado. Parabênz o Senador Aloizio Mercadante por suas palavras na homenagem que o Senado presta hoje a esse grande brasileiro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Romero Jucá.

Termino dizendo que a obra de Celso Furtado – constituída por 35 livros, artigos, palestras e aulas – é muito vasta, rica e abrangente, com uma visão muito coerente e profunda da realidade, sobretudo desse sonho de construir um Brasil desenvolvido. Mas, nele, o homem era maior que a obra. Quem teve o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, dialogar com ele e beber da sua sabedoria conhece o quanto, durante todo o tempo, Celso Furtado estava refletindo na sua humildade, na sua profundidade, na sua generosidade intelectual, ajudando a pensar este País e deixando uma referência que – espero sinceramente – inspire os homens públicos a buscar caminhos criativos, para que possamos, de fato, realizar esse grande sonho de construir um Brasil desenvolvido, solidário e soberano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE NA ÍNTEGRA DO DISCURSO DO
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE.**

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – UM GRANDE BRASILEIRO

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mestre e referência intelectual, há quase meio século, de uma parcela expressiva dos economistas brasileiros, Celso Furtado sempre foi também um símbolo da esperança de transformação do nosso País, de ruptura com seu passado de dependência e desigualdade social. Ele nunca abandonou o sonho de ver o Brasil desenvolvido – e desenvolvimento, na sua concepção, não é um processo meramente econômico, envolve também conotações sociais, éticas e políticas, dentro das quais valores como democracia, soberania e cidadania ocupam um lugar central.

Esse sonho alimentou sua criatividade e sustentou sua coerência e integridade ao longo de sua trajetória como intelectual e homem público. Foi, na realidade, o substrato de toda sua imensa contribuição ao entendimento da realidade social brasileira e à formulação de políticas de desenvolvimento nacional e regional.

Não por acaso sua obra tem como fio condutor, que articula suas análises em diversos momentos da nossa evolução econômica, o resgate da dimensão histórica e estrutural na abordagem dos problemas do desenvolvimento brasileiro. Isso se evidencia em sua visão do subdesenvolvimento como condição específica dos países periféricos e em sua insistência em colocar a análise da realidade social como matriz constitutiva para a formulação das políticas de desenvolvimento.

Daí derivam suas teses sobre o papel do Estado e do planejamento no desenvolvimento, sobre a subordinação das políticas monetária e cambial à política de desenvolvimento e sobre a necessidade de articular a transformação econômica com a homogeneização social por meio de reformas estruturais e políticas redistributivas. Esses elementos convergem para a formulação de um projeto de Nação – expressão de uma vontade nacional articulada em torno a objetivos fundamentais – mediante o qual se avançaria na implementação do processo de transformação da economia e da sociedade.

Esses temas continuam sendo peças relevantes no debate econômico atual. A discussão entre monetaristas e estruturalistas, por exemplo, que opunha

nos anos 50 as correntes liberais às reformistas, é a mesma que hoje opõe os monetaristas, travestidos de neoliberais, aos chamados desenvolvimentistas. Também são os mesmos, embora com invólucros aparentemente diferentes, os debates envolvendo a relação Estado/mercado e o caráter da inserção do país na economia internacional.

Hoje, lamentavelmente, não podemos mais nos beneficiar do convívio e da criatividade de Mestre Furtado. Mas seu exemplo e sua obra permanecem, são parte do patrimônio ético e cultural de nosso país. Por isso, creio que a melhor homenagem que lhe podemos prestar é aplicar, na prática, as reflexões contidas em um dos seus últimos escritos, sobre a responsabilidade do economista:

“O valor do trabalho de um economista, como de resto de qualquer pesquisador, resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto.... Mas não basta armar-se de instrumentos eficazes para alcançar esse objetivo. Atuar de forma consistente no plano político, portanto, assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico, impõe ter compromissos éticos”.

E mais adiante, conclui:

“Quando o consenso se impõe a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem economista perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso, e que deve ser cultivada. Perderá em pouco tempo a reverência diante do que está estabelecido e compendiado. E, à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a autoconfiança e perderá a perplexidade.”

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 21, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)



Obra completa do economista

• A obra literária de Celso Furtado, da qual "A formação econômica do Brasil" é considerado o livro mais importante, é vasta. O economista escreveu 35 livros e foi tema de outros tantos. Confira sua bibliografia completa, com os anos das primeiras edições:

• 1946: "Contos da vida expedicionária: De Nápoles a Paris".

• 1948: "Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII".

• 1954: "A economia brasileira".

• 1956: "Uma economia dependente".

• 1958: "Perspectivas da economia brasileira".

• 1959: "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste"; "A formação econômica do Brasil"; "A operação Nordeste".

• 1961: "Desenvolvimento e subdesenvolvimento".

• 1962: "Subdesenvolvimento e Estado democrático"; "A pré-Revolução brasileira".

• 1964: "Dialética do desenvolvimento".

• 1966: "Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina".

• 1968: "Um projeto para o Brasil".

• 1974: "O mito do desenvolvimento econômico".

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

• 1976: "A economia latino-americana"; "Prefácio à nova economia política".

• 1978: "Criatividade e dependência na civilização industrial".

• 1980: "Pequena introdução ao desenvolvimento: Um enfoque interdisciplinar".

• 1981: "O Brasil pós-milagre".

• 1982: "A nova dependência, dívida externa e monetarismo"; "El subdesarrollo latinoamericano — Ensayos de Celso Furtado" (antologia); "Obras escogidas de Celso Furtado".

• 1983: "Não à recessão e ao desemprego".

• 1984: "Cultura e desenvolvimento em época de crise".

• 1987: "Transformação e crise na economia mundial".

• 1985: "A fantasia organizada".

• 1989: "A fantasia desfeita"; "ABC da dívida externa".

• 1991: "Os ares do mundo".

• 1992: "Brasil, a construção interrompida".

• 1997: "Obra autobiográfica de Celso Furtado" (Três volumes).

• 1998: "O capitalismo global".

• 1999: "O longo amanhecer: Reflexões sobre a formação do Brasil".

• 2002: "Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Guerra.

S. Ex^a dispõe da palavra por até vinte minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil perdeu Celso Furtado. Não vou afirmar que o grande brasileiro Celso Furtado não fosse contemporâneo; ele o era.

Em uma perspectiva do pensamento econômico brasileiro, ninguém mais do que ele foi suficientemente complexo, estruturado e interdisciplinar para ter, em relação à questão econômica do País, uma noção clara, não afetada de maneira permanente por episódios conjunturais. Nenhum economista atual foi mais seguro e denso do que Celso Furtado. No entanto, suas idéias econômicas – sustentados por muitos anos e por muita gente no Brasil – não valeram. Foram idéias, propostas, encaminhamentos, que não se transformaram em políticas públicas nos governos brasileiros, no plural, muito menos no Governo atual.

Falarei de maneira mais objetiva, como nordestino, sobre o papel de Celso Furtado, do seu pensamento e das suas idéias para o Nordeste do Brasil.

De todos os seus temas, não haverá outro no qual ele concentrasse mais o seu interesse do que o do desenvolvimento regional, no sentido mais amplo, e o do Nordeste, em particular. Não foi de muita gente – também não foi apenas dele – a noção de que era preciso superar todo um programa de desperdício, de subestimação do Nordeste, que caracterizou, naquele instante em que foi criada a Sudene, uma tomada de posição brasileira.

O Nordeste vivia e ainda vive, em grande parte, políticas que não equacionam o conjunto. Assisti por décadas e mais décadas a programas de combate à seca que não produziam resultados: nem evitavam as secas, nem desenvolviam o Nordeste, nem criavam para a região condições mínimas para o desenvolvimento.

Celso terá sido quem – ao lado de muitos pensadores, muitos nordestinos, mas de um grupo em especial – deu a essas idéias dispersas um projeto, um caminho, um modelo. Esse modelo foi a Sudene, que, vista numa perspectiva histórica, morreu, enterada no Governo Fernando Henrique, sacrificada no Governo atual.

A Sudene, na cabeça do nordestino e brasileiro Celso Furtado, tinha a ver não apenas com o Nordeste geográfico, mas com os “nordestes” espalhados pelo Brasil. No Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, multiplicaram-se os “nordestes”. Buscando evitar a multiplicação do Nordeste, no Nordeste geográfico, o grande brasilei-

ro Celso Furtado definiu um programa. Esse programa tinha como pressuposto básico a organização, a sistematização e o planejamento dos investimentos públicos federais em conjunto com os investimentos públicos estaduais. Mais ainda: em uma perspectiva antecipadora, absolutamente avançada para a época, a idéia de que tudo o que pudesse ser feito deveria ocorrer, como se defende hoje, na forma de uma parceria público-privada.

Celso imaginou, propôs e organizou um modelo que desse ordem, planejamento e prioridade aos investimentos públicos. Segundo, que definisse prioridade real, e não semântica ou demagógica para o Nordeste real, de fato, como ele é. Que o Nordeste tivesse uma perspectiva regional, perspectiva regional essa que foi alterada, quebrada, ao longo do tempo, entre outras razões, por conta de uma guerra fiscal que, em vez de reunir Estados em torno de projetos regionais, só fez com que se dividissem, numa disputa suicida que não conduziu ao equacionamento dos problemas básicos da região.

Haveria uma instituição regional que refletiria a decisão da República, do Estado brasileiro, de dar prioridade àquele pedaço do Brasil que concentra uma grande parte da pobreza brasileira, que tem uma grande concentração de pobreza, que era – e é – o Nordeste do Brasil.

Era preciso tomar a decisão, elaborar esse planejamento e fazer a interação com os investimentos privados. Que a Federação acontecesse não para desagregar os Estados ou centralizar as decisões na República ou no Estado nacional, mas, de uma forma justa, como se propôs no Nordeste, por meio de uma instituição que teria o papel que teve por muitos anos a Sudene.

Dramático é que as idéias de Celso Furtado não valeram, foram desperdiçadas ao longo do tempo. Que elas fossem desperdiçadas no tempo da ditadura é explicável, pois a ditadura, por natureza, concentrou poder, decisões. No momento em que ela concentrou decisões econômicas da forma como concentrou, as instituições regionais de desenvolvimento e as do Nordeste, de uma maneira especial a Sudene, somente se enfraqueceram. Ao longo da ditadura, o poder foi centralizado aqui de maneira dramática, mas não somente o poder e as decisões econômicas: as decisões em sentido geral foram centralizadas. A democracia estava revogada.

Contudo, revogada a ditadura, continuou a centralização. Aliás, para dizer a verdade, ela foi agravada, e o Nordeste foi tratado com absoluta demagogia, irresponsabilidade – e não há grandes exceções a isso. Foi assim que ocorreu.

Acompanhei a vida de Celso Furtado por uns bons trinta anos. Estive com ele ao longo desse tempo – não posso dizer que fui seu amigo, mas o conhecia bem. Era um brasileiro notável, desses que, a cada dia, ficam mais raros. Tinha pensamento geral, compromisso verdadeiro e idéia firme. Nunca se subordinou a essas modas e a esse subdesenvolvimento cultural que são a marca de grande parcela dos economistas brasileiros – que preferem sempre um pensamento que não é típico, um pensamento que é global, na previsão de que aquilo que é global é moderno e aquilo que é local é atrasado. Celso nunca foi prisioneiro dessa precária, subdesenvolvida e reacionária perspectiva. Sempre foi um moderno no sentido brasileiro, no sentido do seu povo, e não no sentido que nos é imposto.

Não estou aqui fazendo discurso nacionalista elementar, estou fazendo o discurso do país que sempre foi o de Celso Furtado – ele fez esse discurso e não valeu. Não valeu depois que foi revogada a ditadura e, o que é mais grave, não vale agora que o PT tomou o Governo. Não estou aqui hoje para apropriar-me de uma vida como a de Celso Furtado para fazer críticas impensadas, precárias e oportunistas, mas o atual Governo está devendo a Sudene ao Brasil.

Há cerca de dois anos fui a Fortaleza, como muitos foram, assistir a uma reunião na qual estavam todos os governadores do Nordeste, quase todos os ministros e mais de oitenta parlamentares. Nessa reunião, o Presidente da República – Celso Furtado presente – prometeu uma Sudene de fato, uma Sudene que tivesse, como prometeu em campanha, ligação direta com a Presidência, que tivesse poder, autonomia e mandato para fazer planejamento e ação regional, para dispor de recursos capazes de antecipar infra-estruturas que, no Nordeste, estão absolutamente atrasadas.

Não vamos desenvolver o Nordeste se não investirmos novamente em infra-estrutura, se não houver infra-estrutura para trazer desenvolvimento logo a seguir. Mas nada disso foi considerado, as promessas não foram cumpridas, o pensamento de Celso Furtado morreu antes dele na perspectiva do poder, no Brasil. Ele morreu agora, mas as suas idéias não foram consideradas por esse Governo – não apenas por esse, mas é dramático que não tenham sido consideradas por esse que aí está.

Fui, por longos anos, parlamentar de um partido da oposição – como sou agora de um partido da oposição –, mas da oposição ao Governo de então. O discurso do Nordeste sempre foi o de Celso Furtado. Grave é que não tenha sido considerado. É que hoje fazemos a homenagem que o Brasil faz à sua memória, à memória de grande brasileiro, pensador dos melhores, homem público reto, mas para o reconhecimento

trágico de que suas idéias não foram revogadas no tempo, mas foram revogadas na prática, por governos que não souberam tratar nem desenvolver o seu ponto de vista, que era o ponto de vista do Brasil para grande parcela dos brasileiros.

Morreu Celso Furtado e os seus compromissos de desenvolvimento não foram considerados nem pelo Presidente Lula nem por seus Ministros. A promessa não foi cumprida. A Sudene que nos prometem – se é que ainda nos prometem – não vale nada. Estamos subestimados, com uma instituição deplorável e deprimente no Nordeste, chamada Adene, que não tem um tostão de orçamento, mas que custa alguns trocados à República para não produzir nenhum resultado.

A idéia da Sudene não tem a menor prioridade. O Governo – não fomos nós – revogou essa prioridade na Câmara dos Deputados, quando retirou o regime de urgência daquele projeto. Essa é a situação de fato.

É preciso reconhecer hoje, quando o Brasil perde Celso Furtado, que muitos são responsáveis – não pela sua morte – por não terem dado consequência a muitas de suas idéias, que foram e são a idéia de grande parte dos brasileiros.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Guerra, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Celso Furtado morreu no sábado, dia 20 de novembro, data da morte também do grande líder Zumbi dos Palmares, que deu sua vida para combater as discriminações e, conseqüentemente, para defender os mais pobres.

Celso Furtado morre no mesmo dia de Zumbi dos Palmares, demonstrando até em sua morte o compromisso com os discriminados, com os pobres, com os marginalizados deste País. Por isso, Sr. Presidente, eu, que faria hoje um pronunciamento – e vou fazer – sobre 20 de novembro, nesta introdução somo-me a todos os pronunciamentos, fazendo coro com essa homenagem ao grande economista e lutador Celso Furtado, que é um orgulho para todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, a cada ano registramos a importância do 20 de novembro para todos os negros e brancos que lutam pela liberdade e pela justiça. Os heróis de Palmares resistiram à escravidão e legaram ao futuro um momento singular de afirmação dos valores da dignidade humana. E é esse o significado, Sr. Presidente,

do 20 de novembro – sem nenhuma dúvida, a maior data cívica de nosso País, data que mobiliza pessoas e instituições para o enfrentamento do racismo e a superação das desigualdades raciais.

São Luís, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro são alguns dos exemplos de grandes concentrações que lembraram o significado maior do 20 de novembro de Zumbi dos Palmares.

Sr. Presidente, no meu Estado, Rio Grande do Sul, também houve manifestações nesse sentido. Em Capão da Canoa, no litoral norte do Estado, mais de mil militantes de todo o País se reuniram para exigir que seja garantida a titularidade da terra dos quilombolas. Exigiram também a aprovação do Estatuto da Igualdade Social. No dia 14 de novembro, também lembrando a caminhada de Zumbi, mais de oitocentos líderes, brancos e negros, estiveram em Pinheiro Machado para homenagear os Lanceiros Negros num ato que contou com a participação, Senador Pedro Simon, de todos os segmentos de nosso Estado. O Governo do Estado participou do ato e colaborou com a organização dele. A Prefeitura Municipal e todos os Partidos políticos se somaram, para que nessa data histórica de 14 de novembro se fizesse uma homenagem aos Lanceiros Negros, heróis que morreram pela liberdade, pela igualdade e por políticas humanitárias.

Sr. Presidente, o movimento negro acabou fazendo, no dia 20, um protesto, porque foi muito infeliz a idéia do Ministério da Saúde de escolher o dia 20 de novembro para lançar a campanha do Dia Nacional de Combate à Dengue. Em algumas cidades, houve até um mal-entendido: as pessoas chegavam para participar do ato de 20 de novembro, mas, na verdade, ali se encaminhava o lançamento do Dia Nacional de Combate à Dengue.

Faço esse registro de forma respeitosa e carinhosa. Essa campanha do Dia Nacional de Combate à Dengue poderia ter sido lançada no dia 18, 19 ou 21. Não foram felizes aqueles que organizaram a campanha de combate à dengue, deixando que ela fosse confundida com a data mais importante para a nação negra, que é 20 de novembro. Houve, naturalmente, protestos em todo o País.

Quero cumprimentar o Superior Tribunal de Justiça, que organizou um belo seminário para debater as desigualdades e o combate aos preconceitos. O STJ, ao assumir e incorporar o tema da discriminação, estimula a construção de novas parcerias para combater o racismo e o preconceito.

Sr. Presidente, o que vai se delineando é um amplo quadro de intervenção pública em que as instituições reconhecem, pouco a pouco, a data de 20 de novembro e o papel dela na luta contra o racismo.

Sr. Presidente, a escolha do dia 20 de novembro para início da campanha contra a dengue reforçou o protesto das entidades e organizações em todo o Brasil. A grande mobilização deste ano, sem sombra de dúvida, é o prenúncio do êxito da grande marcha: “Zumbi + 10”, que será realizada em novembro de 2005 aqui em Brasília. Estamos viajando pelos Estados e trabalhando para que nesta Capital, no ano que vem, tenhamos uma grande marcha de mais de cem mil pessoas, brancos e negros, caminhando em protesto contra as discriminações. Naturalmente, todo esse movimento impulsionará a aprovação, o mais rápido possível, do Estatuto da Igualdade Racial, cujo projeto apresentei há mais de cinco anos e que está sendo o eixo das mobilizações em todo o País.

Lamentamos, Sr. Presidente, não termos aprovado o Estatuto da Igualdade Racial ainda neste ano para que fosse sancionado no dia 20 de novembro próximo passado. É um equívoco deixar de lado a aprovação desse Estatuto. Isso traz um prejuízo enorme aos direitos do cidadão brasileiro.

Sr. Presidente, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial significa o coroamento de uma caminhada longa de brancos e negros. Digo isso não só porque sou o autor dessa proposta, mas também porque o Brasil está discutindo-o e exigindo que ele seja aprovado o mais rápido possível.

Termino com a leitura de um pequeno poema de um gaúcho que se chama Oliveira Silveira sobre Palmares:.

Para Palmares veio o negro
que não gemia nos açoites.
E pelo mato escuro veio negro
que se escondeu na própria noite.
Pela selva fechada veio negro
para quem o Palmar foi clareira.
No rastro uns dos outros vieram negros
cães acuados farejando o cheiro.
E negro roubado a esmo
do cativo para a liberdade
do senhor, para si mesmo.
E ai caminha o negro.

Esse é um pequeno poema que demonstra o quanto a comunidade negra está lutando por aquilo que chamo de a verdadeira carta de alforria que ainda não veio. É um equívoco dizer que a carta de alforria do negro foi assinada em 13 de maio de 1888. Durante mais de quatrocentos anos um povo foi mantido sob o regime da escravidão e até hoje, infelizmente, os direitos civis tão aclamados por nós para a comunidade negra não existem. Por isso, buscamos um caminho via Estatuto da Igualdade Racial.

Sr. Presidente, gostaria também, no tempo que ainda tenho, de comentar rapidamente algumas das decisões tomadas no Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Considero importante que uma das decisões tenha sido o fortalecimento da luta para a elevação do valor do salário mínimo e a conclusão da reforma da Previdência, e aqui lembro a PEC paralela. Com relação ao salário mínimo, embora a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização fale em R\$281,00, vamos trabalhar muito nesta Casa no sentido da aprovação do projeto que entregamos e que garante ao salário mínimo simplesmente, Senador Mão Santa, o reajuste pela inflação dos últimos doze meses e um aumento real que será o dobro do PIB. Se o crescimento do PIB for da ordem de 4% a 5%, poderá haver um aumento real, de acordo com o projeto, na faixa de 10%. Sempre digo que se o País se tornou mais rico e por isso o PIB cresceu, é hora de olhar para os mais pobres. Se for real meu cálculo de reajustar, de acordo com o projeto que apresentei, o salário mínimo pela inflação mais o dobro do PIB, em 1º de maio, o valor dele ultrapassará R\$300,00. Entendo que há possibilidade de chegarmos a esse valor.

É importante dizer, Sr. Presidente, que nosso projeto também garante aos aposentados e aos pensionistas o mesmo reajuste dado ao salário mínimo. E não quero nem de longe vislumbrar o mínimo de possibilidade – vejo alguns setores levantarem a argumentação nesse sentido – de que a saída para elevar o valor do salário mínimo seria desvincular dele as aposentadorias e pensões. Essa proposta, para mim, é indecente e não terá guarida, com certeza, no Congresso Nacional, mesmo porque já houve a desvinculação, quando criaram o mínimo regional. Com isso, cada Estado pode elevar o salário mínimo o quanto quiser, sem prejuízo do salário mínimo unificado em âmbito nacional, que repercute também, ou deveria repercutir, não só no mínimo do aposentado, mas no benefício de todo aposentado e pensionista.

Ao fazer esses comentários sobre a reunião do Diretório Nacional sobre mudanças, Sr. Presidente, quero dizer que espero, e muito, que se avance no campo social. Tenho dito que é importante o Governo investir mais no social, aproximar-se da classe média e não se afastar do movimento sindical, como, por exemplo, infelizmente, aponta a Portaria nº 160, que, felizmente foi derrubada na Comissão mais importante do Congresso Nacional. Espero que amanhã convalidemos definitivamente esse ato, derrubando no plenário do Senado a Portaria nº 160, a qual deve ser encaminhada à Câmara, para permitir que o sindicato tenha alguma fonte de recurso. Tenho dito àqueles que acham que o sindicato não precisa ter nenhuma fonte de recurso que

isso seria o mesmo que dizer que nós políticos devemos fazer política sem ter salário. Quem vai pagar o salário dos líderes sindicais? Quem vai pagar o departamento jurídico, a assistência prestada pelos sindicatos, que inclusive assumem uma responsabilidade que não é deles, como dentistas e médicos? Quem vai pagar a mobilização, os carros de som, os panfletos?

Diria mais, se é para tirar a verba mínima que os sindicatos recebem, que se tire dos partidos políticos também, que recebem milhões do dinheiro público. Quem sabe se tire também do sistema S, porque assim seria tirado dos empresários. Por que apenas os sindicatos não podem ter uma receita mínima?

Somos totalmente a favor de regulamentar, tabular, fixar, limitar para não existirem abusos. Inclusive, as centrais e as confederações concordam que seja limitado entre 1,5% e 1%. Somente isso.

Não querer que os sindicatos tenham pelo menos isso para se manter e fazer atividade sindical é um equívoco! Atacar os sindicatos, para mim, é atacar a própria democracia, porque sabemos que eles também são o alicerce do processo democrático. Tantas são as contribuições compulsórias aprovadas neste País, e se quer tirar o mínimo do sindicato! Alguém pode dizer que são contribuições daqueles que não são sócios. Pois muito bem, estou aqui dialogando com os trabalhadores. Faremos o seguinte: quem não for sócio do sindicato, não terá o benefício do dissídio coletivo: não terá reajuste, não terá participação nos lucros, não terá piso da categoria. Querer os benefícios sem nenhum ônus não tem lógica!

Foi correta a posição adotada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – acho que todos os Senadores aqui presentes estavam lá –, por unanimidade, de aprovar o decreto legislativo que apresentamos. E estamos dispostos a regulamentá-lo. Que não fique qualquer dúvida, porque alguns estão dizendo que isso seria mais contribuição. Não é. Estamos dizendo o seguinte, no projeto que queremos encaminhar, em comum acordo, assinado por todos os Líderes: as contribuições não poderão ultrapassar mais que 1,5%; no segundo ano, mais de 1% do que recebe o trabalhador.

Existe sindicato que abusa? Claro que sim! Alguns sindicatos já descontaram até 30%. Estamos limitando a 1,5%. Isso não é equilibrado e justo? E tentam vender a imagem de que queremos criar mais uma contribuição. Não! Queremos limitar o que pode ser descontado do trabalhador, que, no primeiro ano, seria 1,5% e, no segundo ano, reduziria para 1%.

Trata-se de uma proposta equilibradíssima. Não vejo por que alguns setores tentam pressionar para que os sindicatos não tenham mais nenhum centavo.

No passado, não era assim. É incrível como, agora, alguns setores tentam trabalhar para que os sindicatos não possam fazer a sua atividade política.

Talvez não tenha lido sobre todos os grandes intelectuais que escreveram sobre o comunismo, mas lembro-me que, quando perguntaram para Marx do que ele precisava para fazer uma revolução, ele disse que eram necessárias três coisas: dinheiro, dinheiro e dinheiro. Ou seja, não se faz atividade política sem dinheiro.

Por isso, há o debate profundo no Congresso Nacional sobre financiamento público das campanhas, porque, de uma forma ou de outra, quem financia as campanhas é a população, pois ninguém tem máquina de dinheiro; de uma forma ou de outra, seja pela via privada ou pela via pública, quem financia, no final das contas, é o conjunto da população.

Por isso, Sr. Presidente, estou aqui a defender que os sindicatos, de forma limitada – segundo entendimento já construído –, possam receber ao menos 1%. É o mínimo para que possam fazer política.

Terminarei, Sr. Presidente, comentando que assinei hoje um documento, como Vice-Presidente do Senado, prevendo que a aplicação na íntegra da reforma da Previdência ficará parada, se a PEC Paralela não for aprovada. Assinei-o convencido de que isso é um indicativo de que ela será aprovada ainda este ano. É um compromisso que está fazendo aniversário de um ano. Lembro-me de que houve um debate nesta Casa, na mesma época, sobre se íamos ter convocação para votar a PEC Paralela. Hoje, temos outro impasse sobre a realização de convocação. No entanto, não vejo, com a mesma força, alguns setores falarem sobre a PEC Paralela. É claro que não é aqui no Senado. Todos os Senadores estão na expectativa de que ela seja aprovada. Assinei esse documento convicto de que ela será aprovada ainda este ano.

Vamos torcer, rezar muito, Senador Pedro Simon – V. Ex^a que, como eu, é católico –, para que efetivamente possamos dizer que não nos enganaram, que demorou, mas a matéria foi aprovada. Naturalmente, antes do ano que vem.

Fazer um discurso de que a convocação extraordinária será realizada para votarmos a PEC Paralela seria uma piada, ficaríamos muito tristes ao ouvi-lo e, é claro, não iríamos concordar com ele. Vamos trabalhar para que a PEC Paralela seja aprovada ainda este ano.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário a respeito da economia mineira, baseado nas matérias Uma empresa chamada Minas, publicada na revista **Veja** desta semana, e Déficit zero em Minas Gerais, de autoria do próprio Governador Aécio Neves, no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de hoje.

As matérias, que solicito sejam inseridas nos Anais do Senado Federal, destacam o esforço do Governo de Minas Gerais, que atingiu o equilíbrio fiscal das contas públicas, atuando nas duas vertentes, a do aumento da receita e o da redução da despesa.

Foram dois anos de muito trabalho, espírito público e até mesmo desprendimento pessoal de toda a equipe, do nível operacional até o Governador, enfim, de toda a estrutura de governo e dos funcionários públicos, que têm mostrado compreensão e apoiado o projeto de recuperação do nosso Estado.

Foi um esforço realizado por meio do tradicional corte de cargos e despesas, mas também de ações inovadoras, como melhores preços obtidos nos pregões eletrônicos via *Internet*, a exigência prévia de orçamento e de caixa para todos os gastos, a renegociação dos débitos vencidos com prioridade para quem aceitasse um desconto maior, dentre outras.

Pelo lado da Receita, uma gestão eficaz de metas de arrecadação e fiscalização permitiu o seu crescimento, sem novas taxas ou alíquotas, ressaltando a preocupação do Governador Aécio Neves, do PSDB, com a necessidade de se retomar o crescimento econômico em Minas Gerais, paralisado por quatro anos.

E quero reconhecer o mérito dos administradores mineiros que souberam aproveitar o aumento da arrecadação para buscar o equilíbrio de contas, em vez de promoverem, como no passado recente, uma política populista de aumento de salários.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que faço este registro, pois, afinal, durante o meu mandato de Governador, coube-me a tarefa de iniciar a adequação do Estado à realidade pós-inflacionária, o que levou inclusive o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Antonio Brito, a dizer que nós, governadores no período de 1995 a 1998, estávamos vivendo a ressaca do Plano Real. O Senador Mão Santa, também Governador à época, sabe bem como foi difícil enfrentar uma administração onde as contas públicas foram colocadas com clareza, demonstrando que o Governo gastava mais do que arrecadava. Isso só aconteceu depois do Plano Real e da estabilidade econômica.

De fato, os orçamentos traziam números que não se realizavam, pois tanto as despesas quanto as receitas eram mascaradas, pareciam obras de ficção.

Negociar a dívida dos Estados foi uma tarefa que trouxe a estabilidade, pois antes os juros eram muito maiores do que os hoje pactuados, e os prazos e pagamentos eram indefinidos.

Apesar de os Prefeitos e Governadores que renegociaram a dívida de seus Estados terem dificuldade para pagar as parcelas, hoje eles sabem que devem pagar um percentual fixo, que os juros estão corretamente pactuados e são menores do que os que estariam pagando à época anterior, quando se pagavam juros de mercado. Além disso, os prazos são longos, trinta anos.

Desonerar o Estado, com a privatização dos dois bancos comerciais de Minas, foi outro importante ponto, que abriu caminho para que o Governo não tivesse de arcar com os custos de operação de bancos. Inclusive, um deles já havia sofrido intervenção por duas vezes, como era o caso do Banco de Crédito Real.

Passados os tempos da nefasta ameaça de moratória, os financiamentos externos negociados em 1998 voltaram e o desenvolvimento pôde ser retomado pelo Governador Aécio Neves.

É o seguinte o texto da revista **Veja**, que passo a ler para que faça parte deste pronunciamento – evidentemente, lerei apenas partes do texto:

Minas Gerais receberá uma ótima notícia nesta semana: depois de uma década de desequilíbrio fiscal, o Estado finalmente saiu do vermelho. O feito, resultado da opção do Governador Aécio Neves por uma política administrativa austera e uma gestão baseada nos métodos da iniciativa privada, reforça uma constatação e consolida uma tendência. A constatação é que a solução para o caos fiscal dos Estados passa, obrigatoriamente, pelo rigor administrativo. A tendência é que, daqui para a frente, políticos em cargos executivos terão de ser, antes de tudo, administradores eficientes.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma grande conquista da vida pública brasileira, e aí está para que possamos ter realmente as contas em dia, possibilitando investimentos de fato.

No ano passado nove brasileiros, além do Distrito Federal, conseguiram fechar o ano com superávit nominal, ou seja com o orçamento no azul e os pagamentos em dia, incluindo o serviço da dívida. São eles: São Paulo, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Ron-

dônia, Tocantins e Rio de Janeiro (que, neste ano, deve voltar a ser deficitário).

O fato de Minas conseguir se juntar a esse time é ainda mais notável pela velocidade com que Aécio Neves conseguiu tirar o Estado do buraco profundo em que se encontrava.

Ao tomar posse, em janeiro do ano passado, o Governador deparou-se com uma das piores equações fiscais do Brasil. Herdou de seu antecessor, Itamar Franco, além de R\$5 bilhões em dívidas, um orçamento anual com déficit de R\$2,4 bilhões. Ou seja, se ele não investisse um tostão em projetos, ainda assim terminaria cada mês devendo R\$200 milhões.

Por causa desse desequilíbrio, Minas encontrava-se inadimplente com a União, sem credibilidade para contrair empréstimos internacionais e com dificuldades para pagar aos servidores em dia. Em resumo, o Estado estava praticamente falido.

Há aqui alguns dados que mostram que, dentre os principais Estados, Minas Gerais era o único sem crédito no exterior, fruto realmente da ameaça de moratória. Felizmente, atingiu o déficit zero, com o trabalho do Governador Aécio Neves.

Ainda no início do seu mandato, o Governador foi aos Estados Unidos renegociar os empréstimos que constam da negociação da dívida de Minas Gerais, que estão excepcionalizados. Um deles é o empréstimo de US\$170 milhões, que deverá ser liberado. Esperamos que o Governo Federal não procrastine mais e envie a matéria ao Senado, já que esse empréstimo está previsto desde 1998, e o atual Governador demonstra, com clareza, que as contas de Minas estão devidamente organizadas, podendo o Estado arcar com esse financiamento, que, inclusive, não tem contrapartida, fruto exatamente das medidas tomadas no decorrer do tempo, para que a reforma pudesse ser feita no Estado.

Ressalte-se que a folha de pagamento de pessoal, que comprometia 74% da receita líquida do Estado, hoje foi reduzida a 59%, enquadrando-se, pois, dentro do que é previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

São alguns pontos que demonstram realmente a busca do equilíbrio. Além disso, o Governador diminuiu o número de Secretarias, ao contrário do que Governo Federal em relação aos Ministérios.

Há ainda a questão de benefícios e cargos que foram criados na época da inflação e que, passado esse momento, são benefícios que custam caro e precisam ser readequados; e a questão do pregão eletrônico.

Eu gostaria de lembrar que, para quitar a dívida de R\$1,3 bilhão com fornecedores, herdada da ges-

tão anterior, o Governo instituiu uma forma de leilão público, que funciona de maneira inversa à tradicional: recebe primeiramente o credor que oferece ao Governo o maior desconto. Esta também é uma medida pioneira que mostra que, ao ajustar as contas do seu Estado, o governante garante uma administração baseada no planejamento e não no improviso. O equilíbrio fiscal traz a recuperação da capacidade de investimento, atrai o interesse da iniciativa privada e facilita a obtenção de empréstimos externos.

Esses dados que estão na matéria da revista **Veja**, somados a este artigo do Governador Aécio Neves publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, mostram o grande momento de equilíbrio das contas que vive o nosso Estado.

Digo isso com a autoridade de quem foi Governador e sabe bem como é difícil zerar o déficit. Sabemos que as despesas vinham sendo mascaradas pela inflação, momento em que se tinha um gasto maior do que a receita, mas que não aparecia, pois a inflação fazia com que as despesas fossem postergadas e se tinha uma receita indexada. Isso não mostrava com clareza o quadro, que era esse que vimos agora e que necessitou de medidas corajosas como renegociar as dívidas dos Estados, ainda que criticado por alguns até hoje. Entretanto, se os Estados conseguem pagar essa parcela, ainda que alta, é porque houve uma negociação, que foi realmente benéfica. De outra forma, estaríamos com uma dívida crescente a cada dia, com os juros altos que são praticados no País até hoje.

Nesse artigo do Jornal **Folha de S.Paulo**, o Governador repete os dados principais que estão na matéria:

Agora, uma série de projetos de forte impacto social poderá ganhar ainda mais consistência. Há mais condições para geração de empregos, pois finanças equilibradas criam um ambiente favorável à atração de novos investimentos. E, em razão desse equilíbrio financeiro, Minas está apta a voltar a receber recursos externos.

Isso deve se dar especialmente a partir da segunda metade do Governo. São investimentos na atração de novas indústrias e no apoio à agricultura e ao comércio. Situação importante para que as estradas possam voltar a receber investimentos, que, na verdade, já se iniciaram ainda neste ano, mas que serão mais intensos a partir do próximo ano, e para que o saneamento também receba a devida atenção.

Portanto, Sr. Presidente, deixo consignado nos Anais a importância deste momento em que, após dois anos, o Governador Aécio Neves conseguiu zerar o dé-

ficit de Minas Gerais. Isso traz a perspectiva de melhoria para o nosso Estado, após um período de dificuldades em que os funcionários públicos deram muito a sua colaboração, e nós pudemos ter essa compreensão.

Agora o momento é outro, em que, equilibradas as contas de receita e de despesa, pode-se discutir um orçamento realista, em que se busque uma parte importante para investimentos e não fiquemos apenas pagando folha de pagamentos, como muitos de nós tivemos que fazer.

O retorno dos investimentos, portanto, é muito bem-vindo, e o PSDB se orgulha em ter em seus quadros um companheiro como o Governador Aécio Neves. Eu, como seu colega de Partido, eleitos juntos que fomos, tenho orgulho em dizer que vai muito bem o Estado de Minas Gerais, nesse caminho de austeridade, com a perspectiva do desenvolvimento retomado após um período de dificuldades por que passamos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses são os dados principais que gostaria de trazer aqui hoje.

Lembro ainda que, neste fim de semana, o Ministro dos Transportes anunciou no meu Estado a retomada dos projetos de concessões de estradas. Esperamos que seja, realmente, uma definição que dê resultados, porque o que vimos até agora foi o Governo trocar o Ministro de Transportes, anunciar que faria concorrências para concessões de estradas, mas nada efetivamente aconteceu. O trabalho da Oposição tem sido um trabalho de lembrar, de cobrar.

Eu, pessoalmente, por diversas vezes, ocupei a tribuna do Senado Federal para mostrar que o Governo pode, sim, fazer investimentos em estradas com recursos próprios ou com a Lei de Concessões. Agora, o Ministro diz que vai, finalmente, colocar em licitação algumas das estradas federais brasileiras. Esperamos que isso, realmente, ocorra e que o Ministro possa, portanto, mostrar que as ações estão sendo tomadas e que a Oposição, que aqui representamos, está certa. O nosso objetivo é alertar e contribuir.

Como há uma notícia positiva, cumprimento o Ministro dos Transportes, ainda que na posição de São Tomé. Espero que as providências realmente sejam tomadas.

Chamo a atenção para o fato de que esse episódio também ocorre em razão da cobrança da Oposição.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, consigno os meus cumprimentos ao Governador Aécio Neves.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados nesta seção não representam a opinião do Senado Federal. São publicações de caráter informativo e de caráter acadêmico. Os artigos publicados nesta seção não representam a opinião do Senado Federal. São publicações de caráter informativo e de caráter acadêmico. E-mail: debate@senado.gov.br

Déficit zero em Minas Gerais

ALÉCIO NEVES

OS EXECUTIVOS e os profissionais da área de gestão de muitas empresas brasileiras modernas já se habituaram ao conceito de "fazer mais com menos", aplicado crescentemente no dia-a-dia dos escritórios, no "chão de fábrica" e nas relações com os consumidores. No setor público, entretanto, essa idéia ainda está longe de adquirir a força necessária para transformar o perfil do Estado, colocando a máquina administrativa a serviço da população — e não a serviço dos interesses dos grupos ou partidos no poder. Nos últimos tempos, no pensamento político nacional, assiste-se até mesmo ao surgimento de uma onda de nostalgia com modelos de gestão que conduziram à formação de gigantescas — e fracassadas — burocracias estatais, como as que vigoraram nos países do Leste Europeu.

Na administração pública, fazer mais com menos significa, antes de mais nada, gastar menos com o Estado e mais com o cidadão. Em Minas Gerais, segunda economia mais dinâmica do Brasil, está se desenhando uma vertente desse modelo. O esforço pela modernização gerencial será coroado agora com um número expressivo: de um déficit de R\$ 2,4 bilhões, em janeiro de 2003, Minas fechará 2004 com déficit zero.

Não houve mágica para chegar a esse resultado. Adotou-se uma estratégia batizada de choque de gestão, que no princípio pode ter causado apreensões aqui e ali, mas aos poucos acabou por mostrar a todos os seus resultados. Trata-se de um conjunto de medidas de natureza legal e administrativa para aprimorar o Estado mediante uma mudança no comportamento da máquina pública.

Houve diminuição do número de secretarias de 21 para 15, extinção de superintendências e diretorias, totalizando um corte de 3.000 cargos de confiança. Reduziram-se os vencimentos do governador, estabelecendo-se assim um teto salarial mais baixo no Poder Executivo. A centralização da folha de pagamentos permitiu combater as fraudes e identificar mais de 4.500 casos de servidores que tinham remunerações indevidas. Uma nova política de compras governamentais fez cair o preço de praticamente todos os produtos, amplificada com a utilização sistemática do pregão via internet e a cotação eletrônica de preços. Os leilões também serviram em larga escala para renegociar os débitos com os fornecedores de bens e serviços.

Na administração pública, fazer mais com menos significa gastar

menos com o Estado e mais com o cidadão

Crucial tem sido a queda do comprometimento da receita com a folha de pagamento, para que o Estado se enquadrasse nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê punições severas ao administrador que não a cumprir. Antes, Minas gastava 72% da receita corrente líquida com pagamento de pessoal — percentual que cai agora a 59%. Isso se fez paralelamente a uma série até então inédita de ações de valorização do servidor público.

Na outra ponta, o choque de gestão significa também elevar a arrecadação do Estado, sem punir a população. O crescimento real do recolhimento do ICMS em Minas tem sido superior à média nacional e ao registrado nos outros grandes Estados brasileiros. A criatividade gerencial colocou em marcha programas para premiar os contribuintes que estão em dia com suas obrigações com o fisco, evitar a sonegação e incrementar a fiscalização. Subiu também a arrecadação do IPVA acima dos patamares de Estados afins, sem que houvesse mudança a alíquota.

Com o déficit zero nas contas públicas ao final de 2004, Minas encerra um ciclo de dez anos de desequilíbrio fiscal, cujas raízes estão fincadas na década de 90. A situação havia levado o Estado ao esgotamento de sua capacidade financeira, dificultando os investimentos nas áreas essenciais para a população, que são a saúde, a educação, a segurança e o transporte.

Agora, uma série de projetos de forte impacto social poderá ganhar ainda mais consistência. Há mais condições para a geração de empregos, pois finanças equilibradas criam um ambiente favorável à atração de novos investimentos. E, em razão do equilíbrio financeiro, Minas está apta a voltar a receber recursos externos de organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

A experiência mineira certamente não é a única, mas é um caminho que aponta bons resultados. O Brasil precisa afastar a idéia de que a administração pública é ineficiente por si mesma, como se fosse um pecado original ou uma herança genética, transmitidos ao longo das gerações, e dos quais a sociedade não é capaz de se livrar.

Estou certo de que Minas Gerais dá a sua contribuição.

Alécio Neves, 44, economista, é o governador do Estado de Minas Gerais. Foi deputado federal pelo PMDB-MG (1982-91) e pelo PSDB-MG (1991-95, 1995-99, 1999-2002).

UMA EMPRESA CHAMADA MINAS

Em apenas dois anos, o estado saiu do vermelho graças a um processo de saneamento baseado em métodos da iniciativa privada

José Edward e Cynara Menezes

Minas Gerais receberá uma ótima notícia nesta semana: depois de uma década de desequilíbrio fiscal, o estado finalmente saiu do vermelho. O feito, resultado da opção do governador Aécio Neves (PSDB) por uma política administrativa austera e uma gestão baseada nos métodos da iniciativa privada, reforça uma constatação e consolida uma tendência. A constatação é que a solução para o caos fiscal nos estados passa, obrigatoriamente, pelo rigor administrativo. A tendência é que, daqui para a frente, políticos em cargos executivos terão de ser, antes de tudo, administradores eficientes. "A boa gestão será o grande diferencial na política brasileira", diz o economista Raul Velloso. No ano passado, nove estados brasileiros, além do Distrito Federal, conseguiram fechar o ano com superávit nominal, ou seja: com o orçamento no azul e os pagamentos em dia, incluindo o serviço da dívida. São eles: São Paulo, Amapá, Amazonas, Espírito Santo,

Goiás, Pará, Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro (que, neste ano, deve voltar a ser deficitário). O fato de Minas conseguir juntar-se a esse time é ainda mais notável pela velocidade com que Aécio Neves conseguiu tirar o estado do buraco profundo em que ele se encontrava. Ao tomar posse, em janeiro do ano passado, o governador deparou com uma das piores equações fiscais do Brasil. Herdou de seu antecessor, Itamar Franco, além de 5 bilhões de reais em dívidas, um orçamento anual com déficit de 2,4 bilhões de reais. Ou seja, se ele não investisse um tostão em projetos, ainda assim terminaria cada mês devendo 200 milhões de reais. Por causa desse desequilíbrio, Minas encontrava-se inadimplente com a União, sem credibilidade para contrair empréstimos internacionais e com dificuldades até mesmo para pagar os servidores em dia. Em resumo, o Estado estava praticamente falido.

O saneamento da máquina em tempo recorde foi resultado de um plano de ges-

Choque de resultados

A situação de Minas Gerais antes e depois das reformas de Aécio Neves

ANTES

- 1 O estado apresentava déficit orçamentário de 2,4 bilhões de reais. Todos os meses, fechava suas contas devendo 200 milhões de reais
- 2 Minas era, entre os principais estados brasileiros, o único sem crédito no exterior
- 3 A folha de pagamento de pessoal comprometia 74% da receita líquida do estado
- 4 Não havia estímulos para o bom desempenho dos servidores, incluindo os das áreas fiscal e tributária

AGORA

- Déficit zero. A receita do estado é suficiente para arcar com suas despesas, incluindo o pagamento de juros da dívida
- Só o Banco Mundial já aprovou um empréstimo ao estado no valor de 170 milhões de dólares — e sem exigência de contrapartida
- Com os cortes de pessoal, o comprometimento da receita com a folha de pagamento caiu para 59%
- Ao nomear gestores específicos e estabelecer metas para eles, o governo obteve um aumento de 17% na arrecadação — sem aumento de impostos

Oficinas mecânicas da polícia serão terceirizadas: menos despesas para o governo e mais policiais na rua

tão baseado no uso de ferramentas semelhantes às utilizadas nas grandes empresas. Ao montar sua equipe, por exemplo, o governador de Minas contratou técnicos competentes — em vez de se cercar de compadres ou aliados políticos — e autorizou-os a tomar medidas tão duras quanto as que a situação exigia. De janeiro de 2003 a setembro deste ano, Aécio extinguiu seis secretarias e 447 unidades administrativas ligadas a elas, eliminou mais de 3 000 funções e cargos públicos e fixou um teto salarial para o Poder Executivo — o que acabou por reduzir o seu próprio salário (de 19 000 reais para 10 500 reais ao mês) e, conseqüentemente, os vencimentos de ocupantes de cargos inferiores também. Até agora, os cortes na área de pessoal resultaram numa economia de 130 milhões de reais e fizeram com que o comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento caísse de 74% para 59%. “Só com o fechamento de alguns ramos, conseguimos nos enquadrar nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz o secretário de Planejamento e Gestão de Minas, Antonio Augusto Anastasia. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos instrumentos que mais têm impulsionado a recente preocupação dos políticos com a gestão pública profissionalizada. Promulgada em 2000, ela prevê punições — que vão da perda do cargo à prisão — para governantes que praticarem malversação de recursos, elevarem gastos sem fazer cortes ou empenharem mais do que 60% da receita líquida em gastos com pessoal.

O choque de gestão empreendido por Aécio Neves em Minas tem clara inspiração na experiência realizada por Mário Covas em São Paulo. Na década de 90, o então governador paulista, entre outras iniciativas, demitiu mais de 100 000 funcionários, modernizou o processo de compras

do estado e promoveu uma devassa no sistema de terceirização de serviços. As medidas, amargas, produziram um dos episódios mais lastimáveis da história do governo paulista: Covas, morto em 2001, chegou a ser apedrejado durante uma manifestação de professores. O tempo mostrou que ele estava certo. São Paulo se mantém superavitário até hoje, e seu atual governador, Geraldo Alckmin, seguidor da cartilha de Covas, reelegeu-se em 2002 e tem um dos maiores percentuais de aprovação do eleitorado.

No caso de Minas, para a con- do equilíbrio orçamentário, além xugamento da máquina adminis- contribuíram métodos relativ- simples de gerenciamento — com finição de metas para a arrecada cal e a implantação de sistemas trole nas compras do governo. A pal medida, no que se refere às c foi a criação de uma central que todas as compras feitas pelo qual está integrada a um si acompanhamento financeiro. (

Em busca do equilíbrio

Algumas das medidas tomadas por Minas para zerar seu déficit já são praticadas em outros estados

O QUE OUTROS GOVERNOS ESTÃO
(situação orçamentária projetada)

	MATO GROSSO (deficitário)***	PI
● Reduziu o número de secretarias	Não	
● Enxugou a folha de pagamento de funcionários	Não	
● Fixou teto salarial para o Poder Executivo*	Sim	
● Extinguiu grande número de cargos e benefícios	Não	
● Instituiu o pregão eletrônico**	Sim	
● Implantou o sistema de reajuste salarial por mérito	Sim	

* A medida reduziu o salário do governador e, conseqüentemente, o dos ocupantes de cargos inferiores



é assegurar que a aquisição de produtos e a contratação de serviços só sejam efetivadas se houver reserva orçamentária correspondente e dinheiro em caixa. Ao garantir aos fornecedores que a despesa será quitada no prazo acertado, eles não precisam embutir taxas de risco sobre os preços e até se dispõem a conceder descontos. "No governo de Minas, proibimos a emissão de cheques pré-datados", compara Aécio Neves.

Só a obrigatoriedade de realização de pregões para as aquisições feitas pelas repartições públicas gerou uma eco-

nomia de 144 milhões de reais para os cofres públicos. Para quitar a dívida de 1,3 bilhão de reais com fornecedores, herdada da gestão anterior, o governo instituiu uma forma de leilão público que funciona de maneira inversa à tradicional: recebe primeiro o credor que oferece ao governo o maior desconto. Outra medida simples, mas de retorno garantido, deverá ser implantada em breve. O estado está fazendo uma licitação para terceirizar a gestão da frota da polícia. Continuará a comprar os carros, mas deixará sua manutenção por conta de empresas privadas. Dessa forma, poderá desativar parte de suas oficinas mecânicas e transferir para funções de policiamento os quase 100 PMs que hoje se ocupam com o conserto, desamassamento e pintura de veículos. O dinheiro economizado será suficiente para au-

mentar em 24% o número de viaturas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ao ajustar as contas de seu estado, o governante garante uma administração baseada no planejamento, e não no improviso. O equilíbrio fiscal traz a recuperação da capacidade de investimento, atrai o interesse da iniciativa privada e facilita a obtenção de empréstimos externos. O saneamento de Minas — cuja credibilidade internacional era zero desde a moratória decretada por Itamar Franco, em 1999 — levou, por exemplo, o Banco Mundial a tomar uma decisão inédita em sua história: vai liberar 170 milhões de dólares para financiar projetos no estado sem exigir do governo nenhuma contrapartida financeira, como é praxe nas instituições de fomento. "A contrapartida serão as práticas de boa governança, que já estão sendo executadas", explica o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinod Thomas. Equilíbrio fiscal, como se vê, não serve apenas para exibir contas que fecham, mas, sobretudo, para aplacar o terreno para que o Estado possa cumprir melhor seu papel: o de atender às demandas sociais e criar condições para a prosperidade da população.

veja 24 de novembro, 2004

RIO GRANDE DO SUL (deficitário)	BAHIA (superavitário)	SÃO PAULO (superavitário)
Sim	Não	Sim
Não	Não	Não
Não	Sim	Sim
Sim	Não	Não
Sim	Sim	Sim
Sim	Sim	Sim

** Aumenta a transparência dos processos de compra e reduz os riscos de fraude
*** Balanço de 2003

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, por cessão do Senador Sibá Machado, ao Senador Pedro Simon, do PMDB do grandioso Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava inscrito para falar desde o início da sessão, mas o Senador Eduardo Suplicy telefonou-me para dizer que todos nós que apresentamos requerimentos – S. Ex^a, o Senador José Sarney, o Senador Marco Maciel e eu – deveríamos aguardar o encerramento do almoço em homenagem ao Presidente para dar início ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Pedro Simon, permita-me interrompê-lo para dizer que, se V. Ex^a quiser, passaremos a ler os requerimentos, que se encontram sobre a mesa. (Pausa.)

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.449, DE 2004

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeiro as seguintes homenagens pelo falecimento, dia 20 de novembro em curso, na cidade do Rio de Janeiro, do economista, pensador social e acadêmico Celso Furtado:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e à Academia Brasileira de Letras.

Justificação

Conheci Celso Furtado ao tempo em que fui líder estudantil, por ocasião da luta pela criação da Sudene, projeto de sua autoria e que representou a primeira iniciativa de uma bem tecida política de desenvolvimento regional.

Posteriormente, ao longo da vida, em duas oportunidades gozei do seu agradável convívio: no Governo do Presidente Sarney, em que éramos Ministros, eu Chefe

da Casa Civil e ele Ministro da Cultura. E, por fim, durante os últimos meses na Academia Brasileira de Letras, da qual ele era um ilustre Membro e de cujas reuniões semanais freqüentador assíduo e participante.

Com sua morte desaparece um amigo a quem admirava não somente como economista e pensador social, mas, sobretudo, como humanista para quem nada do que é humano lhe era indiferente. Acredito que, a partir de agora, suas idéias terão um reconhecimento ainda maior do que tiveram durante sua vida.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.
– Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2004

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Conselheiro da República, ex-Ministro, Professor, Doutor em Economia e Acadêmico Celso Monteiro Furtado, ocorrido no último dia 20, na cidade do Rio de Janeiro:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e

b) apresentação de condolências à família, à Academia Brasileira de Letras e à Academia Brasileira de Ciências.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 1.451, DE 2004

Requer a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Ministro Celso Furtado.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto na alínea d do inciso III do art. 218 Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Ministro, advogado, economista, professor e escritor Celso Furtado, falecido no dia 20 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro, com envio de mensagens de condolências à família e à Academia Brasileira de Letras.

Justificação

Faleceu, no último sábado, enquanto dormia em sua casa no Rio de Janeiro, aos 84 anos de idade, um dos mais importantes intelectuais brasileiros de todos os tempos, especialmente na área de economia, onde se projetou internacionalmente. Autoridades e intelectuais de todo o País lamentaram a sua morte e o Presidente da República decretou luto oficial de três dias. Seu enterro,

ontem, às 12 horas, no mausoléu da Academia Brasileira de Letras, teve a presença de familiares, ministros de estado, políticos escritores imortais e autoridades e das mais destacadas figuras de nosso País.

Celso Furtado nasceu no dia 26 de julho de 1920, em Pombal, alto sertão da Paraíba. Vinte anos depois, ingressa na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, Capital da República. Para se sustentar, começa a trabalhar como jornalista. Em 1944 já publica os seus primeiros artigos na Revista do Serviço Público, editada pelo DASP, e se forma em Direito. Em 1946, segue para Paris para cursar o doutorado em Economia, pela Sorbonne. Em 1948, retorna ao Brasil e se junta ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, onde passa a trabalhar na revista Conjuntura Econômica. Em 1949, vai para o Chile para trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas então criado, juntamente com o economista argentino Raúl Prebisch.

Em 1959, o Presidente Juscelino Kubitschek o nomeia Presidente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão de cuja criação estivera à frente. E neste mesmo ano que lança o que viria a ser um dos clássicos da Economia moderna brasileira: Formação Econômica do Brasil, um dos compêndios mais compulsados por economistas e estudantes, ainda nos dias de hoje.

Em 1962, é nomeado pelo Presidente João Goulart, o primeiro Ministro do Planejamento, em caráter extraordinário por se tratar de órgão em processo de criação. Em 1963, com o Ministério já institucionalizado, deixa-o para retornar à Sudene.

Em 1964, foi um dos primeiros cassados pelo golpe militar e se refugiou no Chile, voltando à Cepal. Em 1965, assume a cátedra de professor efetivo na Universidade de Paris, aí permanecendo por vinte anos. Em 1979, filia-se ao PMDB; casa-se com a jornalista Rosa Freire d'Aguar.

Em 1984, participa da campanha de Tancredo Neves à Presidência da República. Em 1986, substitui Aloísio Pimenta no recém-criado Ministério da Cultura, aí permanecendo por dois anos. Em 1997, Celso Furtado é eleito membro da Academia Brasileira de Letras, graças à sua extensa obra literária de mais de 30 livros. Nesse mesmo ano, a Academia de Ciências do Terceiro Mundo o homenageia com a criação do "Prêmio Celso Furtado". Em 2002, é lançado o seu último Livro: Em Busca de Novo Modelo – Reflexões sobre a Crise Contemporânea. Em 2003, tem seu nome indicado ao Prêmio Nobel de Economia em seminário internacional promovido pelo Feggen (rede da Unesco/ONU sobre economia global e desenvolvimento sustentável).

Decano dos economistas brasileiros, Celso Furtado dedicou seus estudos à problemática econômica do Brasil e da América Latina. Foi um nacionalista ardente, apesar de as circunstâncias o terem afastado do País por tantos anos, cassado que foi pela ditadura. Dele disse o recém-demitido Presidente do BNDES, Carlos Lessa: “Foi um brasileiro com B maiúsculo”.

Apesar da grande projeção de sua obra e de sua atuação nas diversas áreas para as quais foi convocado, Celso Furtado, foi discreto até mesmo ao morrer: seu corpo foi encontrado no quarto do casal, pela esposa, no momento em que esta foi avisá-lo de que o economista Ignacy Sachs estava a chamá-lo ao telefone. A par da idade já avançada, Celso Furtado já vinha com a saúde abalada pelo mal de Parkinson e por um câncer ósseo.

Com todo o prestígio e reconhecimento por parte das correntes mais diversas da política brasileira, Celso Furtado não quis se candidatar a cargo eletivo, no qual certamente conquistaria destacada projeção. Com certeza, foi um dos inspiradores dos mais fantásticos políticos de seu tempo, como Juscelino, Jango e Tancredo, aos quais assessorou com brilhantismo.

Durante o seu exílio, Celso Furtado foi festivamente acolhido pelos centros intelectuais mais adiantados do mundo, tendo lecionado nas universidades de Yale e Columbia (EUA), Sorbonne (França) e Cambridge (Inglaterra).

O Brasil fica ainda a dever o merecido reconhecimento a esse ilustre filho que projetou seu nome internacionalmente e continua credor do Prêmio Nobel de Economia, pelo que fez por este campo de conhecimento, nos mais diversos campos em que provou a sua competência e pela vasta obra que lega à humanidade, nessa área.

Em sua homenagem, estarei requerendo a realização de Sessão Especial do Senado Federal.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.
– Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de profundo pesar, bem como seja observado um minuto de silêncio, pela morte do grande economista brasileiro Celso Furtado, além da apresentação de condolências à família e ao Estado da Paraíba, seu estado natal.

Justificação

A grande obra de Celso Furtado, provavelmente o maior economista brasileiro do século XX, teve e tem decisiva influência na formação de economistas e

sociais em todo o mundo, por sua originalidade, consistência teórica e ousadia intelectual.

Com efeito, Celso Furtado deu contribuição inestimável para a correta compreensão dos mecanismos econômicos e históricos que conformam o chamado subdesenvolvimento, tendo superado as limitações teóricas impostas por correntes neoclássicas e monetaristas. Ademais, o enfoque estruturalista desenvolvido por Celso Furtado mantém a sua força explicativa e atualidade, constituindo-se num instrumento teórico de enorme significado para todos aqueles que almejam ter uma precisa compreensão dos processos de dependência que tanto afetam os países em desenvolvimento.

Observe-se que Celso Furtado sempre teve clara consciência da função social que cabe aos intelectuais desempenhar e por isto deu a sua obra um nítido sentido pedagógico dirigido à orientação de ações transformadoras que permitissem aos países periféricos a superação da sua condição de subdesenvolvimento. Mas, além da extraordinária qualidade, a obra de Celso Furtado avulta-se também por sua abrangência temática e influência internacional, sendo ele o economista latino-americano mais lido em todo o mundo.

Entretanto, a qualidade e consistência da obra furtadiana encontra seu paralelo no homem Celso Furtado, o qual, dadas sua honestidade intelectual e sua dedicação integral às causas maiores da Nação, representa o que a **intelligenza** brasileira tem de melhor.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.
– Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 1.453, DE 2004

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do economista e professor Celso Furtado, que morreu sábado último, aos 84 anos, no Rio de Janeiro, vítima de um colapso cardíaco; bem como a apresentação de condolências a sua esposa Rosa Freire d’Aguilar Furtado, e ao seus filhos Mário e André.

Justificação

Celso Furtado não é reconhecido apenas pela sua obra e pela sua vida pública e acadêmica. Ele é daqueles homens que, através da sua inteligência e ações, sintetizam o projeto de uma geração, a esperança de uma época e de um povo. É movido pelos grandes valores da humanidade e não apenas pela busca do interesse próprio, mas pela busca da ética, da solidariedade, da justiça, da liberdade e da democracia.

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, no sertão da Paraíba, em julho de 1920. Graduiu-se em direito no Rio de Janeiro. Convocado pelo Exército

brasileiro, enfrentou os horrores da II Guerra Mundial servindo com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália. Em 1948, obteve o título de doutor, na Universidade de Paris I (Sorbonne), com a tese “L'économie coloniale brésilienne”.

Após uma rápida passagem pelo Brasil, Foi morar em Santiago do Chile para integrar a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, berço do original pensamento econômico latino-americano. No ano seguinte, em 1949, o economista argentino Raúl Presbisch assumiu a secretaria-executiva da CEPAL pensador que iria influenciar significativamente as obras do brasileiro. Nesse período, Furtado foi nomeado diretor da Divisão de Desenvolvimento, e até 1957 cumpriu missões em diversos países do continente, como Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica, onde teve contato direto com os problemas de desenvolvimento dos países latino americanos. Em 1953, presidiu, no Rio, o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, foi a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

De volta ao Brasil, no final dos anos cinquenta, desligou-se da CEPAL e assumiu a diretoria regional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, e como membro do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste elaborou para o governo federal o estudo “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, origem da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife, de que seria superintendente nos governos de Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

Em 1962 foi nomeado, no regime parlamentar, o primeiro titular do Ministério do Planejamento, quando organizou o Plano Trienal apresentado ao país pelo presidente João Goulart por ocasião do plebiscito visando a confirmar o parlamentarismo ou a restabelecer o presidencialismo. No ano seguinte deixou o Ministério do Planejamento e retornou à Superintendência da Sudene, concebendo e implantando a política de incentivos fiscais para os investimentos na região. O Ato Institucional nº 1, publicado três dias depois do golpe militar de 31 de março de 1964, cassou-lhe os direitos políticos por dez anos. Teve então o início de seus anos de exílio. Retornou à Universidade de Paris I, onde foi o titular da cátedra de Desenvolvimento Econômico. Permaneceu nos quadros da Sorbonne por vinte anos, tendo sido o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por decreto presidencial do general de Gaulle.

Em janeiro de 1985 foi convidado pelo recém-eleito presidente Tancredo Neves para participar da

Comissão do Plano de Ação do Governo. Integrou também a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar um projeto de nova Constituição. Em março de 1986 foi nomeado ministro da Cultura do governo do presidente José Sarney; sob sua iniciativa, foi aprovada a primeira lei de incentivos fiscais à cultura. Em julho de 1988 pediu demissão do cargo, retornando às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior. Em 1997, foi eleito para a cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras.

Em 2003, um número significativo de economistas e intelectuais, não apenas do Brasil, mas de muitos países, decidiram fazer uma justa indicação à Academia Real de Ciências da Suécia, propondo o nome do Professor Celso Furtado para o Prêmio Nobel de Economia. Infelizmente essa premiação não ocorreu.

As obras de Celso Furtado contribuíram expressivamente para a erradicação da pobreza e a superação do subdesenvolvimento das economias periféricas. O autor inovou as análises econômicas vigentes com originais conceitos de centro-periferia, de trocas desiguais entre a produção de matérias primas **versus** manufaturas no comércio internacional.

A obra de Celso Furtado também é um clássico do pensamento brasileiro. Furtado, em seus livros, buscou compreender as origens, a identidade e o destino do Brasil. Ele, juntamente com Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Raimundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, constituem o que denominamos de “intérpretes do Brasil”.

No entanto, Celso Furtado não é reconhecido apenas pela sua obra e pela sua vida pública e acadêmica. Ele é daqueles homens que, através da sua inteligência e ações, sintetizam o projeto de uma geração, a esperança de uma época e de um povo. É movido pelos grandes valores da humanidade e não apenas pela busca do interesse próprio, mas pela busca da ética, da solidariedade, da justiça, da liberdade e da democracia.

Publicou mais de 30 livros. O último deles, “Em Busca de um Novo Modelo”, foi editado em 2002. Nos últimos meses, o economista pouco falou em público. Sua saúde estava abalada pela doença de Parkinson e por um câncer ósseo. Seu último gesto político foi a assinatura, na semana passada, do manifesto que defendia a permanência de Carlos Lessa na presidência do BNDES.

Ano passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva Sancionou a Lei que instituiu a Renda Básica de Cidadania em resposta ao convite para participar da solenidade, Celso Furtado enviou-me a seguinte mensagem:

“Meu caro Eduardo,

Estou lhe enviando em anexo cópia da mensagem que mandei hoje por **e-mail** ao Ce-

rimonial do Palácio do Planalto, em resposta ao convite para comparecimento à cerimônia de amanhã, que sanciona a Lei de Renda Básica de Cidadania.

Reiterando-lhe em caráter pessoal o que disse na mensagem ao Presidente Lula, considero um dos grandes feitos do Brasil ter evoluído de sua imagem de legitimador do trabalho escravo e de desprezo pela dignidade humana para a imagem de um país de vanguarda na luta pelos direitos mínimos da cidadania.

Cria, Eduardo, seu nome será sempre lembrado como o de um arauto dessa conquista.

Receba o abraço amigo de Celso Furtado”

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.

– Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS POR CELSO FURTADO.

Ficção:

Contos da vida expedicionária – de Nápoles a Paris. (RJ, Zelio Valverde, 1946)

História econômica:

L'économie coloniale brésilienne. (Tese de doutoramento, Université de Paris, 1948). Tradução em português (São Paulo, Hucitec, Abphe, 2001).

A economia brasileira. (RJ, A Noite, 1954)

Uma economia dependente. (RJ, Ministério da Educação e Cultura, 1956)

Formação econômica do Brasil. (edições brasileiras: RJ, Fundo de Cultura, 1959; SP, Editora Nacional, 1965; Brasília, Universidade de Brasília, coleção “Biblioteca Básica Brasileira”, 1963; São Paulo, coleção “Grandes nomes do pensamento brasileiro”, 2000) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1962), alemão (Munique-Frankfurt, Wilhelm Fink Verlag, 1975), francês (Paris, Mouton, 1972; Paris, Publisud, 1998), inglês (Los Angeles, University of California Press, 1963), italiano (Turim, Einaudi, 1970), japonês (Tóquio, Shinsekaisha, 1972), polonês (Varsóvia, Panstwowe Wydawnictwo Naukowe, 1967), romeno (Bucareste, Editura Univers, 2000).

Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. (RJ, Civilização Brasileira, 1966) Tradução em espanhol (Buenos Aires, EUDEBA, 1966).

Formação econômica da América Latina. (RJ, Lia Editora, 1969)

A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. (RJ, Civilização

Brasileira, 1973) Tradução em espanhol (Barcelona Edicusa, 1971; Lima, Campodonica, 1971), francês (Paris, Calmann-Lévy, 1970), inglês (Nova York, Anchor Books-Doubleday, 1970), italiano (Milão, Franco Angeli, 1971), japonês (Tóquio, Shinsekaisha, 1972).

A economia latino-americana. (SP, Editora Nacional, 1976) Tradução em espanhol (Santiago do Chile, Universitária, 1969; México, Siglo XXI, 1971; Havana, Guairas, 1972), chinês (Beijing, 1983), francês (Paris, Sirey, 1970), inglês (Cambridge, Cambridge University Press, 1970), italiano (Bari, Laterza, 1971), japonês (Tóquio, Shinsekaisha, 1969), sueco (Estocolmo, Rabén & Sjörgren, 1972).

Política econômica:

Perspectivas da economia brasileira. (RJ, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958)

A Operação Nordeste. (RJ, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959)

Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. (RJ, Imprensa Nacional, 1959)

Subdesenvolvimento e Estado democrático. (Recife, Condepe, 1962)

A pré-revolução brasileira. (RJ, Fundo de Cultura, 1962) Tradução em espanhol (Barcelona, Nova Terra, 1966), francês (Paris, Plon, 1964), inglês (Los Angeles, University of California Press, 1965).

Teoria e política do desenvolvimento econômico. (SP, Editora Nacional, 1967; Lisboa, Dom Quixote, 1971; SP, Abril Cultural, coleção “Os Economistas”, 1983; SP, Paz e Terra, 2000) Tradução em espanhol (México, Siglo XXI, 1968), francês (Paris, PUF, 1970), italiano (Bari, Laterza, 1972).

Um projeto para o Brasil. (RJ, Saga, 1968) Tradução em inglês (Nova York, Anchor Books-Doubleday, 1970).

Análise do “modelo” brasileiro. (RJ, Civilização Brasileira, 1972) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Centro Editor de America Latina, 1972), francês (Paris, Anthropos, 1974).

O Brasil pós-”milagre”. (RJ, Paz e Terra, 1981) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1983), francês (Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1987).

A nova dependência, dívida externa e monetarismo. (RJ, Paz e Terra, 1982) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985).

Não à recessão e ao desemprego. (RJ, Paz e Terra, 1983) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Paz e Terra, 1984), francês (Paris, Anthropos, 1984), inglês (Londres, Third World Foundation, 1984).

Cultura e desenvolvimento em época de crise. (RJ, Paz e Terra, 1984)

ABC da dívida externa. (SP, Paz e Terra, 1989)

Brasil, a construção interrompida. (SP, Paz e Terra, 1992) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1992), francês (Paris, Publisud, 1995).

Teoria econômica:

Desenvolvimento e subdesenvolvimento. (RJ, Fundo de Cultura, 1961) Tradução em espanhol (Buenos Aires, EUDEBA, 1964), persa (Teerã, 1980), francês (Paris, PUF, 1966), inglês (Los Angeles, University of California Press, 1964).

Dialética do desenvolvimento. (RJ, Fundo de Cultura, 1964) Tradução em espanhol (México, Fundo de Cultura Económica, 1965).

O mito do desenvolvimento econômico. (RJ, Paz e Terra, 1974; SP, Círculo do Livro, s.d.; SP, Paz e Terra, ed. abreviada, 1996) Tradução em espanhol (Buenos Aires, Periferia, 1974; México, Siglo XXI, 1975), francês (Paris, Anthropos, 1976), polonês (Varsóvia, Panstwowe Wydawnictwi Ekonomiczne, 1982).

Prefácio a nova economia política. (RJ, Paz e Terra, 1976; Lisboa, Dinalivro, s. d.) Tradução em espanhol (México, Siglo XXI, 1976), italiano (Milão, Jaca Book, 1977).

Criatividade e dependência na civilização industrial. (RJ, Paz e Terra, 1978; SP, Círculo do Livro, 1978) Tradução em espanhol (México, Siglo XXI, 1979), alemão (Frankfurt, Verlag für Interkulturelle Kommunikation, 1984), francês (Paris, PUF, 1981), inglês (Oxford, Martin Aobertson, 1983).

Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar. (SP, Editora Nacional, 1980; SP, Paz e Terra, 2000) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1983), francês (Paris, Publisud, 1989).

Transformação e crise na economia mundial. (SP, Paz e Terra, 1987) Tradução em espanhol (Bogotá, Tercer Mundo Editores, 1990).

O capitalismo global. (SP, Paz e Terra/RJ, ABL, 1998; Lisboa, Gradiva, 1999) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1999).

O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil. (SP, Paz e Terra, 1999).

Memorialística:

A fantasia organizada. (RJ, Paz e Terra, 1985) (Buenos Aires, EUDEBA, 1988; Bogotá, Tercer francês (Paris, Publisud, 1987).

A fantasia desfeita. (SP, Paz e Terra, 1989)

Os ares do mundo. (SP, Paz e Terra, 1991) Tradução em espanhol (México, Fondo de Cultura Económica, 1993).

Celso Furtado – Obra autobiográfica, 3 vol. (SP, Paz e Terra, 1997)

Seca e Poder. (SP, Fundação Perseu Abramo, 1998)

Antologias:

El subdesarrollo latinoamericano, ensayos de Celso Furtado. (México, Fondo de Cultura Económica, 1982)

Obras escogidas de Celso Furtado. (Bogotá, Plaza & Janes, 1982)

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy.**

REQUERIMENTO Nº 1.454, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218, III, letra d e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Ministro Celso Furtado. Requeiro, ainda, de acordo com o art. 221, apresentação de condolências à família do falecido, ao Estado do seu nascimento, ou seja, à Paraíba, e à Academia Brasileira de Letras.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.
– Senador **Sérgio Guerra.**

REQUERIMENTO Nº 1.455, DE 2004

Requeremos, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do economista Celso Furtado, ocorrida no último dia 20, sábado, no Rio de Janeiro, tendo em vista ter sido ele um dos mais respeitados intelectuais do País, criador da Sudene ex-Ministro da Cultura, no Governo José Sarney, e membro da Academia Brasileira de Letras.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências às famílias.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.
– Senadora **Ideli Salvatti**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Em votação os requerimentos.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, autor de um dos requerimentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago um profundo sentimento de mágoa e de tristeza ao manifestar-me

sobre a morte de Celso Furtado, importante figura da história deste País.

Para mim, Celso Furtado foi um daqueles nomes que se colocaram na história brasileira como um patrimônio do País, foi um homem cuja vida, biografia e história se identificam com os problemas do nosso Brasil.

Foi o maior economista do Brasil? Sim. Foi o maior pensador no campo econômico e social do nosso País? Sim. Ele foi um homem preocupado com o seu Nordeste e que trouxe para o debate a sua fórmula de pensar e de sentir o crescimento da Nação brasileira.

Hoje, quando se fala tanto em globalização, quando o próprio Governo pensa tanto na presença do Banco Mundial nos acordos internacionais, é importante destacar-se o pensamento econômico de Celso Furtado; é importante salientar-se que ele buscava, dentro do País, a necessidade, a importância de se darem fórmulas de desenvolvimento ao necessitado, ao subdesenvolvido, ao seu Nordeste, para que tivesse condições de crescer, de se desenvolver, de avançar. Com a Nação toda crescendo e se desenvolvendo poderíamos ocupar o nosso espaço, não esperando favores externos, mas tomando atitudes realmente corajosas.

Em 1949, no Chile, foi um dos criadores do Cepal, para o desenvolvimento econômico da América Latina.

Chamado por Juscelino, criou a Sudene, visando à fórmula pela qual o Brasil desenvolvido alcançaria posições para que o Brasil nordestino principalmente pudesse crescer. Ele viu ali a grande expectativa do desenvolvimento, voltado para toda a Nação. Lamentavelmente, durante todo esse tempo, a Sudene nunca cumpriu como deveria a sua etapa. Mais lamentavelmente, ainda, o Presidente Fernando Henrique, ao invés de alterá-la para melhor, terminou por extingui-la.

No Governo de Juscelino, foi um dos que pôs no papel o plano de metas e buscou o desenvolvimento nas hidrelétricas, nas indústrias de automóveis e na criação de Brasília. Ele traçou um plano de metas que, efetivamente, fez o Brasil crescer e avançar. Juscelino teve nele um grande colaborador.

Em 1962, e logo depois, no Governo João Goulart, lançou o Plano Trienal. Pela primeira vez, esboçavam-se um projeto e um plano de governo. Foi quando caiu o Parlamentarismo e se iniciou o Governo de João Goulart. O Plano Trienal, levado ao Congresso Nacional, visava exatamente ao crescimento e ao desenvolvimento do País.

Veio a Revolução e ele foi para o Chile, de onde se mudou para Paris, lecionando nas universidades mais importantes do mundo.

Convivi com Celso Furtado e sua esposa, dona Rosa. Impressionava-me a forma tímida como ele fa-

lava, a simplicidade com que se expressava. Era um ouvinte. Tínhamos que nos silenciar para que, depois, expusesse o seu pensamento.

Lembro-me, em Paris, que me contou como era sua vida e a de sua esposa. Disse-me: "Em Paris, sou da classe média alta. Leciono em duas universidades, na Sorbonne e na Universidade de Paris. Minha mulher também leciona em uma faculdade. Temos, portanto, três salários." Moravam em um apartamento singelo, de dois quartos, e tinham um carrinho simples. A esposa o levava para a faculdade e ficava com o carro. Quando terminava de lecionar em uma universidade, de metrô ele ia para a outra. A esposa pegava-o ao final do trabalho. Mostrava ele a diferença entre o modo de viver da classe média francesa e o da brasileira: no Brasil, a coisa mais normal era o cidadão ter uma casa com quatro quartos, palacete, residência na praia, sítio e tudo o mais, enquanto que na França isso era para alguns ricos, realmente. A classe média, naquele país, vivia num regime como o dele: apartamento de dois quartos e um carrinho. Ele estranhava ver no Brasil o esbanjamento da chamada classe média alta, caracterizando a diferença tremenda da convivência faustosa de alguns e miserável de outros.

Impressionantes as análises que Celso Furtado fazia e repetia do seu Brasil.

Ingressou ele no MDB em 1979 e honrou os quadros do Partido. Foi um dos grandes economistas que tivemos a honra de ter ao nosso lado e que, inclusive, redigiu textos do nosso Partido, com a mesma simplicidade, embora a sua importância, o seu respeito.

Foi Ministro da Cultura de seu Governo, Presidente Sarney, e tenho certeza de que honrou esse Ministério.

Celso Furtado foi uma dessas pessoas que, temos que reconhecer por seus livros, sua biografia, sua história, suas análises, representou para este País muito mais do que podemos imaginar. Não recebeu o Prêmio Nobel em Economia porque um País subdesenvolvido não vai encontrar nunca o apoio para isso, mas não tenho dúvidas de que o merecia, que fez mais do que poderíamos imaginar e que foi mais longe do que poderíamos esperar.

Trago, portanto, o respeito muito grande à figura de Celso Furtado.

Recentemente, apresentamos e aprovamos na Casa um requerimento para uma sessão especial de homenagem a ele, mas o Professor já não podia viajar. Agradeceu, mas não pôde vir.

Peço a transcrição, nos Anais da Casa, de sua última entrevista. Ele não era otimista nem com relação ao Brasil, nem com relação ao nosso Governo. Vejam aqui as palavras com que ele se referia ao Professor Lessa, confiando que ele ficaria no Banco e que lá re-

presentaria os verdadeiros sentimentos dos brasileiros que buscam um Brasil com desenvolvimento.

Tenho a convicção de que hoje é um dia em que mais um daqueles nomes que conseguiram atingir a meta dos grandes homens do Brasil chegou ao fim, e que nós, todos, ficamos mais pobres, mais humildes. O País perde, com a morte de Celso Furtado. Um homem

que foi grande – e não sei até que ponto aproveitamos dele tanto quanto deveríamos ter aproveitado.

Muito obrigado, Sr Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para onde caminhamos

Celso Furtado

Jornal do Brasil – 11/11/2004 (Último Artigo).

Os economistas da nova geração se interrogam freqüentemente sobre as causas das baixas taxas de crescimento da economia brasileira no último quarto de século. Os dados são surpreendentes se temos em conta que no quarto de século anterior o país apresentou um dinamismo considerável, colocando-se entre as duas ou três economias de mais rápido crescimento em todo o mundo. Os economistas não parecem ter explicação para essa mutação tão significativa.

Um país dotado de imensas reservas de recursos naturais e de mão-de-obra aplica uma política que se satisfaz com uma taxa de crescimento próxima de zero. Não é fácil descobrir as causas desse processo, mas devemos reconhecer que ele tem origem ou é reforçado pelo chamado Consenso de Washington, que não passou de um receituário neoliberal a serviço da consolidação da política imperial dos Estados Unidos.

De acordo com essa nova doutrina, surgida nos anos 90, os Estados nacionais já não teriam um papel importante na criação de empregos. Essa fórmula, que é o ideal do neoliberalismo, funcionou muito precariamente ou não funcionou. O Brasil se endividou desbragadamente, a ponto de comprometer sua governabilidade. Se persistirmos no caminho de crescente endividamento externo, reverter a situação será mais e mais difícil. E mesmo se o país tentar alguma forma de negociação com os credores, não poderemos vislumbrar solução fácil, pois o sistema financeiro internacional age com rapidez e unidade de comando.

Uma alternativa para escapar a esse quadro de grande vulnerabilidade externa seria o governo praticar uma punção interna que permitisse triplicar o superávit em conta corrente. Todavia, esse segundo caminho, se parece lógico em termos contábeis, é impraticável por suas implicações políticas e por exigir um profundo reajuste do sistema fiscal visando modificar o perfil da dívida interna.

Quando, nos anos 90, os governantes aderiram ao famoso Consenso de Washington, adotaram, sem maiores explicações e sem debates com a sociedade, a doutrina de que era necessário concentrar as atenções nos mercados externos, condição essencial para recuperar o dinamismo perdido. Contudo, ninguém foi capaz de explicitar a razão de ser dessa mudança de estratégia, e nem por que ela seria mais benéfica a um país populoso e continental como o nosso. Aparentemente, a mudança decorria do fato de que as empresas transnacionais iam controlando progressivamente os centros de comando das atividades econômicas. Seja como for, o resultado dessa soma perversa do Consenso de Washington com as taxas de crescimento em fase de declínio foi a desarticulação do mercado interno e do parque industrial, acuando alguns milhões de brasileiros a buscar sobrevivência no trabalho informal. Hoje ainda sofremos as consequências desses anos do "consenso". Se, inversamente, nos remetemos àqueles anos em que o Brasil apresentou taxas de crescimento elevadas, ou razoáveis, deparamo-nos com outro problema de igual gravidade. Refiro-me ao fato de que, historicamente, o dinamismo da economia brasileira se fez acompanhar de acentuada concentração de renda, o que é uma forma espúria de geração de poupança.

Alcançamos assim o fundo do problema: a variável que comandou o dinamismo da economia brasileira dos anos 50 ao fim dos anos 70 apoiou-se no processo de concentração da renda. Não havia como escapar a essa dura realidade: o sistema econômico só funcionava de forma regular quando a remuneração do capital atingia determinados níveis. Essa constatação nos permite entender outro ponto intrigante da dinâmica da economia brasileira: suas extravagantes taxas de juros.

É inegável que há uma estreita ligação entre o processo de concentração de renda, o nível das taxas de juros e as taxas de crescimento da economia. Assim, para captar os paradoxos de nossa economia faz-se necessário ter em conta esses múltiplos fatores, aparentemente desvinculados.

Em poucas palavras: se as taxas de juros não forem suficientemente altas (e as do Brasil inscrevem-se entre as mais altas do mundo), os capitais estrangeiros não se sentem atraídos a investir no país; sem esses investimentos externos (os setores internos não dão conta das necessidades e acumulam um passivo considerável), o país tem pouca margem para crescer.

Ora, apelar imoderadamente para os investimentos externos é aumentar de forma considerável a nossa dívida; da mesma maneira, promover o crescimento sem critérios sociais tende a agravar fortemente a concentração da renda.

Antes que se diga que se trata da quadratura do círculo, convém lembrar que a reforma fiscal, tão repetidamente prometida pelos governos recentes, é o instrumento mais adequado para enfrentar os problemas expostos acima. Essa reforma, contudo, não tem conseguido o apoio do Congresso Nacional.

A carga fiscal no Brasil é alta mas injusta, pois incide de forma desproporcional sobre a parte da população de menor poder aquisitivo, já que os impostos indiretos (essencialmente os de consumo) são relativamente os que mais pesam. Precisamos de uma reforma que modifique a distribuição da carga fiscal, liberando as camadas de baixa renda.

Não se trata de onerar mais ainda a classe média que paga Imposto de Renda, mas de corrigir um quadro de profundas desigualdades, cujo exemplo mais notório é o das instituições bancárias que, apesar de seus lucros fabulosos, são praticamente isentas de imposto. A reforma fiscal deverá corrigir essas distorções, mas não só.

Seu objetivo, tal como nos mostraram as reformas similares implantadas em países da Europa, é também o de criar sociedades mais homogêneas. Certos setores do sistema produtivo decerto sofrerão baixa de rentabilidade, mas é a sociedade como um todo que lucrará com o esforço de adaptação que visa dar ao governo os meios de enfrentar os sérios problemas sociais do país.

Em realidade, uma reforma fiscal pode ir tão longe a ponto de modificar o sistema de valores das classes dirigentes de determinada sociedade. No nosso caso, já se fez evidente a fragilidade das estruturas sociais resultantes de tantos decênios de concentração de renda conjugada com baixo crescimento. Esta é uma problemática que merece a atenção, não só dos jovens economistas, mas de toda a sociedade, e, em particular, dos nossos governantes.

A vida de Celso Furtado

O economista Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, no dia 26 de julho de 1920. Aos sete anos mudou-se com a família para a capital do Estado.

Formado em direito pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), no Rio de Janeiro, em 1944, era doutor em Economia pela Sorbonne, de Paris, e pós-doutor pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

Serviu na *Força Expedicionária Brasileira* durante a 2ª Guerra Mundial, quando sofreu acidente durante missão na Itália.

Entre 1949 e 1957 foi diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), agência das Nações Unidas, em Santiago do Chile.

Em 1959 publicou o livro "Formação Econômica do Brasil", hoje um clássico, e assumiu a direção da Sudene.

Foi o primeiro ministro do Planejamento da história do país (1962-64), pasta que assumiu durante o governo de João Goulart (1961-64). Com o golpe de 1964 foi cassado e exilado.

Foi professor de universidades nos EUA (Yale, Harvard e Columbia), na Inglaterra (Cambridge) e França (Sorbonne), onde foi nomeado professor por decreto do presidente francês Charles de Gaulle. Após a anistia, em 1979, voltou ao Brasil e, em 1986, assumiu o ministério da Cultura no governo José Sarney (1985-90).

Em 1997 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e, em 2003 foi eleito para a Academia Brasileira de Ciências.

Era doutor Honoris Causa pela Universidade Técnica de Lisboa (Portugal), Universidade Estadual de Campinas (São Paulo), Universidade Nacional de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Paraíba, Université Pierre Mendès-France (Grenoble, França), Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual Paulista e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Material da Academia Brasileira de Letras

Celso Monteiro Furtado nasce a 26 de julho de 1920 em Pombal, no sertão paraibano, filho de Maria Alice Monteiro Furtado, de família de proprietários de terra, e Maurício de Medeiros Furtado, de família de magistrados. Após seus estudos secundários no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano do Recife, chega ao Rio em 1939, entra para a Faculdade Nacional de Direito e começa a trabalhar como jornalista na *Revista da Semana*. Em 1943, é aprovado no concurso do DASP para assistente de organização, indo trabalhar no Rio e em Niterói. No ano seguinte, cursa o CPOR, conclui o curso de Direito e é convocado para a Força Expedicionária Brasileira. Com a patente de aspirante a oficial, segue para a Itália, servindo, na Toscana, como oficial de ligação junto ao V Exército norte-americano, e sofre um acidente em missão durante a ofensiva final dos aliados no Norte da Itália.

Em 1946, ganha o prêmio Franklin D. Roosevelt, do Instituto Brasil-Estados Unidos, com o ensaio "Trajetória da democracia na América". Viaja para a França, inscreve-se no curso de doutoramento em economia da Universidade de Paris-Sorbonne, e no Instituto de Ciências Políticas. Envia reportagens para a *Revista da Semana*, *Panfleto* e *Observador econômico e financeiro*, entre outras, narrando sua experiência como integrante de uma brigada francesa de reconstrução de uma estrada na Bósnia, e sua participação no Festival da Juventude em Praga. Em 1948, é feito doutor em economia pela Universidade de Paris, com a tese "L'économie coloniale brésilienne", dirigida por Maurice Byé, obtendo a menção *très bien*. De volta ao Brasil, retoma o trabalho no DASP e junta-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na revista *Conjuntura econômica*. Casa-se com Lucia Tosi.

Em 1949, instala-se em Santiago do Chile para integrar a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas que se transformará na única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo. Nasce seu filho Mário. No ano seguinte, quando o economista argentino Raúl Presbisch assume a secretaria-executiva da CEPAL, é nomeado Diretor da Divisão de Desenvolvimento, e até 1957 cumpre missões em diversos países do continente, como Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica, e visita universidades norte-americanas onde então se inicia o debate sobre os aspectos teóricos do desenvolvimento. É de 1950 seu primeiro ensaio de análise econômica, "Características gerais da economia brasileira", publicado na *Revista brasileira de economia*, da FGV. Em 1952, "Formação de capital e desenvolvimento econômico" é seu primeiro artigo de circulação internacional, traduzido para o *International Economic Papers*, da Associação Internacional de Economia.

Em 1953, preside no Rio o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elabora um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, será a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Em 1954, com um grupo de amigos, cria o Clube de Economistas, que lança a revista *Econômica Brasileira*. Nasce seu filho André. Em 1956, mora na Cidade do México, em missão da CEPAL. Passa o ano letivo de 1957-58 no King's College da Universidade de Cambridge, Inglaterra, a convite do professor Nicholas Kaldor. Aí escreve a *Formação econômica do Brasil*, que será seu livro mais difundido.

De volta ao Brasil, desliga-se definitivamente da CEPAL e assume uma diretoria do BNDE. É nomeado, pelo presidente Kubitschek, interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Elabora para o governo federal o estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", origem da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife. Em 1961, como seu superintendente, encontra-se em Washington com o presidente John Kennedy, cujo governo decide apoiar um programa de cooperação com o órgão, e, semanas depois, com o ministro Ernesto Che Guevara, chefe da delegação cubana à conferência de Punta del Este, para discutir o programa da Aliança para o Progresso. Em 1962 é nomeado, no regime parlamentar, o primeiro titular do Ministério do Planejamento, quando elabora o Plano Trienal apresentado ao país pelo presidente João Goulart por ocasião do plebiscito visando a confirmar o parlamentarismo ou a restabelecer o presidencialismo. No ano seguinte deixa o Ministério do Planejamento e retorna à Superintendência da SUDENE, quando concebe e implanta a política de incentivos fiscais para os investimentos na região.

O Ato Institucional nº 1, publicado três dias depois do golpe militar de 31 de março de 1964, cassa os seus direitos políticos por dez anos. Têm início seus anos de exílio. Ainda em abril, aceita um convite para dar seminários em Santiago do Chile. Meses depois, em New Haven, Estados Unidos, será pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Faz conferências em diversas universidades norteamericanas e participa de vários congressos sobre a problemática do Terceiro Mundo. Em 1965, muda-se para a França, a convite da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, e assume a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico. É o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por decreto presidencial do general de Gaulle. Permanecerá nos quadros da Sorbonne por vinte anos. Em junho de 1968 vem ao Brasil pela primeira vez após sua cassação, a convite da Câmara dos Deputados. No correr do decênio de 1970, faz diversas viagens a países da África, Ásia e América Latina, em missão de agências das Nações Unidas. No

mesmo decênio, é professor-visitante da American University, em Washington, da Columbia University, em Nova York, da Universidade Católica de São Paulo e da Universidade de Cambridge, onde é o primeiro ocupante da cátedra Simon Bolívar e é feito *Fellow* do King's College. Entre 1978-81, integra o Conselho Acadêmico da recém-criada Universidade das Nações Unidas, em Tóquio. No mesmo período, recebe um mandato do *Committee for Development Planning*, da ONU. Entre 1982-85, como diretor de pesquisas da *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*, dirige em Paris seminários sobre a economia brasileira e internacional.

A partir de 1979, quando é votada a Lei da Anistia, retorna com frequência ao Brasil, reinsere-se na vida política e é eleito membro do Diretório Nacional do PMDB. Casa-se com a jornalista Rosa Freire d'Aguiar. Em janeiro de 1985 é convidado pelo recém-eleito presidente Tancredo Neves para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo. É nomeado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, assumindo o posto em setembro. Integra a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar um projeto de nova Constituição. Em março de 1986 é nomeado ministro da Cultura do governo do presidente José Sarney; sob sua iniciativa, é aprovada a primeira lei de incentivos fiscais à cultura. Em julho de 1988 pede demissão do cargo, retornando às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior.

De 1987-90 integra a *South Commission*, criada e presidida pelo presidente Julius Nyerere, e formada por países do Terceiro Mundo para formular uma política para o Sul. Entre 1993-95 é um dos doze membros da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da ONU/UNESCO, presidida por Javier Pérez de Cuéllar. Entre 1996-98 integra a Comissão Internacional de Bioética da UNESCO. Em 1997 é organizado em Paris, pela *Maison des Sciences de l'Homme* e a UNESCO, o congresso internacional "A contribuição de Celso Furtado para os estudos do desenvolvimento", reunindo especialistas do Brasil, Estados Unidos, França, Itália, México, Polônia e Suíça. No mesmo ano é criado pela Academia de Ciências do Terceiro Mundo, com sede em Trieste, o Prêmio Internacional Celso Furtado, conferido a cada dois anos ao melhor trabalho de um cientista do Terceiro Mundo no campo da economia política. É Doutor Honoris Causa das universidades Técnica de Lisboa, Estadual de Campinas-UNICAMP, Federal de Brasília, Federal do Rio Grande do Sul, Federal da Paraíba e da Université Pierre Mendès-France, de Grenoble, França.

Em agosto de 1997 é eleito para a cadeira n. 11 da Academia Brasileira de Letras.

Discurso em que o senador Pedro Simon sugere que o presidente Fernando Henrique Cardoso converse com Celso Furtado

(em aparte a pronunciamento do senador Eduardo Suplicy)

Pedro Simon: “Não há dúvida nenhuma de que V. Ex^a destaca um momento muito importante da vida brasileira, que foi a homenagem prestada ao Professor Celso Furtado pela Universidade de São Paulo. Ele já havia recebido uma homenagem na cidade do Rio de Janeiro, onde centenas de intelectuais se reuniram para também prestar-lhe as devidas honras. Mas o interessante é que as duas palestras, a do Rio de Janeiro e a de São Paulo, complementam-se. Indiscutivelmente, vê-se um plano pronto e acabado, uma proposta com início, meio e fim.

Mediante as duas palestras, Celso Furtado nos transmitiu a sua visão sobre a globalização, a maneira como vê o mundo em que estamos vivendo e sobre aquilo que o Brasil deveria fazer para dele participar. Sou um apaixonado por Celso Furtado desde criança, desde quando li seus primeiros livros sobre o Nordeste. E quando tomei conhecimento de suas propostas para o Nordeste, que sempre foram tão claras e tão lúcidas, identifiquei-me imediatamente com aqueles que defendiam as suas teses. Quando foi criada a Sudene, achei que estávamos diante do início de um novo Brasil. Celso Furtado fizera um projeto baseado naquilo que os Estados Unidos tinham feito na Califórnia.

Pela primeira vez, na história do Brasil, observou-se que um governo apresentou um plano de obras; pela primeira vez, um governo não se fixou apenas no mandato seguinte ou no orçamento do ano seguinte, pois Santiago Dantas e Celso Furtado apresentaram um espetacular plano de metas, o Plano Plurianual. Talvez não tenhamos tido um momento tão alto, concreto e real como aquele. O Plano, apresentado à época em que caiu o Parlamentarismo, no Governo João Goulart, foi tão positivo que as forças se armaram contra ele. Juscelino, que queria JK-65, não gostou daquele projeto que poderia dar certo, assim como Lacerda, que já estava com seus esquemas preparados. Brizola, com seu projeto para a Presidência – “Cunhado não é parente; Brizola para Presidente” -, também não gostou do possível sucesso daquele plano.

Naquela época, Celso Furtado já apresentava um plano pronto e acabado, onde, na essência, estão as origens do que ele vem falando até hoje: a necessidade de se melhorar o mercado de consumo e de se dar condições para que o povo brasileiro possa produzir e consumir, pois o grande mercado do Brasil é o mercado interno. Veio o Movimento de 64, Celso Furtado foi para o exílio. Com Tancredo Neves, tempos depois, tivemos a vitória da Aliança Democrática. Fui, então, um dos que defendeu, com paixão, o nome de Celso Furtado para o Ministério do Desenvolvimento. Eu disse: “Este é um homem preparado. Vamos retomar o Plano de onde paramos. Vamos deixar que ele apresente o seu projeto e vamos caminhar adiante”.

A resposta contrária - é doloroso de dizer - foi triste. E sofri tremendamente, naquela época, participando do esquema de organização do Governo Tancredo Neves. Alegaram que Celso Furtado, que já estava há muito na França, estava com a idéia das classes médias e baixa européias, não estava a par do que estava ocorrendo no Brasil. Por isso, o máximo que conseguimos foi que Celso Furtado fosse Ministro da Cultura. E eu disse: "Tancredo, vamos montar um ministério sem a presença de Celso Furtado, quando ele está voltando para o Brasil? Como vamos explicar isso?". O máximo que conseguimos foi colocar um homem da expressão de Celso Furtado no Ministério da Cultura. Não que ele não servisse para esse Ministério, mas precisávamos mais dele em outro. E, agora, ele continua dizendo a mesma coisa. Vejam a coerência e a identidade de um homem que vem propondo a mesma idéia.

O que não entendo, é como um homem que é amigo pessoal de Celso Furtado, como o é o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que conviveu com ele na França, embora não tenha sido Ministro nos Governos Tancredo e Sarney, não conversa com Celso Furtado, depois dessas duas palestras. O Presidente poderia debater com ele num fim-de-semana, desses que Sua Excelência passa na sua fazenda ou em um terreno de propriedade da Marinha, ou nessas vastas regiões onde passeia e descansa - justa e compreensivelmente. Com o Celso, o Presidente pode falar. Se não gosta de falar em português, que fale em francês, em inglês ou na língua que quiser, pois com o Celso, ele pode falar. "O que você está querendo dizer aqui? Você está equivocado neste ponto, isso já está superado". Por que o Senhor Fernando Henrique não promove um debate dessa natureza? Quando uma pessoa como o Celso Furtado fala, parece que é a verdade, que o que ele está dizendo é irreversível, não tem resposta.

O Presidente da República, amigo pessoal dele, pode dizer: 'Celso, venha cá. Vamos conversar, passar um final de semana juntos. Traga mais uma pessoa. Vou levar o Pedro Malan e o Fulano de Tal. Vamos discutir sua idéia de que a minha proposta, o caminho que estou apontando deixará o Brasil em uma situação dramática e cruel. Vamos debater, Celso Furtado!' Qual o motivo pelo qual o Presidente da República não faz isso? Presidente, chame o Celso Furtado, pois vale a pena conversar com ele.

Muito obrigado.

Luiz Gonçalves da Fonseca

De: Luiz Fonseca [luizgf@uol.com.br]
Enviado em: sábado, 20 de novembro de 2004 17:08
Para: politica@correioweb.com.br
Assunto: Simon lembra sonho de Furtado, "um país socialmente justo"

Simon lembra sonho de Furtado, "um país socialmente justo"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou pesar pela morte do economista e membro da Academia Brasileira de Letras Celso Furtado, a quem qualifica como "um homem que honrou o país e o povo brasileiro, por sua dedicação às causas nacionais e seu amor pelos humildes; seu ideal de um Brasil desenvolvido e socialmente justo deve continuar animando a todos que viam nele um exemplo de dignidade pessoal e coragem intelectual". O senador vai propor a realização de uma Sessão Solene do Senado Federal em homenagem a Celso Furtado, cujo nome chegou a ser sugerido para o Prêmio Nobel de Economia, "por sua contribuição ao país como ex-ministro do Planejamento, em 1962, quando elaborou o Plano Trienal; pela criação da Sudene e, ainda, por ter tido a iniciativa de elaborar, quando ministro da Cultura, em 1986, a primeira lei de incentivo fiscal às atividades culturais do país."

Gabinete do Senador Pedro Simon
 Assessoria de Imprensa
 Fone: 61.9962.7139
 imprensa.pedrosimon@senado.gov.br
 20/11/2004

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero me associar aos votos de pesar pela morte do grande economista e homem público Celso Furtado, natural do meu Estado, a Paraíba, mais precisamente do sertão paraibano, da cidade de Pombal.

Sempre o tive como paradigma de honradez e competência; um patriota no sentido mais alto do termo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, brasileiros – e os nordestinos, em particular –, devemos a ele não apenas a criação da Sudene, mas a idéia-força que a embasou: a de que aos países periféricos, como o Brasil, cabe a tarefa de buscar seu próprio modelo de desenvolvimento, sob pena de ficarem eternamente reféns dos modelos impostos pelos países centrais. É um pensamento atualíssimo, que, infelizmente, teve poucos cultores entre nós.

Celso Furtado pensou o Brasil – o Nordeste, em particular – em horário integral. Mesmo nos tempos do exílio, ao longo do regime militar, quando foi recebido com todas as honras pela intelectualidade francesa, permaneceu fiel às suas origens, às suas idéias e, sobretudo, à sua missão de difundir-las e levá-las à prática.

Sentia-se – e era – um missionário; não um messiânico, como tantos, que semeiam ilusões e geram tempestades. Um missionário sóbrio, ciente de sua missão: a de usar a mente privilegiada de que a natureza o dotou a serviço do interesse coletivo.

Sr. Presidente, quando, no Governo passado, foi chamado Celso Furtado a repensar a Sudene, recusou ser remunerado pela missão. Disse textualmente: “O Presidente solicita e faço o que posso. Não aceito nenhum emprego, missão paga. Só aceito o que puder ser feito de graça.”

Celso Furtado exerceu numerosos cargos de relevo na vida pública. Dispensar-me aqui, Sr. Presidente, nesse curto espaço, de desfiar sua extensa e admirável biografia, já mencionada parcialmente pelos que me antecederam, e hoje largamente estampada nas páginas dos jornais.

Concluo, citando o que dele disseram a propósito de seu falecimento, dois personagens antípodas, que convergiram no reconhecimento ao grande homem público: o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-Presidente do BNDES, o economista Carlos Lessa. Disse o ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso: “Foi certamente o maior economista de

sua geração. Nos formou a todos e a várias gerações. Um homem de dignidade”.

Disse o economista e ex-Presidente do BNDES, Carlos Lessa: “Era um gigante no mundo das idéias, do comportamento moral e ético, era de uma honestidade total”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dignidade e eficiência. Num País que tem dificuldades para reconhecer seus heróis, Celso Furtado foi sempre uma referência rara nesses dois quesitos; um paradigma de integridade. Mais ainda agora, quando deixa a vida para entrar na História.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil se sente honrado, – e a Paraíba em particular – em tê-lo tido como um dos seus mais ilustres filhos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho produzir breves palavras sobre requerimento que apresentei, ao lado de outros aqui formulados por integrantes desta Casa, no sentido de que seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento de Celso Furtado, ocorrido sábado passado.

Celso Furtado, como se sabe, nasceu em Pombal, na Paraíba, portanto, no semi-árido nordestino, no começo da década de 20 do século passado. Fez seus estudos secundários no Liceu Paraibano, em João Pessoa, e no Ginásio Pernambucano, no Recife, instituição mais do que secular que se caracteriza pela excelência dos cursos ministrados. Formou-se em Direito, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorou-se em Economia, pela Sorbonne, e fez pós-graduação na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Atualmente, era membro do Conselho da República e integrava a Academia Brasileira de Letras.

Vale destacar que, na Academia Brasileira de Letras, ele era não somente um assíduo freqüentador, mas um ativo participante dos debates que lá se travam. Casado com Rosa Freire d’Aguiar, jornalista, que o acompanhou – dedicadamente – durante mais de 25 anos em todas as suas atividades.

Conheci Celso Furtado ao tempo que fui líder estudantil – Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco –, ocasião do seu trabalho pela criação da Sudene, atendendo a uma convocação do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek. O projeto foi de sua autoria e apresentou a primeira iniciativa, a meu ver, bem tecida, de uma política de desenvolvimento regional.

Devo, a propósito do assunto, lembrar uma análise que, a meu ver, ainda hoje é extremamente atual. Trata-se de um estudo feito pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN – intitulado **Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste**, trabalho coordenado por Celso Furtado, que, para esse fim, se socorre de especialistas de diferentes áreas. Uma publicação, portanto, multidisciplinar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que eu gostaria de destacar nesse trabalho é a originalidade do diagnóstico. Foi essa a primeira vez que se afirmou que não era a seca e, sim, o subdesenvolvimento o principal problema do Nordeste. Durante muito tempo, até o início da década de 60, sempre se dizia que a grande questão do Nordeste era a seca; ela não deixa de ser um limitador a um processo consistente de desenvolvimento, mas apenas – e é apenas – um dos muitos problemas com que se defronta a região nordestina.

A partir daí, Celso Furtado formulou uma política de desenvolvimento extremamente original e, ao mesmo tempo, necessária para que o Nordeste começasse a crescer a taxas mais altas. Mais do que isso, a sua política não era apenas uma mera política econômica, posto que se voltava, também, para resolver as questões sociais, culturais e educacionais do nosso povo e o que fez com que a Sudene se transformasse, sob sua direção, em uma catedral do desenvolvimento do Nordeste.

A sua participação no campo cultural foi muito importante, porque permitiu fazer com que no Nordeste se buscasse executar uma política com base em prévio planejamento. Algo ainda inexistente à época, poderíamos dizer, no próprio País, mas, de modo especial, no Nordeste. Ao lado disso, saliento a preocupação dele em formar recursos humanos, não somente para a administração da Sudene, como também para as universidades regionais. Para esse fim, ele se valeu inclusive de cooperação de instituições outras brasileiras e estrangeiras.

Roberto Campos, num artigo intitulado **Dois grandes homens**, publicado em **O Estado de S. Paulo**, em 1992, falando sobre Lord Keynes e Frederick Hayek, observou que Hayek costumava afirmar que “não era um bom economista quem fosse apenas um economista”.

Essa definição, Sr. Presidente, se aplica por inteiro a Celso Furtado. Ele era uma pessoa formada em ciências jurídicas, um pensador social e um cientista no campo da Economia. Sob esse aspecto, a respeito desse assunto, gostaria de ler o que ele disse em entrevista de 1997, no **Correio das Artes**, suplemento cultural do jornal **A União**, da Paraíba, ao jornalista

Evandro Nóbrega, coordenador do referido suplemento – aliás, publicado em uma homenagem à sua posse na Academia Brasileira de Letras – Celso Furtado diz:

“Quando, finalmente, aos 26 anos de idade comecei a estudar Economia de maneira sistemática, minha visão do mundo já estava definida. Assim, a economia não chegaria a ser mais que um instrumental, que me permitia com maior eficácia tratar problemas que vinha da observação da História ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve a economia, portanto, na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema *estritamente econômico*. Por exemplo, a inflação nunca foi, em meu espírito, outra coisa senão a manifestação de conflitos de certo tipo entre grupos sociais”.

Por aí se vê que já nessa entrevista ele deixava claro que a questão que mais o preocupava era a de um correto desenvolvimento social.

Com isso, volto a Keynes, que há pouco me reportei ao me referir ao artigo de Roberto Campos. Keynes dizia que a grande questão da humanidade era “combinar eficácia econômica, justiça social e liberdade”.

Celso Furtado, como se pode observar em toda sua obra, tinha nitidamente essa visão. Era, assim, um humanista para quem nada do que era humano lhe era indiferente.

Basta ler sua obra. E citaria uma, que li ainda quando estudante universitário: **Formação Econômica do Brasil**, para, na minha opinião, ver confirmada a sua percepção metaeconômica, posto que social, política e cultural.

Em abono do que afirmo, faço menção a artigo de autoria de Rubens Ricupero, publicado na **Folha de S. Paulo** em março do ano 2000. Dizia ele:

“Caio Prado, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Raymundo Faoro e precursores de gênio como Nabuco voltaram-se para essas estruturas do passado a fim de neles encontrar a chave do presente. A eles devemos” [isso que eu gostaria de destacar em Celso Furtado] “as referências e os parâmetros obrigatórios para qualquer discussão ou balanço da experiência histórica brasileira”.

Nos anos mais recentes, tive oportunidade de aproximar-me dele no Governo de V. Ex^a, Sr. Presidente José Sarney, ele Ministro da Cultura e eu ocupando a Chefia da Casa Civil da Presidência da República, e, por fim, na Academia Brasileira de Letras.

Acredito, por todas essas razões, que a partir do seu desaparecimento as idéias de Celso Furtado serão melhor estudadas e certamente um reconhecimento

maior receberá por parte daqueles que se preocupam com o País e suas instituições e buscam o desenvolvimento orgânico e integrado da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero externar meu sentimento de pesar a Rosa Freire d'Aguiar, a seus filhos Mário e André, àqueles que se tornaram verdadeiros irmãos de Celso Furtado, como Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro, Paulo Nogueira Batista Júnior, e a tantos outros que são seus discípulos. Alguns são mais próximos, como Maria da Conceição e Carlos Lessa.

Toda a minha geração de economistas, de pessoas interessadas nas ciências sociais, desde os anos 50 – e dos anos 60, 70, 80 e 90 até agora –, vimos em Celso Furtado um exemplo de professor, de cientista, sempre em busca da verdade, em busca de outros critérios, valores e caminhos que não aqueles normalmente considerados consensuais por muitos que levavam adiante os livros da ciência econômica.

Celso Furtado, sobretudo, também foi um desenvolvimentista interessado na defesa da Nação brasileira, um nacional-desenvolvimentista, uma pessoa que soube perfeitamente olhar como seria possível desenvolver caminhos que não os propugnados por tanto tempo em nosso País. Ele mostrou ser perfeitamente possível fazer do Brasil uma nação mais equilibrada, onde não houvesse grandes disparidades de riqueza e de renda, entre o Sul, o Sudeste e o Norte e o Nordeste, ou o Centro-Oeste.

Por essa razão, ele criou mecanismos como o BNDES e a Sudene e foi responsável por levar adiante esses instrumentos tão significativos para o desenvolvimento brasileiro, que, por vezes, acabaram sendo administrados de maneira muito diferente do que era seu propósito. Não foi à-toa que Celso Furtado manifestou, praticamente às vésperas de seu falecimento, sua solidariedade ao então Presidente do BNDES, Carlos Lessa, dizendo quão importante era que ele levasse adiante os propósitos de assegurar o real desenvolvimento da Nação brasileira, de acordo com os interesses do povo brasileiro.

Celso Furtado deu muitos exemplos de ética ao longo de sua vida política. Hoje, conversei com a professora Maria da Conceição Tavares, que lamentava perder o último dos três grandes mestres de sua vida, que foram Aníbal Pinto, Raúl Prebisch e Celso Furtado. Disse-lhe que continuava a ser a nossa mestra, a

pessoa que, ao lado de Carlos Lessa e tantos outros, poderá levar adiante reflexões sobre a importância de Celso Furtado. Ela foi uma das mais distinguidas alunas de Celso Furtado, de Raúl Prebisch e de Aníbal Pinto. Obviamente, a dor de Maria da Conceição Tavares era extrema, também pelo afastamento de Carlos Lessa do BNDES.

Coincidentemente, viajei de São Paulo ao Rio de Janeiro no mesmo voo de Guido Mantega, que era Ministro do Planejamento e foi designado para substituir Carlos Lessa à frente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Assegurei-me S. Ex^a no caminho que vai manter a política de Carlos Lessa, que não haverá modificação nas diretrizes do BNDES e que, em verdade, essas diretrizes são as do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero aqui registrar a manifestação do Presidente sobre Celso Furtado. Eu tinha a expectativa de que Sua Excelência fosse ao velório, ao funeral. Disse o Presidente:

“É com enorme pesar que venho a público manifestar minha tristeza com o falecimento de Celso Furtado. Mais que um economista, Furtado era um brasileiro que nos enchia de orgulho por seu compromisso com o Brasil, com a América Latina e com todos os países em desenvolvimento...”

Para Lula, as obras e idéias de Celso Furtado representam “um marco do pensamento econômico e social, transformando-o em um dos homens mais importantes do século XX”. O presidente também lembra que o reconhecimento internacional de Furtado comprova o trabalho desenvolvido pelo economista em todo o mundo.

“É impossível debater o desenvolvimento sem passar por seus textos e idéias. Intelectual rigoroso era, ao mesmo tempo, homem de ação e de Estado...”

Sua Excelência destacou como Celso Furtado participou de diferentes governos e foi o responsável pela construção da Sudene.

“Lembro-me com emoção de sua presença na cerimônia de recriação da Sudene no ano passado em Fortaleza. Mesmo debilitado fisicamente, comemorou sua fé no Nordeste e no Brasil. Perco um amigo, mas guardo seus ideais...”

Presidente Lula, gostaria de ter estado, no sábado ou no domingo de manhã, ao seu lado, para lhe dizer algo que alguém disse de forma diferente.

Eu teria recomendado muito fortemente ao Presidente que fosse ao velório.

O economista Celso Furtado tem, para todos os brasileiros e todas as pessoas no mundo, um significado tão especial que eu próprio, o Senador Aloizio Mercadante e o Senador Roberto Saturnino, como representantes do povo que somos, consideramos muito importante estar ali presentes no momento de seu funeral.

No entanto, o Presidente, que ouviu Celso Furtado na cerimônia de recriação da Sudene, bem como o ouviu tantas outras vezes, que durante a sua campanha foi visitar o economista Celso Furtado em seu apartamento, de onde, ao lado de Maria da Conceição Tavares, deu um adeus tão bonito ao povo, aos jornalistas, gesto que foi veiculado em todos os meios de comunicação e que levou Celso Furtado, diferentemente do que havia acontecido em outras ocasiões, a dizer que recomendava o voto no Presidente Lula, inclusive num momento em que este tinha como seu adversário um economista, José Serra. Eu, sinceramente, teria dito ao presidente: “Eis um momento em que é muito importante a presença de Vossa Excelência.”

Hoje a imprensa publicou que um assessor teria dito que talvez fosse melhor o presidente não ir porque poderia haver manifestações. Pois eu tenho a certeza de que ali o Presidente Lula seria extremamente respeitado, abraçado por Rosa Freire d’Aguiar, por Carlos Lessa, por todas as pessoas que ali estavam, que são seus amigos.

Presidente José Sarney, tendo refletido sobre o assunto, quero falar algo com sentimento de amizade em relação ao Presidente Lula. Eu também fui ao velório, por exemplo, de um brasileiro que merece o nosso respeito, o Sr. Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo. Naquela ocasião, o Presidente Lula considerou importante ir ao velório, assim como o Ministro Antônio Palocci, o Ministro José Dirceu – muitos foram os ministros do Presidente Lula que foram ao velório de um importante brasileiro. Sabendo o Presidente Lula, nascido em Garanhuns, Pernambuco, da importância de Celso Furtado para a história do Brasil, considero que seria apropriado ter comparecido a seu velório. Tanto é que, indagado sobre se Sua Excelência viria, respondi que acreditava que o presidente estava chegando.

Hoje li nos jornais que alguém recomendou que Sua Excelência não fosse ao velório. Eu teria recomendado a Sua Excelência que comparecesse, ainda que houvesse qualquer manifestação de objeção ou de protesto com respeito, por exemplo, à saída de Carlos Lessa do BNDES. Seria próprio que Sua Excelência ali manifestasse as coisas bonitas que disse para Rosa

Freire d’Aguiar e para seus filhos, ainda mais porque Celso Furtado foi um pensador fantástico, alguém que acreditava ser perfeitamente possível mudar a situação de subdesenvolvimento do País.

Espero sinceramente, Presidente José Sarney, que a morte de Celso Furtado seja como que um acender de luzes para o Ministro Antônio Palocci, para o presidente do Banco Central Henrique Meirelles, para os membros do Copom, para os diretores do Banco Central, enfim, para toda a equipe econômica, a mostrar que é perfeitamente possível caminhar na direção de um maior crescimento econômico de maneira a compatibilizar a batalha contra a inflação, a erradicação da pobreza e o crescimento das oportunidades de emprego. É esse o sentido maior do que Celso Furtado dizia em seus artigos, inclusive nos últimos deles, como o publicado no Jornal do Brasil há doze dias, assim como no prefácio ao livro de Ignacy Sachs, onde ele apontou que não se pode simplesmente aceitar a lógica do capital financeiro e destinar uma proporção tão excepcional de recursos do povo brasileiro ao pagamento dos rentistas, dos juros, e, ao mesmo tempo, negar maior velocidade à resolução dos problemas sociais, da educação, da habitação, da reforma agrária e ao provimento efetivamente de uma renda a todos os brasileiros.

A homenagem maior que o Presidente Lula pode fazer a Celso Furtado é dizer a sua equipe que leia as reflexões de Celso Furtado e inspire-se nelas para modificar e melhorar a política econômica numa direção mais correta, a que ele vinha recomendando.

Sr. Presidente, quero também ressaltar exemplos da ética pela qual pautou sua vida o Professor Celso Furtado.

Em sua obra autobiográfica, no trecho “A Fantasia Organizada”, no tomo 1 – e é muito importante que todos leiam essas lições, Celso Furtado diz que gostava, quando estava em Santiago, no Chile, de andar com o economista Raúl Prebisch. Sr. Presidente, Senador José Sarney, vou terminar com esta reflexão, um parágrafo em que Celso Furtado fala da lição que recebeu de Raúl Prebisch.

Indaguei dele, certa vez, o que induzira a reassumir a cátedra universitária. Respondeu-me simplesmente: ‘Em primeiro lugar, porque estava desempregado, em segundo, porque gosto de pensar em voz alta, e esse é um privilégio do professor.’ E continuou: ‘Quando deixei o Banco Central, fiquei sem meio de vida. Tive que alugar minha casa em San Isidro e alugar um pequeno apartamento, onde minha mulher teve de privar-se de seu piano’. Como eu mostrasse certa perplexidade por ele não

haver arranjado um bom emprego, redargüiu, em tom de explicação: 'Que emprego? Eu havia sido muitos anos diretor-presidente do Banco Central, conhecia a carteira de todos os bancos, pois havia ajudado a saneá-los, a ponto de poder administrar o redesconto pelo telefone. Quando me demitiram, muitos grandes bancos me ofereceram altas posições, mas como podia colocar meus conhecimentos a serviço de um se estava ao corrente dos segredos de todos? Preferi reduzir meu padrão de vida ao de um professor, o que não era muito'".

Notem, Senador Mão Santa e Senadora Serys Slhessarenko, que não foi à toa que muitos viemos ressaltar o exemplo de vida ética que foi Celso Furtado para todas as pessoas que estão na vida pública.

Sr. Presidente, acabo de receber uma mensagem do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen sobre Celso Furtado. São algumas poucas linhas, que vou ler, se me permitir, em inglês, e traduzir imediatamente para o português:

Dear Eduardo,

Many thanks for your letter with the terrible news. I would be very grateful if you would please pass on my deepest sense of sorrow and solidarity to Celso Furtado's widow, Rosa.

I feel quite overwhelmed by the dreadful news of Celso Furtado's death. He was a visionary economist, a leading thinker, and a wonderful human being. When I came to know him first in the early 1960s in Cambridge, England, I was tremendously impressed both by his deep insights and by his strong sense of humanity and warmth. Even though we have been in touch only in a rather distant way over the last few decades, he has often been in my thoughts. I think of him today both with a deep sense of tragedy, but also with pride in having known a very great man who did so much for his country, for his profession, and for the world.

With warm regards to you,
Your ever,
Amartya Sen

Querido Eduardo, muito obrigado por sua carta com a terrível notícia. Eu ficaria muito agradecido se você pudesse exteriorizar o meu mais profundo pesar e a minha solidariedade à viúva de Celso Furtado, Rosa.

Sinto-me completamente consternado pela triste notícia da morte de Celso Furtado. Ele foi um economista visionário, um pensador

líder e um maravilhoso ser humano. Quando o conheci, nos anos 60, em Cambridge, na Inglaterra, fiquei muitíssimo impressionado por sua profunda percepção das coisas e pelo seu forte senso de humanidade e calor humano.

Mesmo que tenhamos tido contato apenas às vezes e de maneira distante nas últimas décadas, ele sempre esteve em meu pensamento. Penso nele com um profundo sentimento de tristeza e também com orgulho por ter conhecido um grande homem que muito fez por seu País, por sua profissão e pelo mundo.

Com calorosos sentimentos de reconhecimento

Amartya Sen.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.456, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno, seja realizada Sessão Especial desta Casa com a finalidade de homenagear o grande economista brasileiro Celso Furtado, recentemente falecido.

Justificação

A grande obra de Celso Furtado, provavelmente o maior economista brasileiro do século XX, teve e tem decisiva influência na formação de economistas e cientistas sociais em todo o mundo, por sua originalidade, consistência teórica e ousadia intelectual.

Com efeito, Celso Furtado deu contribuição inestimável para a correta compreensão dos mecanismos econômicos e históricos que conformam o chamado subdesenvolvimento, tendo superado as limitações teóricas impostas por correntes neoclássicas e monetaristas. Ademais, o enfoque estruturalista desenvolvido por Celso Furtado mantém a sua força explicativa e atualidade, constituindo-se num instrumento teórico de enorme significado para todos aqueles que almejam ter uma precisa compreensão dos processos de dependência que tanto afetam os países em desenvolvimento.

Observe-se que Celso Furtado sempre teve clara consciência da função social que cabe aos intelectuais desempenhar e por isto deu a sua obra um nítido sentido pedagógico dirigido à orientação de ações transformadoras que permitissem aos países periféricos a superação da sua condição de subdesenvolvimento.

Mas, além da extraordinária qualidade, a obra de Celso Furtado avulta-se também por sua abrangência temática e influência internacional, sendo ele o economista latino-americano mais lido em todo o mundo.

Entretanto, a qualidade e consistência da obra furtadiana encontra seu paralelo no homem Celso Furtado, o qual, dadas sua honestidade intelectual e sua dedicação integral às causas maiores da Nação, representa o que a **intelligenza** brasileira tem de melhor.

Assim sendo, julgamos inteiramente justo e oportuno que esta Casa realize Sessão Especial com a finalidade de homenageá-lo.

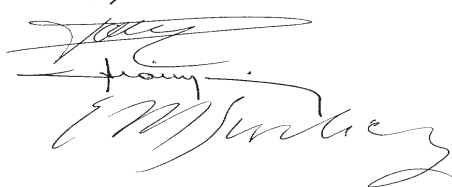
Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.

– Senador **Aloizio Mercadante**.


Senador **Aloizio Mercadante**







REQUERIMENTO Nº 1.457, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Sessão Especial, no dia 7 de dezembro corrente, para, com profundo pesar, reverenciar a memória do ex-Ministro Celso Furtado.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004. – Senador **Sérgio Guerra** – Senador **Mão Santa** – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Pedro Simon** – Senador **Marco Maciel** – Senador **Efraim Moraes**.

REQUERIMENTO Nº 1.458, DE 2004

Requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear Celso Furtado.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto nos artigos 154, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o advogado, economista, professor, ex-Ministro e escritor Celso Furtado, falecido no dia 20 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro.

Justificação

Faleceu, no último sábado, enquanto dormia em sua casa no Rio de Janeiro, aos 84 anos de idade, um dos mais importantes intelectuais brasileiros de todos os tempos, especialmente na área de economia, onde se

projetou internacionalmente. Autoridades e intelectuais de todo o País lamentaram a sua morte e o Presidente da República decretou luto oficial de três dias. Seu enterro, ontem, às 11 horas, no mausoléu da Academia Brasileira de Letras, teve a presença de autoridades e das mais destacadas figuras de nosso País.

Celso Furtado nasceu no dia 26 de julho de 1920, em Pombal, alto sertão da Paraíba. Vinte anos depois, ingressa na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, Capital da República.

Decano dos economistas brasileiros, Celso Furtado dedicou seus estudos à problemática econômica do Brasil e da América Latina. Foi um nacionalista ardente, apesar de as circunstâncias o terem afastado do País por tantos anos, cassado que foi pela ditadura. Dele disse o recém-demitido Presidente do BNDES, Carlos Lessa: “Foi um brasileiro com B maiúsculo”.

Apesar da grande projeção de sua obra e de sua atuação nas diversas áreas para as quais foi convocado, Celso Furtado, foi discreto até mesmo ao morrer: seu corpo foi encontrado no quarto do casal, pela esposa, no momento em que esta foi avisá-lo de que o economista Ignacy Sachs estava a chamá-lo ao telefone. A par da idade já avançada, Celso Furtado já vinha com a saúde abalada pelo mal de Parkinson e por um câncer ósseo.

Com todo o prestígio e reconhecimento por parte das correntes mais diversas da política brasileira, Celso Furtado não quis se candidatar a cargo eletivo, no qual certamente conquistaria destacada projeção. Com certeza, foi um dos inspiradores dos mais fantásticos políticos de seu tempo, como Juscelino, Jango e Tancredo, aos quais assessorou com brilhantismo.

Durante o seu exílio, Celso Furtado foi festivamente acolhido pelos centros intelectuais mais adiantados do mundo, tendo lecionado nas universidades de Yale e Columbia (EUA), Sorbonne (França) e Cambridge (Inglaterra).

O Brasil fica ainda a dever o merecido reconhecimento a esse ilustre filho que projetou seu nome internacionalmente e continua credor do Prêmio Nobel de Economia, pelo que fez por este campo de conhecimento, nos mais diversos campos em que provou a sua competência e pela vasta obra que lega à humanidade nessa área.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004. – Senador **Papaléo Paes** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Mão Santa** – Senador **Efraim Moraes** – Senador **Marco Maciel** – Senador **Tião Viana**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Em votação os requerimentos.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante para encaminhar a votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, todas essas iniciativas demonstram a emoção desta Casa, que expressa o sentimento de

toda a Nação, e o desejo de realizarmos uma sessão em homenagem a esse grande brasileiro que sonhou com o desenvolvimento do Brasil, que produziu trinta e cinco obras sobre esse assunto e deixou vasta experiência na vida pública.

A participação de Celso Furtado na operação Nordeste, que V. Ex.^a acompanhou tão de perto, teve desdobramento no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek com a criação da Sudene. Mais tarde, como Ministro do Planejamento, ele participou do Plano Trienal, que foi a tentativa mais organizada de elaborar uma política de estabilização da economia com as reformas de base ainda no Governo João Goulart.

Participou, depois, como Ministro da Cultura do Governo que V. Ex.^a presidiu, no processo de redemocratização do País. Celso Furtado, que obteve o maior reconhecimento intelectual, sobretudo na área econômica, é uma referência intelectual obrigatória para as novas gerações em virtude de sua atitude e de sua postura.

Tudo isso foi dito nesta tarde por representantes de todos os partidos, de todas as forças políticas. Tenho certeza de que as iniciativas de apresentar esses requerimentos expressam o sentimento do povo brasileiro e do Plenário do Senado Federal, que prestará justa homenagem a esse grande brasileiro e registrará a imensa perda do Brasil em decorrência da morte do paraibano, nordestino e brasileiro Celso Furtado. Por essa razão, a iniciativa de sessão especial, tenho certeza, será acolhida por todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de apresentar, em nome do Partido Liberal, os votos de mais profundo pesar pela perda do grande economista e advogado Celso Furtado.

Amanhã lançaremos no Senado Federal, em conjunto com os Deputados, a Frente Parlamentar para uma Política de Pleno Emprego no Congresso Nacional. Havíamos convidado o ex-Ministro Celso Furtado para patrono dessa Frente. Ele recusou. Aos 84 anos, ele pensava que poderia, de alguma forma, constranger o Presidente da República, de quem era muito amigo. Mas me enviou uma carta, que lirei amanhã na abertura do evento.

Sr. Presidente, no momento em que mais de 22 milhões de brasileiros estão desempregados ou subempregados, no momento em que há conflitos no campo, como o que ocorreu ontem em uma das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais, do qual resultou a morte lamentável de cinco membros do Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no momento em que todos os morros habitados das principais cidades brasileiras estão dominados pelo narcotráfico, mais do que nunca os ensinamentos do grande economista Celso Furtado e, principalmente, seu princípio de pleno emprego precisam ser lembrados.

Meu Partido quer fazer coro ao desejo desta Casa e de cada um de nós de homenagear esse brasileiro ilustre que parte neste momento tão importante e delicado da vida nacional, que parte sem levar a felicidade de ver um Brasil mais justo, menos desigual, mais próspero, com suas principais questões resolvidas.

De tal maneira, Sr. Presidente, apoiamos plenamente o que disse o Líder do Governo no sentido de realizarmos uma sessão solene do Senado Federal para homenagear esse grande brasileiro que deixa lições as quais ainda precisamos aprender e praticar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney PMDB – AP)
– Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero associar-me às expressões de pesar manifestadas pelos Senadores que ocuparam a tribuna sobre o falecimento de Celso Furtado.

Perde o Brasil uma das maiores inteligências do País de todos os tempos, um homem que ocupou um lugar de referência em nossa história nos últimos cinquenta anos.

Celso Furtado não era somente o economista, conhecido e respeitado no mundo inteiro, com passagens brilhantes na Sorbonne, em Cambridge*, em Harvard*, na Columbia; era também o professor, mestre de tantas gerações brasileiras. Humanista de formação universal, era também um pensador.

Foi um ponto de referência no estudo do Brasil e de sua economia. Seu livro **Formação Econômica do Brasil*** é, sem dúvida alguma, fundamental e indispensável. Podemos dizer que se situa dentre aqueles livros que permanentemente temos que ler: **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Hollanda*, **Casa Grande e Senzala**, de Gilberto Freyre* e **História Econômica do Brasil**, de Caio Prado Júnior*. São livros que mudaram a concepção brasileira a respeito de como devíamos enfrentar o problema da pobreza e o problema social. Não só o lado econômico, mas a visão social que esses livros davam era um pouco aquilo que existiu na literatura quando Oswald de Andrade* disse

que aqui no Sul estavam fazendo mudanças na literatura, e chegaram os búfalos do Nordeste, colocando a questão social acima de todas elas.

Com essa visão, Celso Furtado pôde conceber a sua política em relação ao Nordeste. Como homem de pensamento universal, abordou ao mesmo tempo tanto as questões universais quanto as questões típicas.

Os anos nos fazem recordar referências ao longo da vida. Em 1959, estava no Rio de Janeiro, como Deputado Federal. A seca de 1958 tinha sido devastadora no Nordeste e um grupo de Deputados, na Câmara dos Deputados, colocávamos o problema da nossa Região diariamente, pedindo ao Presidente Juscelino Kubitschek*, ao Governo Federal, que tomasse uma posição em relação ao Nordeste.

Naquele tempo nós, no Rio de Janeiro, um grupo de Deputados, dentre os quais quero citar Virgílio Távora e Edilson Távora, tínhamos à frente, permanentemente, o Dr. Celso Furtado. Ele pedia nosso apoio para uma nova política para o Nordeste. Devo lembrar também aqui, porque era muito ativo nessa ação, o Senador Remy Archer.

Até então, todas as metas propostas pelo Governo Juscelino destinavam-se à Região Centro-Sul. Criavam-se fábricas e grandes investimentos, mas o Nordeste era abandonado.

O Presidente Juscelino, sensibilizado com a campanha que fazíamos, mandou o General Ramagem* ao Nordeste, que fez um relatório. Este concluía, de uma maneira dramática, pela necessidade de, imediatamente, encararmos o Nordeste não em nível local, mas como algo que precisasse de uma solução nacional.

Recordo-me que foi nessa época que o Presidente Juscelino Kubitschek mandou o relatório para o Conselho de Desenvolvimento Econômico. Ali, Celso Furtado e Inácio Rangel* conceberam uma política de integração para o Nordeste que recomendava a criação de um órgão que era, nada mais nada menos, a Sudene. Deram ao Nordeste a visão de uma Região necessitada que, por meio de uma integração física, poderia enfrentar os seus problemas, daí a Lei de Incentivos Fiscais para o desenvolvimento da indústria, a extensão da fronteira agrícola até os vales úmidos do Maranhão e, também, a construção das estradas básicas que dariam ao Nordeste condições de escoar sua produção e, ao mesmo tempo, importar e criar novas fábricas.

Muitas pessoas, àquela época, diziam que, com relação ao Centro-Sul, tínhamos ações efetivas; no Nordeste, tínhamos uma oficina compensatória de sonhos. Aqui, tínhamos uma fábrica de estradas; lá, uma fábrica de sonhos.

Foi justamente nesse tempo que a figura de Celso Furtado, com a herança que possuía – nascido em Pombal, na Paraíba, e filho de uma família que, pelo lado do pai era ligada à magistratura e, pelo lado da mãe, era ligada a fazendeiros, aos problemas da terra –, criou a concepção segunda a qual o Nordeste passou a ser considerado não somente o polígono das secas, mas um lugar que precisava de uma profunda ação do Governo, porque o problema não era da falta de chuva, o problema era da falta de um governo que enfrentasse a questão social. No Saara não chove e não há problema, porque lá não existem agrupamentos humanos.

Portanto, é com uma imensa sensação de tristeza que aqui estou relatando esses fatos, recordando-me de Celso Furtado.

Conheci, então, o homem que estava acima dos problemas políticos. O professor que sabia construir. O teórico que sabia moldar a realidade. Depois, por esses caminhos da vida, tive oportunidade de convidar o professor Celso Furtado para ser Ministro da Cultura* do meu governo.

Antes disso, e aqui está o Senador Marco Maciel – em sua casa – quando procurávamos redigir o manifesto da Aliança Democrática, em determinado momento houve alguns impasses criados e algumas objeções feitas pelo Deputado Freitas Nobre a respeito daquele documento. Tancredo Neves, com aquele seu gosto conciliador, chamou Ulysses Guimarães e pediu: Ulysses, só temos um homem para solucionar isto, pela sua autoridade, sua respeitabilidade e pela confiança que inspira em todos nós. Vamos chamar Celso Furtado para redigir a parte econômica do Manifesto que está sendo elaborado pela Aliança Liberal.

Era essa regência moral e cultural que Celso Furtado exercia, não sendo político, em relação a todos os políticos.

Como Ministro da Cultura, teve oportunidade de montar no Brasil inteiro a política de incentivos fiscais para a cultura. Esse era um projeto de lei que eu apresentava desde 1972 e que não tinha jamais tido oportunidade de se concretizar. Celso Furtado tomou a frente dessas idéias e implantou o sistema de incentivos fiscais à cultura. Esse mesmo que, com outros nomes e faces, está sendo desenvolvido. Mas é preciso que se diga que nasceu em nosso Governo, com Celso Furtado como executor do programa.

Assim, é com profunda comoção que falo de Celso Furtado, de quem tornei-me amigo; e da presença de sua mulher, Rosa Freire d'Aguiar*, testemunho de dedicada companheira e, ao mesmo tempo, exemplo de mulher a viver ao lado de um homem daquela capacidade.

Quero, ainda, recordar que propus – e tivemos a oportunidade, todos nós – que ele fosse indicado pelo Senado como Conselheiro da República, cargo em que se encontrava até o dia em que faleceu.

Também, com alguns outros acadêmicos, sugeri o seu nome para a Academia Brasileira de Letras. No princípio, ele não gostava da idéia. Era um homem muito recatado e não queria de nenhuma maneira entrar para a Academia, achando que era um ambiente que não condizia com seu temperamento. Depois, ele aceitou. Todos os acadêmicos o procuraram e, na Academia, foi – está aí o testemunho do Senador Marco Maciel – um homem que prestigiou a Casa, pois cumpria com os seus deveres de acadêmico mais do que todos nós, comparecendo a todas as sessões e conferências, dando uma contribuição efetiva aos trabalhos da Casa, além do prestígio que trouxe à Academia, que ficou maior com a presença do economista Celso Furtado.

Portanto, com essas palavras, associando-me ao sentimento da Casa, quero dizer que o Brasil perdeu um grande homem; a inteligência brasileira, um dos mais importantes espaços na sua história; e eu, um amigo por quem tinha grande admiração e a quem devotava profundo respeito.

Peço a todos os Senadores, porque já aprovamos o requerimento, um minuto de silêncio em homenagem à memória de Celso Furtado. (Pausa)

(O Plenário, de pé, observa um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Voltando à lista de oradores, com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos pronunciamentos foram proferidos hoje, dia em que todos os brasileiros choramos a morte do Professor Celso Furtado, um brasileiro que – para pegar apenas um aspecto de sua atuação – apontou a necessidade de promovermos a reforma agrária neste País.

Além da tristeza pela perda desse brasileiro tão dedicado às lutas do nosso povo, temos que chorar também ao lado dos companheiros do MST e pedir que cessem as mortes neste Brasil profundo, onde cada palmo de terra continua sendo disputado a bala.

O Senador Marcelo Crivella falou há pouco sobre a chacina ocorrida, no sábado, em Minas Gerais. Quinze pistoleiros encapuzados e fortemente armados atacaram um acampamento do MST, chamado Terra Prometida, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, chacinaram cinco agricultores e deixaram feridos cerca de vinte, dois deles em estado grave. Os pistoleiros

chegaram ao local atirando, atearam fogo nos barracos do acampamento e deixaram cerca de 100 famílias desabrigadas. Segundo o MST, o ataque ocorreu no momento em que a coordenação do acampamento estava reunida em um dos barracões. Mataram quatro pessoas na hora e a quinta vítima morreu no hospital.

Os acampados teriam reconhecido sete dos assassinos como pistoleiros de fazendas da região e, neste domingo, cerca de 300 soldados das Polícias Civil, Militar e Federal cercaram a área e iniciaram a busca dos culpados, que, segundo relatos, teriam fugido.

O massacre criou grande comoção na região. A cidade de Felisburgo, Município ao qual pertence a área, está em choque.

O Ministro do Desenvolvimento Agrário e Reforma Agrária, Miguel Rosseto, o Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, o Superintendente do Incra do Estado de Minas Gerais e o Bispo D. Luciano Mendes de Almeida foram ao local, neste domingo, junto com alguns Parlamentares.

Também foram a Felisburgo muitos integrantes do MST. Segundo o Líder Suptitz, o MST também organizou protestos para que a justiça seja feita.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Serys Slhessarenko?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, é da maior relevância que V. Ex^a esteja transmitindo preocupação, que é de todos nós, com essa chacina ocorrida no Município de Felisburgo, interior de Minas Gerais, onde diversos trabalhadores sem-terra foram massacrados por uma ação coordenada, planejada por quem estava tentando manter para si uma área que, segundo o Secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, é terra devoluta e deve, portanto, ser destinada ao Governo do Estado de Minas para fins de realização de reforma agrária. Eu gostaria de fazer aqui uma sugestão à CPMI da Terra: que o Presidente, Alvaro Dias, o Vice-Presidente, Deputado João Alfredo, e todos nós, membros, venhamos, da mesma maneira que todos os citados por V. Ex^a, a nos empenhar para que esse episódio seja inteiramente esclarecido em suas responsabilidades. Espero que a CPMI possa assegurar que justiça seja feita, inclusive em homenagem a Celso Furtado, à sua maneira de ver o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ele considerava um movimento saudável, o mais importante movimento social no Brasil contemporâneo, que deve contribuir para a

reforma agrária, que é urgente e necessária. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador. V. Ex^a apresenta, como sempre com muita clareza, as suas posições e os seus compromissos.

Segundo o MST, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ataque ocorreu no momento em que a coordenação do acampamento estava reunida em um dos barracões, como eu disse. Evidentemente, o massacre criou grande comoção na região, e a cidade de Felisburgo, município a que pertence a área, está em choque, conforme já falei.

Lideranças para lá se dirigiram, e, de conformidade com a liderança do Sr. Suptitz – nome complicado! –, coordenador estadual do MST, a situação no acampamento Terra Prometida é dramática.

Esse acampamento existe há cerca de dois anos. Ele não é novo. Não houve uma invasão de terras, como se costuma dizer. Houve uma ocupação – o que, aliás, é muito diferente de invasão; as pessoas costumam chamar da mesma forma, mas é absolutamente diferente.

Essas trabalhadoras e esses trabalhadores ocupam o acampamento Terra Prometida há cerca de dois anos. Uma parte da terra, Sr. Presidente, segundo informações, deve ser desapropriada; e mais ou menos a metade é de terra grilada. O pretensão proprietário é o pecuarista Adriano Chafik.

Segundo o Instituto de Terras de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas, no mínimo a metade dessa terra é devoluta; é terra pertencente ao Estado de Minas Gerais. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o imbróglia da Justiça brasileira, do Poder Judiciário deste País – que é um imbróglia realmente –, as ações são demoradas, elas não avançam. Em muitas situações, por falta de condições de trabalho, por excesso de ações; em outras situações, por questões suspeitas. E esse imbróglia jurídico é que vem dificultando o processo de desapropriação dessa fazenda, considerada improdutiva – é óbvio, Senador Mão Santa, que improdutiva no sentido de não estar produzindo nada, e não de haver terra que não seja de boa qualidade.

Sr. Presidente Marcelo Crivella, essas ameaças, às quais V. Ex^a já se referiu, quando mostrou a sua indignação a respeito, já ocorriam. Os trabalhadores que viviam – e muitos ainda vivem, obviamente – na Terra Prometida, em Minas Gerais, recebiam ameaça há muito tempo. É a chacina anunciada, é a morte anunciada. Aqueles que anunciavam por aí que haveria o “abril vermelho”, o “junho verde”, etc., estavam enganados. O que estamos vendo, neste momento, é

um novembro vermelho do sangue dos trabalhadores, sangue dos pequenos agricultores, daqueles que querem a terra para nela produzir e tirar o sustento com dignidade para si e para seus familiares. É o sangue deles que está sendo brutalmente derramado pela crueldade do latifúndio de Felisburgo, em Minas Gerais, cujo acampamento se chama Terra Prometida – não tenho informação do nome da fazenda.

Sr. Presidente, quero ainda dizer que a liberdade mineira, a liberdade do nosso Estado de Minas – de um povo tão bom, de tantas riquezas, de uma cultura gigantesca – foi maculada com o sangue dos sem-terra a mando do latifundiário; e temos que ter culpados, sim. Um deles é a morosidade do Poder Judiciário, a cumplicidade do Governo do Estado de Minas, com certeza. Isso tudo precisa ser apurado, e que haja a imediata prisão, julgamento e condenação do latifundiário, porque, com certeza, há todos os indícios de que ele é o mandante desse crime, praticado por esses jagunços.

Sr. Presidente, a reforma agrária continua sendo um desafio para todos os brasileiros. Várias vezes já me pronunciei aqui sobre os caminhos para a reforma agrária. E, lá, em Mato Grosso, por exemplo, devemos fazer a reforma agrária, retomando as terras públicas que foram ocupadas, griladas pelos grandes “agricultores”.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Serys Slhessarenko?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Pedro Simon. Em seguida, concederei um aparte ao Senador Mão Santa, que também o solicitou.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Considero da maior importância o seu pronunciamento. V. Ex^a aborda um tema que realmente choca o País inteiro: a forma dura e grosseira da notícia sobre o que aconteceu e o que vem acontecendo em termos de reforma agrária, em termos de violência. Realmente, V. Ex^a tem razão. Não há como entender. Um fato me chama a atenção – perdoe-me V. Ex^a. Nunca me esqueço de uma das frases mais positivas, mais concretas do Presidente Lula, na campanha: “Um dos motivos pelos quais tenho que ser eleito é que só eu posso fazer a reforma agrária, só eu tenho condições de fazer a reforma agrária, porque tenho a credibilidade, porque tenho o respeito de ambas as partes, e vou fazer”. Acreditei naquilo. Eu me lembro que, no início, com seis ou sete meses de governo, quando ficávamos nos perguntando o que estava havendo, o que estava acontecendo, convocamos para a Comissão o Sr. Stédile. Perguntei a ele: “Stédile, o Presidente falou isso e isso. E todos argumentávamos, esperávamos que a questão da reforma agrária tives-

se um encaminhamento. Eleito o Presidente Lula, ele se reuniria com vocês, e vocês não precisariam mais fazer protestos. Os protestos da reforma agrária, que achamos legítimos, são legítimos e necessários para impor, para chamar a atenção, para que se crie o clima político para o Governo fazê-la. Mas, no momento em que o Governo diz que vai fazer a reforma agrária, deveria haver um plano, vocês deveriam acertar um plano: 'não vão ser tantos mil assentados; vai ser menos, vai ser aquilo que pudermos fazer'. E, quando se chegasse a esse denominador, haveria um esquema, e a reforma agrária começaria a existir. Não entendo por que continua havendo essas caminhadas pelas ruas, esses protestos e por que não há esse entendimento". Ele, então, respondeu: "Senador, mais de duas ou três vezes, o nosso grupo se reuniu com o Governo. E, mais de três vezes, fizemos um plano mínimo – mínimo do mínimo –, só que ele nunca foi levado adiante. Até agora, o início da reforma agrária ainda não saiu". Então, fico me perguntando o que está acontecendo. Que o problema é difícil sei que é, mas não é impossível. O que está havendo que o Governo não consegue se levantar, não consegue mostrar o seu projeto, avançar no seu projeto? Por que as coisas ainda estão assim? Com relação aos assentados, achei altamente positivo quando a agricultura familiar saiu do Ministério da Agricultura e foi para o Ministério da Reforma Agrária, sob o argumento de que se reuniriam as duas coisas: a agricultura familiar, que praticamente não tem terra e tem gente, e a reforma agrária, que vai buscar essa terra. Agora, sinceramente não sei de quem é a culpa. Dizer que a culpa é dos fazendeiros? Pode ser que sim. Dizer que eles não querem? Pode ser que sim. Mas, que diabo, o que está sendo feito? Qual o lado objetivo, qual o lado concreto? Quem tem falhado? A Casa, o Senado, o Congresso ao dar os recursos? O Ministério da Fazenda tem negado os recursos? Por que não conseguimos entrar, sabendo que temos um Presidente, um Governo e uma Nação inteira, hoje, que querem fazer? Digo mais: os fazendeiros que não querem são uma minoria que não tem autoridade para impor o que quer que seja, mas, no entanto, temos que ver esses massacres a que V. Ex^a se refere, como se fosse no tempo de Fernando Henrique Cardoso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse que era difícil, mas não era impossível. Concorro com V. Ex^a.

Não vou fazer um discurso retroativo, dizendo que há 500 anos, em muitos casos de forma absolutamente ilegal, concentraram-se todas as terras nas mãos de meia dúzia que não as quer entregar. Não vou falar do Rio Grande do Sul, que é a minha terra de origem, nem de Minas Gerais. Vou falar de Mato

Grosso, pois sou Senadora por aquele Estado e é a sua realidade que conheço.

A reforma agrária em Mato Grosso é essencial, é fundamental. Há mais de 100 assentamentos em processo de regularização e acampamentos à espera de terra. Aí, vem o problema. Em Mato Grosso, apropriaram-se de cerca de 6,2 milhões de hectares de terras públicas, de forma absolutamente ilegal e irregular. O pouco que fizeram de reforma agrária antes do nosso Governo foi à custa de muito dinheiro. Não vou dizer que foram todos, mas na maioria dos casos houve um enorme superfaturamento.

Há muitos problemas. Os assentamentos se encontram numa situação de muita dificuldade. Hoje, há que se fazer a arrumação dos assentamentos, porque de nada adianta dar um pedaço de terra e deixar tudo como está: numa situação difícil de pobreza, de dificuldade, de falta de crédito, de escoamento, de política agrícola, etc.

Em seguida, deve ser feito um levantamento das terras públicas existentes, para não se gastarem aquelas fortunas imensas com desapropriação. A terra pública existe, mas se apropriaram dela de forma indevida. No caso de Mato Grosso, cerca de 3,2 milhões de hectares, mesmo de forma irregular, foram regularizados. Ainda há em torno de 3 milhões de hectares de terras públicas para serem regatados, suficientes para se fazer a reforma agrária com folga em Mato Grosso, sem se desapropriar um hectare. Há processos de desapropriação em andamento e defendo que devam continuar para que não haja tumultos, pois os assentamentos, os acampamentos estão ao lado. Que se continue com esses procedimentos, mas existem 3 milhões de hectares que estão absolutamente irregulares, ilegais, e precisam ser retomados.

Daí, vem um problema cuja solução é difícil. Como bem disse V. Ex^a, se o Presidente Lula tem esse compromisso de campanha, de discurso, deve fazer a reforma agrária. Miguel Rossetto, nosso Ministro, também tem esse compromisso. No entanto, como é que se faz a retomada de terras públicas, Senador? Esse é um processo difícil. A morosidade e as posturas do Poder Judiciário, muitas vezes, dificultam-no mais ainda. Quem está sendo acusado por esse massacre é o Poder Judiciário e eu o acuso também.

Em Mato Grosso, há ações do Incra estadual para resgatar determinadas propriedades. Estão estudando até um acordo para que seja devolvido, ao menos, um pouco das terras dos que sem apropriaram de grande quantidade. Há aqueles que se apropriaram de pequenos pedaços e esses devem ter regularizada a sua situação, porque, do contrário, serão mais alguns sem-

terra. No entanto, muitos se apropriaram de grandes extensões de forma absolutamente ilegal, irregular.

O Incra regional procedeu às ações junto à Justiça. Na Justiça Federal de Mato Grosso, ao menos as seis primeiras ações – sobre as quais tenho informações – o Incra ganhou. Saiu vitorioso. “Então, vamos fazer a reforma agrária” dirão muitos. No entanto, existe o recurso em nível federal e nos três que já foram julgados o Incra foi derrotado. E, aí, continua o recurso do recurso, o recurso do recurso. Além de morosa, é difícil a postura do Judiciário em determinadas instâncias.

E, aí, faz-se o quê, Senador? Faz-se o quê? Desembolsam-se fortunas para comprar terras que são do Brasil, que são públicas, que são devolutas e que poderiam responder na totalidade da reforma agrária, quando se poderia usar esse dinheiro de desapropriação para fazer política agrícola, que é essencial? Não adianta dar apenas a terra, deve-se fazer política agrícola. Se não há dinheiro para desapropriar e há terras que são públicas, elas têm que ser retomadas e esse dinheiro tem que ser usado para fins de política agrícola, para desencravar, realmente, essa situação, como disse V. Ex^a, que é tão séria, tão grave e tão essencial para o povo brasileiro, especialmente para aqueles que têm tradição e querem trabalhar na terra para tirar o seu sustento e o da sua família.

É difícil, Senador, mas vamos conseguir. Acredito que vamos conseguir, mas não podemos continuar permitindo massacres e chacinas desse tipo e também um Judiciário moroso, que não se pronuncia. Quando o faz, muitas vezes, é dessa forma que citei, o que, sob o meu ponto de vista, é absolutamente equivocado.

É difícil, sim. Devemos retomar as terras públicas, mas precisamos de que a Justiça não seja morosa, mas sim justa.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa. Posteriormente, ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys, o Brasil inteiro indagava como uma professorinha franzina chegou aqui, em um dos maiores embates. V. Ex^a venceu um mito da política deste País: o Dante das Diretas Já. Foi por essa sua bravura, coragem e firmeza. Eu meditava sobre o seu pronunciamento, um dos mais corajosos. Sempre tenho dito que as mulheres são mais bravas, firmes e honestas do que nós, homens. Na Bíblia, vemos que todos os homens falharam com Cristo e só as mulheres estiveram com Ele. O tema me lembra a História: foi uma mulher que libertou os escravos. Ficavam naquele lenga-lenga das Leis do Ventre Livre e dos Sexagenários e, em poucos dias, a Princesa Isabel libertou os escravos. V. Ex^a vai libertar, agora, os escravos brancos, os sem-terra. Isso é uma imoralidade, uma indignidade. Eu posso falar. O Lula não

quer conversar, fica só com os puxa-sacos. Eu governei o Piauí. No Pará e no Maranhão, ocorreram mortes, enquanto lá isso não ocorreu e há esses problemas. O meu Deus é bom para mim e o meu Cirineu, o meu Vice, era um homem da Fetag, um sem-terra, e com ele convivi. Quero dar o meu testemunho: em campanha, estive em acampamento de ocupação. São gente boa, Crivella, são gente de Deus. Eu vi homens e mulheres que queriam um pedacinho de terra. Senador Eduardo Azeredo, essa exportação, essa produção não dá emprego. É tudo mecanizado. É preciso a agricultura familiar, esses assentamentos. O próprio economista Celso Furtado dizia que é preciso voltar para o campo. São cinco milhões de pessoas que migraram do campo para a cidade sem terem competência para o exercício de qualquer profissão nos centros urbanos. O Senador Marcelo Crivella, que preside esta sessão, sabe que isso também acontece no Rio de Janeiro. É preciso a permanência no campo. Isso deve ser feito. A terra é de Deus. É necessário dividi-la. Eles pedem muito pouco. Eles são dignos, honrados, bons. O fato é que os ricos do nosso País são pecadores insaciáveis.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – E egoístas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Querem demais, não produzem e exploram. Então, nessa reforma ministerial está o Presidente Lula a chamar uma mulher corajosa, firme e que vai tornar independentes não os negros, os escravos, porque a Princesa Isabel já o fez, mas os brancos, os sem-terra dignos, honrados e que precisam do nosso apoio. Desejo acompanhá-la nessa independência que V. Ex^a vai proporcionar aos sem-terra do Brasil.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa. Realmente, o acampamento se denomina Terra Prometida.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Serys Slhessarenko, em primeiro lugar, quero garantir-lhe que não há, da parte do Governo mineiro, nenhuma convivência com a violência ocorrida nos últimos dias em Minas Gerais. Pelo contrário; o Governador Aécio Neves determinou que a Polícia aja da maneira mais rápida possível para identificar os criminosos e puni-los. Concomitantemente, existe o desejo de que esse seja um fato isolado, que não signifique uma escalada de violência que possa levar a outras conseqüências, pois violência, evidentemente, gera violência. Conheço a cidade de Felisburgo, que, a despeito do nome – feliz –, é carente, pobre, com muitas necessidades, localizada no Vale do Jequitinhonha. Lá estivemos por mais de uma vez. Lamentamos imensamente o

ocorrido no local. Durante o dia, pronunciei-me junto à imprensa manifestando a nossa indignação com a morte de cinco pessoas no nosso Estado. Queremos que, realmente, haja uma ação eficaz, e que a violência não prospere na área rural brasileira. Senadora, infelizmente, o Governo Lula tem feito assentamentos em número menor que o governo anterior. Apesar das promessas de prioridade para a reforma agrária, isso não está, na prática, acontecendo. É verdade o que V. Ex^a disse. De fato, há dificuldades do ponto de vista jurídico, mas isso sempre aconteceu. Quando vista delongas no Governo passado em relação aos assentamentos, o Partido de V. Ex^a dizia que era por falta de vontade política. Agora, está percebendo que a causa não é bem essa, pois a questão é realmente complexa. Verifica-se, porém, que hoje os resultados são piores que os de antes. Então, talvez seja o momento de o Governo Federal atuar de maneira mais efetiva. Evidentemente, ninguém quer que as pessoas vivam na zona rural sem nenhuma condição. Contudo, não podemos esperar pelo “ótimo”, sob pena de ficarmos sempre à espera dele. O Governo tem que constituir os assentamentos e buscar condições para que haja condições mínimas de habitabilidade, tais como abastecimento de água, escola, saúde, assim por diante. Quero trazer a minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a, registrando que Minas Gerais está, na sua totalidade, também revoltada com o que aconteceu e buscando que não se repita, na nossa terra, o que aconteceu naquela cidade, de nome bonito, e passou por acontecimento tão terrível.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senador Eduardo Azeredo. No início do meu pronunciamento, disse que Minas Gerais estava em estado de comoção, inclusive disse da sensibilidade do povo mineiro, do povo trabalhador que é, da terra de boa qualidade, da cultura mineira, e da grandeza do Estado. Certamente V. Ex^a sabe de tudo isso melhor do que nós, tanto que disse em seu depoimento – aliás, eu, mesmo sem ter esse acesso tão direto, também me pronuncie dessa forma porque tenho a certeza disso.

Nobre Senador Eduardo Azeredo tratam-se de modelos diferenciados de propositura de reforma agrária. No Governo anterior, a reforma agrária era feita por meio de desapropriações, como já disse. Os problemas decorrentes desse tipo de reforma são terríveis, desde superfaturamento a abandono total da terra. Nada justifica isso. Temos que fazer a reforma agrária, e a estamos fazendo – falo por Mato Grosso e não por Minas Gerais ou por outro Estado; porém, queremos fazê-la pela via da retomada das terras públicas, porque, as-

sim, teremos os recursos para uma política agrícola de assentamentos de boa qualidade.

No entanto, porque temos um Judiciário que, em uma instância, reforça a retomada das terras públicas e, na outra, derruba essa possibilidade. Faz-se a reforma agrária por intermédio da desapropriação, uma atrás da outra – e se envolve muito dinheiro. Quanto aos processos de desapropriação que tramitam na Justiça, sou favorável a que eles continuem, pois as terras públicas têm que ser retomadas, após uma discussão, mantendo nela aqueles que já estão, mas não ao preço exorbitante que aqueles que delas tomaram posse irregularmente pretendem.

No começo da minha fala disse que hoje choramos a morte do Professor Celso Furtado: um homem que defendia o Brasil na sua totalidade, um defensor da reforma agrária incontestável. É inacreditável que no mesmo dia também tenhamos que chorar a chacina dos sem-terra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo urge. Antes porém, desejo fazer mais um registro. Como Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio à Agenda 21 – composta de 142 Deputadas e Deputados e 45 Senadoras e Senadores –, entreguei, hoje, ao Presidente da Rússia, Vladimir Putin, um documento em que elencamos os objetivos da Frente, entre os quais viabilizar o comércio de créditos de carbono, que não conseguia avançar, tendo em vista a não-assinatura do Protocolo de Kyoto por parte dos Estados Unidos e da Rússia, enquanto dezenas de países já o haviam assinado. No entanto, precisávamos da assinatura de pelo menos um desses países para completar o percentual exigido para que o Protocolo de Kyoto tivesse validade. A assinatura, contudo, não acontecia. O Governo brasileiro, capitaneado pelo Presidente Lula, representado pela Comissão presidida pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, que soube, com competência e compromisso, coordenar essa Comissão, elaborou uma carta que poderia viabilizar a aprovação dos primeiros projetos brasileiros para comércio de créditos de carbono.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio à Agenda 21 Local, estive à frente desse processo, juntamente com a Comissão. O embate foi grande, mas, felizmente, há cem dias, aproximadamente, conseguimos a aprovação dessa carta, tanto por parte do Governo brasileiro quanto por esta Comissão. Nessa oportunidade, alguns projetos brasileiros foram encaminhados para o Comitê Internacional, situado em Bonn, na Alemanha. Mas, era difícil, apenas por meio de uma carta do Governo brasileiro, sem as assinaturas dos

Estados Unidos e da Rússia ao Protocolo de Kyoto, conseguirmos. Infelizmente, sabemos que os Estados Unidos nunca o assinarão, ainda mais com a reeleição do atual presidente, nome que prefiro não pronunciar. Entretanto, o Presidente Putin a assinou. E com a assinatura pelo Presidente da Rússia, há cerca de 30 dias, do Protocolo de Kyoto, e com a carta do Governo brasileiro, tivemos a felicíssima notícia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na quinta ou na sexta-feira da semana passada – na quinta-feira, se não me engano –, de que o primeiro projeto do Planeta Terra para comércio de crédito de carbono, apresentado por uma empresa brasileira, foi aprovado pelo Comitê Internacional de Bonn.

Por isso, fiz questão de registrar isso por escrito, de levar, e de agradecer ao Presidente Putin. Eu disse a S. Ex^a que o planeta Terra agradece realmente a sua postura, o seu compromisso, ao assinar o Protocolo de Kyoto, porque a vida no mundo está em jogo. Com certeza, com sua postura, com a assinatura do Protocolo de Kyoto, e com o primeiro projeto do planeta para comércio de crédito de carbono, um projeto brasileiro, aprovado pelo Comitê Internacional de Bonn, vamos agora fazer a natureza ficar melhor. Ela não vai piorar, ela começará a dar passos para melhorar e, por conseguinte, preservar a nossa vida. Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Shlessarenko, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp para fazer uso da tribuna.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de render as homenagens e de dizer do profundo pesar pela perda desse grande homem público, que foi o economista Celso Furtado, que deixou seu legado na história de nosso País para as futuras gerações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coincidentemente, o que trago a esta tribuna é mais um problema fundiário seriíssimo de nosso País, ocorrido agora no meu Estado, Rondônia. Eu ouvia, atentamente, o pronunciamento da Senadora Serys Shlessarenko, que abordava os problemas de Minas Gerais e de Mato Grosso.

Há aproximadamente 60 dias, fecharam a BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco, no Acre, pelo mesmo problema que por que hoje está novamente

fechada. Naquela época, aquela rodovia ficou fechada por três dias. Os manifestantes pediam socorro às autoridades federais, devido a uma liminar em uma ação de despejo de mais de 12 mil pessoas de áreas onde, por omissão do Incra e do Ibama, no passado, entraram milhares de pessoas. Elas ocuparam duas reservas: uma extrativista, Jaci-Paraná, de 100 mil hectares, onde há duas pequenas cidades, Nova Jaci e União Bandeirantes, esta última com seis mil pessoas na área urbana e outras seis mil pessoas na área rural. Só no núcleo União Bandeirantes, que se chama Novo Bandeirante, há aproximadamente 12 mil pessoas. Quero ver o que farão o Incra e o Ibama para atender essa ação de despejo da Justiça Federal, do Juiz Federal de Porto Velho, a pedido do Ministério Público Federal e do Ministério Público de Rondônia.

Onde o Incra vai colocar, Senadora Serys Shlessarenko, Senador Mão Santa, Senador Pedro Simon, onde o Incra vai assentar doze mil pessoas só do núcleo Bandeirantes, fora as do de Nova Jaci?

Agora, fecharam novamente a BR-364, nas proximidades de Alto Paraíso, entre Ariquemes e Porto Velho. O movimento é muito maior, é mais radical, porque juntou o povo do Bandeirantes, o de Nova Jaci e o de outra área, ocupada há mais de quinze anos, e mais antiga, chamada Reserva Nacional do Bom Futuro, onde há três vilarejos: Rio Pardo, Saracura e Marco Azul. Há mais de dez mil pessoas nessa outra gleba, Sr. Presidente. Elas ocupam essa área há mais de quinze anos, com propriedades, com as famílias, com agricultura, com pecuária. São quase todas pequenas propriedades. As grandes têm que ser olhadas talvez com um pouco mais de cuidado, mas as pequenas... O Incra não está conseguindo assentar!

Não vou falar do Brasil, por não ter os dados. Mas no meu Estado, Rondônia, nos últimos anos, no final do Governo Fernando Henrique e nos dois anos do Governo Lula, não se assentou uma só família.

Sr. Presidente, há momentos em que temos que falar a verdade. O que estou dizendo é a pura realidade. Nesse Governo, que o PMDB apóia, que apoiamos – o Governo Lula precisa do apoio dos partidos que compõem o Bloco do Governo, e o PMDB faz parte desse Bloco –, porque entendemos que é importante para a governabilidade e para o desenvolvimento econômico do País, o Incra, em meu Estado, não assentou uma única família. Não sei se por incapacidade dos gestores que ocupam a unidade de Rondônia ou se por um problema maior, um problema nacional, um problema do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um problema do Incra em âmbito nacional.

Sei que, desde sexta-feira, Senador Mão Santa, às sete horas da manhã, fecharam a BR-364, a espinha dorsal que leva movimento e progresso para os Estados de Rondônia, Acre e Amazonas. Toda a produção que parte de Mato Grosso e vai para o porto graneleiro de Porto Velho, gêneros alimentícios e combustível passam pela BR-364. E há quatro dias, serão cinco amanhã, a rodovia está fechada, com mais de 40 quilômetros de fila de carretas, de caminhões, de automóveis e ônibus, que não conseguem passar porque o movimento está mais radical do que o de 60 dias atrás.

Conversei hoje com o Ouvidor Nacional do Incra – não sei se V. Ex^{as} conhecem, se já ouviram falar desse cargo –, o Dr. Gercino José da Silva Filho. Ele foi desembargador no Estado do Acre e hoje é Ouvidor Nacional do Incra. Conversei com ele hoje à tarde, e, hoje à noite, acompanhado do Procurador Jurídico do Incra, Dr. Ricardo Cavalcante Barroso, ele irá a Rondônia a fim de conversar, amanhã, com uma comissão do movimento das duas áreas, da Reserva Extrativista do Jaci-Paraná, do Núcleo União Bandeirantes, do Nova Jaci, da Reserva do Bom Futuro do Rio Pardo, de Saracura e do Marco Azul.

Espero, Sr. Presidente, que, desta vez, haja uma saída para esse impasse, porque estou temendo o pior. Deus abençoe, Deus queira que não ocorra o que ocorreu em Minas Gerais, em Rondônia, em outros tempos, e em muitos outros Estados brasileiros, que não venha a acontecer nenhuma morte nesse movimento radical que está ocorrendo hoje no meu Estado de Rondônia.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Raupp, realmente o destino nos colocou juntos neste País. Governamos os nossos Estados, com dificuldade. E eu queria dar um ensinamento ao Presidente Lula. Senador Crivella, Platão já dizia que este mundo tem que ser governado por filósofos ou então por governantes que saibam filosofia. Senador Raupp, Sófocles definiu isso muito bem: muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Então, esse conhecimento, esse entendimento, essa filosofia tem que chegar ao Presidente da República. O que vale esse negócio de Incra e de Ibama? É o ser humano que tem que ser respeitado! Essa denúncia é muito importante. O homem é um animal sociável. Busca-se uma forma de governo. Buscamos o presidencialismo. O presidencialismo é o presidente, unidade de comando e unidade de direção. Então, o Presidente da República não pode deixar 12 mil irmãos brasileiros ameaçados e perseguidos sem poder ter um pedaço de terra. Viviam pacificamente. Então, V. Ex^a cumpre

essa missão. O povo é soberano, e foi esse povo que o colocou aqui para representá-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Mão Santa. Incorporo o seu aparte em meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PL – RJ) – A sessão fica prorrogada até o final do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade. Com mais cinco minutos, concluirei o meu pronunciamento.

Nunca advoguei ou incentivei a entrada de pessoas em reservas, sejam extrativistas ou nacionais, nem vou fazer isso aqui na tribuna. No entanto, o Incra e o Ibama têm de olhar com carinho o que está acontecendo em Rondônia. Essas pessoas que estão lá não têm outra coisa na vida. Só têm aquilo, aquele pedaço de terra, para sustentar suas famílias. Lá, estão plantando e criando. No todo, mais de 25 mil pessoas estão nessas áreas, e o Incra precisa tomar alguma providência.

Em Rondônia, no Município de Alto Alegre, há acampamentos com mais de oito anos. Durante a última campanha política visitei esse Município, cujo prefeito atual é um padre do PT. O PMDB fez uma coligação, lançou um candidato a vice-prefeito do candidato do PT na cidade de Alto Alegre do Parecis. Bem próximo dessa cidade, em uma fazenda grande de um japonês, existe há oito anos um acampamento com 400 famílias, e o Incra até hoje não resolveu esse problema.

Em outra cidade, mais próxima de Porto Velho, em Cojubim, há 800 famílias acampadas. Também me procuraram, durante a campanha, naquela cidade, pedindo socorro para que o Incra resolva o problema dessas famílias. Sei que são mais de dez acampamentos – não assentamentos – em áreas de Rondônia, e o Incra não tomou providências a respeito.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo, pois as famílias que estão na área do Jaci, do Bom Futuro ou em outras áreas que o Incra determinar merecem também um lugar ao sol, o seu pedaço de terra. Acho muito difícil que o Incra consiga assentar pessoas fora dessas áreas, porque não está conseguindo assentar as que estão acampadas próximas às fazendas, como as de Alto Alegre do Parecis, de Cojubim e outras. Como vai puxar, agora, 25 a 30 mil pessoas dessas áreas e assentá-las imediatamente e cumprir a liminar da Justiça Federal? Acho isso muito difícil. Por isso, faço um apelo ao Incra e ao Ibama, para que possam resolver esse impasse.

Na sexta-feira e hoje, conversei com a comissão deste movimento, e eles estão lá, ansiosos e

preocupados com o futuro das famílias dessas duas áreas. Espero que, nessa missão, o Ouvidor Nacional do Incra, Desembargador Gercino José da Silva Filho, e o Procurador Jurídico do Incra, Dr. Ricardo Cavalcante Barroso, possam, conjuntamente, chegar a uma conclusão, amanhã, pela manhã, na cidade de Porto Velho, na sede do Incra, e resolver esse impasse. Que liberem as pessoas que não têm nada a ver com esse problema e que estão lá, há mais de quatro dias, isoladas, com falta de alimentos – talvez falte até água para as pessoas beberem – nesses 40km de fila, na BR-364, entre Porto Velho e Ariquemes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Senador Valdir Raupp, esta Presidência é inteiramente solidária às preocupações de V. Ex^a com o Estado de Rondônia.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.459, DE 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 56, Inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 43, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a concessão de licença para tratar de assuntos de interesse particular no período de 22 de novembro de 2004 a 31 de março de 2005.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2004.
– Senador **João Thomé Mestrinho**.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – O requerimento que acaba de ser lido será votado na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias e Romero Jucá, enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o governo russo suspendeu parcialmente o embargo à carne brasileira. A medida vale apenas para Santa Catarina, o único Estado reconhecido internacionalmente como livre da febre aftosa. As exportações para a Rússia estavam suspensas desde o mês setembro, quando foi descoberto um foco de febre aftosa no Amazonas.

O governo brasileiro foi informado da suspensão por meio de uma carta enviada à embaixada brasileira em Moscou. Na carta, o ministério da agricultura russo esclarece que o embargo a Santa Catarina está suspenso e pede o envio de um novo relatório sobre a situação da febre aftosa no país para que a sanção a outras áreas seja reavaliada.

Nesse contexto, gostaria de ressaltar que o Brasil comercializa carne para 127 países. Na verdade, o embargo russo foi provocado principalmente por questões comerciais e não por questionamento à situação sanitária do rebanho nacional.

O foco de febre aftosa no Município de Careiro da Várzea, no Amazonas, não afetava áreas exportadoras. A confirmação de casos da doença no Pará, razão do primeiro embargo russo em junho, foi igualmente injustificado. Nenhum dos dois Estados exporta carne.

É lamentável que o Paraná tenha permanecido na área de embargo. O potencial do nosso Estado pode ser avaliado pelas estatísticas recentes.

No período de janeiro a setembro deste ano, as exportações de carnes do Paraná aumentaram 68% em volume e 93,7% no faturamento em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o Sindicato da Indústria de Carnes do Paraná, houve um crescimento das exportações de carnes no ano passado e a tendência deste ano é superar esse bom desempenho.

De janeiro a setembro, o Paraná exportou 35.361 toneladas de carne bovina, o que representou cerca de US\$82,9 milhões. No ano passado, no mesmo período, foram 21.547 toneladas de carne (US\$42,8 milhões). Os principais compradores do Paraná foram à Rússia, Holanda, Hong Kong e Espanha.

O governo brasileiro deveria acionar todos os canais diplomáticos, para que, antes da chegada do presidente russo, Vladimir Putin, ao Brasil, que ocorrerá de 21 a 23 de novembro, todas as regiões produtoras brasileiras estivessem livres do embargo da Rússia.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: foi com grata satisfação que recebi, recentemente, o documento intitulado “Financiar o Desenvolvimento: O Papel do BNDES”, datado de junho de 2004, cujo riquíssimo conteúdo é merecedor de muito maior destaque do que as breves considerações que pretendo tecer.

Falar do BNDES logo faz aflorar em nossas mentes uma palavra-chave: desenvolvimento. Afinal, desde 1952, quando foi criado, o Banco vem financiando o crescimento da economia nacional de forma persis-

tente e eficaz, promovendo a geração de empregos e de renda para o povo brasileiro.

A bela e importantíssima missão do BNDES, transcrevo-a do documento que recebi: “Promover o desenvolvimento do País por meio da gestão do crédito de longo prazo para financiamento de projetos de bens e serviços, viabilizando investimentos que resultem em criação de empregos, redução das desigualdades sociais e regionais e incorporação do desenvolvimento tecnológico”.

As ações da instituição estão voltadas para a geração de crescimento econômico sustentado, tendo como eixo central a inclusão social, de forma a reduzir a dependência externa do Brasil. Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o BNDES contempla em sua sigla e em sua atuação o viés econômico e, sobretudo, o social.

O BNDES é uma agência de fomento de porte comparável ao Banco Mundial e atua em quase todos os setores da economia brasileira, de forma a ampliar sua capacidade e eliminar os gargalos estruturais que inibem o crescimento. Sempre norteiam suas ações o abrandamento das desigualdades regionais e o combate à concentração econômica.

Desde sua criação, o BNDES vem investindo na ampliação da formação de capital, ao mesmo tempo âncora e catapulta do crescimento econômico sustentado. O Banco atua para suprir as lacunas das instituições de crédito privadas que, historicamente, oferecem créditos caros e não privilegiam empréstimos de longo prazo.

Mesmo assim, o papel da instituição vem sendo contestado, no arrasto das ideologias neoliberais que varreram o mundo, e o Brasil, nas décadas de 80 e 90. Tais ideologias pregam que políticas públicas ativas não contribuem para viabilizar o desenvolvimento, mas, ao contrário, constituem-se num empecilho, afastando a iniciativa privada do mercado de crédito.

Para os neoliberais, o papel dos governos e dos bancos de desenvolvimento deveria restringir-se à atuação sobre as chamadas falhas de mercado. Os mais radicais abominavam até esse tipo de intervenção, alegando que não haveria ganhos de eficiência!

Em seu curso inexorável, a História mostrou-nos o fracasso das políticas neoliberais! A liberdade, para não dizer libertinagem, dos fluxos financeiros desorganizou várias economias, inclusive a nossa; as assim alcunhadas reformas estruturais, apesar dos eventuais sucessos, trouxeram um crescimento da pobreza e da desigualdade de renda.

Vê-se resgatado, na atual conjuntura, o papel do Estado na correção das falhas de mercado e, mais além, na indução do crescimento econômico e, sobretudo, do desenvolvimento social. Cada vez mais, cobra-se do

Estado uma atuação firme para evitar crises sistêmicas e combater situações de pobreza extrema.

O agente do Estado brasileiro especialmente talhado para a concessão do necessário suporte ao desempenho dessas tarefas é, sem sombra de dúvida, o BNDES. Infelizmente, a despeito de tão nobre tarefa e dos mais de 50 anos de atuação no fomento à economia brasileira, a atuação do Banco vem sendo criticada ultimamente.

Os críticos têm utilizado dois argumentos. O primeiro afirma que o BNDES estaria concedendo financiamentos de longo prazo em condições tais, que o capital financeiro privado estaria sendo afugentado dessas operações, limitando com isso o potencial de crescimento da economia.

O segundo argumento é que, ao utilizar recursos do FAT e remunerá-los com juros inferiores aos da rolagem da dívida pública mobiliária, o BNDES estaria subsidiando as empresas tomadoras de seus financiamentos. Além disso, afirma-se que tais recursos seriam melhor aplicados no resgate da dívida pública.

A tônica do documento que tenho em mãos é a justa refutação de tais argumentos e a conseqüente defesa da atuação do BNDES como instituição indutora do crescimento econômico e do desenvolvimento social do nosso Brasil.

A bem da verdade, a não existência de um mercado privado de financiamento de longo prazo no Brasil deve-se a uma série de fatores, alguns dos quais relacionados aos tradicionais desequilíbrios macroeconômicos nacionais; de maneira alguma, em virtude da atuação do BNDES.

Ao contrário do que afirmam seus críticos, o Banco atua com tenacidade na diminuição dessa falha de mercado que, muito além de pertencer somente ao Brasil, é endêmica da maioria dos países em desenvolvimento. Infelizmente, o mercado tem se mostrado incapaz de preencher, por si só, essa lacuna.

Ademais, o BNDES contribui para a formação de um mercado privado para financiamento de longo prazo por intermédio de operações indiretas, da promoção do desenvolvimento do mercado de capitais e de instrumentos de renda variável. O Banco atua em consonância com o capital privado, buscando complementá-lo e fortalecê-lo, nunca expulsá-lo do mercado.

Segundo o documento, os financiamentos do BNDES não podem ser considerados subsidiados, nem sob a ótica dos acordos internacionais vigentes, muito menos do ponto de vista interno. Além disso, sua atuação é condizente com as práticas adotadas por instituições similares de outros países.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que o crédito no Brasil é escasso, caro e

concentrado nas operações de curto prazo, visto que o setor financeiro privado direciona seus recursos ao financiamento do capital de giro das empresas e da dívida pública.

Por essa razão, o financiamento do desenvolvimento, tipicamente de longo prazo, tem dependido, em nosso País, de fundos viabilizados por mecanismos de poupança compulsória, tais como o FAT e o FGTS.

O BNDES, que controla, em parte, os recursos provenientes desses fundos, atua no financiamento de longo prazo dos investimentos, da venda e aquisição de bens de capital e das exportações. Além disso, a entidade financia os investimentos das micro, pequenas e médias empresas, atividades muitas vezes não atrativas para os bancos privados, por causa do alto risco e do longo prazo de maturação.

Por tudo isso, o BNDES possui um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico e social, priorizando sempre uma melhor distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

É preciso fortalecer o BNDES e ampliar suas atividades, bem como combater com vigor qualquer tentativa de enfraquecê-lo. Assim, estaremos garantindo a geração de empregos e a melhoria dos indicadores sociais do nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 64, DE 1999

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 1, DE 2003

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios*.

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2003

(Votação Nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o §*

3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2000 (nº 291/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nas peças de roupas íntimas produzidas ou comercializadas no País, de etiqueta de advertência sobre a importância da prevenção do câncer de colo de útero e do diagnóstico precoce dos cânceres de colo de útero, de*

mama, e de próstata, altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que define as infrações sanitárias, e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.409, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido.

8

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para explicitar que as ações assistenciais e as atividades preventivas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.*

Parecer sob nº 1.379, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

9

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246/2001, na Casa de origem), que *insere na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o art. 27-A, para indicar um conjunto de temas transversais que devem ser contemplados nos currículos plenos do ensino fundamental e médio.*

Parecer sob nº 1.384, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997.*

Parecer sob nº 1.383, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que *denomina "Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade" o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG.*

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.* (Apropriação indébita contra associação ou fundação).

Parecer sob nº 1.693, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal criando a Comissão de Desenvolvimento Regional.*

Pareceres sob nºs 1.728 e 1.729, de 2004, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– Diretora, Relator: Senador Alberto Silva, favorável, com a Emenda nº 3 –CDIR (Substitutivo), que oferece.

14

REQUERIMENTO Nº 520, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 520, de 2004, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando voto de aplauso ao Grupo RBS, pela passagem de seu aniversário em 1º de maio de 2004, e ao Jornal Zero Hora, pelos seus 40 anos, no dia 4 de maio de 2004.

Parecer favorável, sob nº 1.755, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

15

REQUERIMENTO Nº 629, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 629, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando voto de aplauso ao Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos, Doutor João Paulo dos Reis Velloso, pela realização do XVI Fórum Nacional Sobre Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social.

Parecer favorável, sob nº 1.756, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

16

REQUERIMENTO Nº 631, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 631, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela inauguração, em São Paulo, no dia 22 de maio de 2004, do Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Parecer favorável, sob nº 1.757, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

17

REQUERIMENTO Nº 681, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 681, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à revista *Época*, pelo transcurso do 6º aniversário de sua criação.

Parecer favorável, sob nº 1.758, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

18

REQUERIMENTO Nº 1.171, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.171, de 2004, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, pela campanha “Voto não tem preço, tem consequência”, contra a corrupção eleitoral.

Parecer favorável, sob nº 1.759, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

19

REQUERIMENTO Nº 1.206, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.206, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao editor William Bonner, do Jornal Nacional, ganhador do “Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo”, como destaque em sua categoria.

Parecer favorável, sob nº 1.760, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

20

REQUERIMENTO Nº 1.259, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.259, de 2004, do Senador Arthur

Virgílio, solicitando voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do jornal *O Globo*, ganhadora do “Prêmio Comunique-se de Jornalismo”, edição de 2004.

Parecer favorável, sob nº 1.761, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

21

REQUERIMENTO Nº 1.260, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.260, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao colunista Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, ganhador do “Prêmio Comunique-se de Jornalismo”, edição de 2004.

Parecer favorável, sob nº 1.762, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PL – RJ)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 18 DE NOVEMBRO, DE 2004, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vi o Líder da Oposição, Senador Arthur Virgílio, criticar a gestão de Carlos Lessa à frente do BNDES no dia em que o Presidente tomou a decisão de modificar a composição do Governo, incluindo a Presidência do BNDES. Subo à tribuna primeiro porque conheço o Carlos Lessa há mais ou menos trinta anos. Quando fiz o meu mestrado na Unicamp, ele já era um intelectual de prestígio, talentoso, compromissado com este País e que fez uma carreira acadêmica e intelectual das mais brilhantes, desde a sua participação na Cepal, na Comissão Econômica para a América Latina, como professor universitário de várias gerações e, mais do que isso, como Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, eleito com mais de dois terços dos votos, portanto, uma repre-

sentação acadêmica e intelectual absolutamente incontestada. Um homem que marcou sua vida intelectual e pública pela integridade. É verdade que se afasta do BNDES, mas, há muito tempo, a instituição não tem uma gestão sem nenhuma denúncia de desvio de conduta ou suspeição sobre qualquer operação. Portanto, transparência, ética e procedimentos absolutamente compromissados com o interesse público marcaram a atual gestão.

Vejo críticas em relação ao desempenho do BNDES. Pois bem, o banco, este ano, alcançou o maior lucro de sua história. Aumentou em 25% o desembolso dos recursos, o que demonstra um desempenho muito importante no sentido de alavancar o investimento e o crescimento econômico cujo resultado aí está: a indústria cresce 7,2%; o PIB do País cresce mais de 4,5%; a formação bruta de capital fixo é mais do que o dobro do crescimento do PIB, mais de 11%, e há muitos anos isso não ocorria no País. E é exatamente esse indicador que demonstra estar havendo investimento, melhoria da competitividade e crescimento econômico.

O Professor Carlos Lessa encontrou o BNDES absolutamente vulnerabilizado por contratos e financiamentos do programa de privatização que inviabilizavam a gestão do Banco. Apenas no contrato da AES havia US\$1,2 bilhão de inadimplência. Ele soube repactuar esses contratos, soube assegurar garantias ao Banco, e aí está o resultado financeiro, o desembolso orçamentário e vários programas. O próprio Modernmac, que estamos aprovando aqui, é um dos instrumentos para alavancar o investimento no setor de bens de capital, como havia o Modernfrota e outros programas. O Programa de Capital de Giro foi uma inovação – o BNDES nunca teve essa vocação – que ajudou a agilizar sobretudo as exportações do País. Todo esse crescimento espetacular das exportações brasileiras tem diretamente uma presença determinante do BNDES.

É verdade que Carlos Lessa tem um perfil nacionalista. Mas que bom que passamos a ter alguém lutando pela produção nacional, pelos interesses nacionais com o vigor, com a coragem e com a determinação do professor Carlos Lessa. Com essa vocação de homem público e sua longa vivência acadêmica, ele é antes de mais nada um polemista, como é todo bom intelectual. Sempre aberto à polêmica e estabelecendo contraditórios e conflitos. Às vezes no Governo é necessário mediar as intervenções. Quando se

trabalha numa equipe, a estabilidade exige mediação, articulação, sobretudo porque existem instâncias e procedimentos. E o perfil intelectual de Carlos Lessa às vezes atravessa essa linha divisória muito importante da competência específica de cada uma das autoridades que compõem uma equipe e um programa de Governo. Mas isso não pode diminuir a grandeza do homem público e o significado da gestão que ele teve à frente do BNDES.

Quero agradecer ao Presidente Lula por ter me poupado da consulta se deveria ou não afastar Carlos Lessa porque S. Ex^a sabe o quanto o prezo e saberia que mais uma vez eu me manifestaria contra o afastamento de Carlos Lessa. Agradeço ao Presidente pela deferência que teve comigo. Entendo as decisões do Presidente. Sua Excelência tem a função de coordenar o conjunto de uma equipe de Governo e está fazendo mudanças no conjunto de atuação do Governo que envolve não apenas o BNDES. Tenho certeza de que o Presidente vai amadurecer a sua decisão e buscar construir uma equipe que tenha coesão, mas que seguramente manterá a essência do que foi o desempenho de Carlos Lessa à frente do BNDES, a integridade, o espírito público, o compromisso com a produção, a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento. Portanto, o desempenho de um banco que, no ano que vem, terá um orçamento maior que o Banco Mundial. Não é um banco qualquer, é um banco essencial aos investimentos do País.

Aproveito a oportunidade para dizer que discordo daqueles que acham que não devemos ter crédito dirigido no País. A agricultura precisa de crédito dirigido. Só os Estados Unidos e a Europa subsidiam a agricultura com US\$365 bilhões ao ano. O Brasil hoje é um dos grandes produtores agrícolas mundiais e vem aumentando de forma espetacular a safra, tornando-se o maior produtor e exportador de carne, couro, suco de laranja, soja, café, disputando novamente a posição de um dos maiores produtores de algodão, de frango. Em várias áreas da pecuária, da agricultura, da avicultura, o País é uma liderança internacional. Isso se deve em parte ao crédito dirigido à agricultura porque se essa fosse se financiar de outro modo, com a sazonalidade, com a imprevisibilidade da safra e com o poder econômico dos países ricos, que além dos subsídios criam barreiras à entrada dos nossos produtos, não seríamos o que somos. Portanto, crédito dirigido é necessário, e o BNDES precisa continuar financiando em condições

favoráveis os equipamentos agrícolas para aumentar a produtividade e eficiência da agricultura.

Isso vale também para a construção civil. Por que precisamos de recursos dirigidos para a construção civil? Porque são investimentos de longo prazo e baixa rentabilidade. Trata-se de um setor que gera muito emprego, sobretudo de menor qualificação, em um País que precisa gerar emprego, e não tem nenhum impacto no balanço de pagamentos. Devemos manter o crédito dirigido para alavancar o financiamento da construção civil. Acabamos de aprovar um projeto nessa linha, com juros de 7% apenas, reduzindo os tributos federais, agilizando e estimulando o financiamento imobiliário.

Por que sobretudo o setor de bens de capital – acabamos de aprovar uma medida provisória que diz respeito a isso – precisa de crédito dirigido? Por que, para que haja competitividade e eficiência, é necessário estimular e baratear os custos dos investimentos, por isso o crédito dirigido para o setor de bens de capital.

Os recursos do FAT são dos trabalhadores. Estes participam da gestão do FAT, bem como as centrais sindicais, os empresários e o Governo. Esses recursos precisam ser canalizados, sim, para o financiamento do setor de bens de capital.

Portanto, no mérito, concordo também com as posições do Professor Carlos Lessa, amigo, homem público da maior dignidade intelectual, que deve ser tratado por todas as forças políticas deste País com a estatura do mandato e da figura pública que ele é. As divergências políticas, as divergências de enfoque e de concepção, são próprias da natureza da democracia. Nem sempre venho à tribuna para elogiar aquele que foi indicado, mas me verão, quase todas as vezes, de cabeça erguida, defendendo aqueles que, eventualmente, deixam de participar deste Governo.

Tenho certeza de que o Professor Carlos Lessa faz parte do projeto histórico do Governo Lula e continuará militando nessa trincheira de mudança do Brasil. Ele sabe que pode continuar colaborando para esse projeto que estamos construindo, que representa muito da produção intelectual dele ao longo da sua vida pública.

Ouçõ o Senador Arthur Virgílio e depois o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Aloizio Mercadante, não é possível conceder apartes agora porque...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é apenas um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Excelências, eu gostaria apenas de explicar. O Senador Aloizio Mercadante ia fazer uma exposição antes da Ordem do Dia e o Presidente José Sarney pediu, gentilmente, a S. Ex^a que aguardasse por cinco minutos, porque há quatro inscritos para falar após a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem porque preciso fazer uma observação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, só queria lembrar o seguinte: como Líder, posso pedir a palavra a qualquer tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– V. Ex^a está inscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Não, pedi a palavra antes da Ordem do Dia, antes de iniciar o Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Deixe-me explicar a V. Ex^a, com todo o respeito que lhe tenho.

V. Ex^a pediu a palavra, pela ordem, antes da Ordem do Dia. O Presidente pediu a V. Ex^a tolerância para dar-lhe os cinco minutos. V. Ex^a está inscrito para falar por 20 minutos, após a Ordem do Dia, como o quarto inscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Sr. Presidente, acato a decisão da Mesa, mas, acho que, sobretudo tendo em vista a natureza deste debate e a figura histórica de que estou tratando, eu mereceria alguns minutos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Não estou criticando V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Mas, acato a decisão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Falarei em outra oportunidade sobre o mesmo tema. Tantas vezes quantas necessárias, virei à tribuna defender a figura do Sr. Carlos Lessa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Quero que V. Ex^a entenda que os outros inscritos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Tenho todo o respeito e acatarei.

Emenda

AO

PROJETO DE LEI

N.º 80/2004-CN

MENSAGEM
N.º 0203, de 2004 – CN
(Nº 00656/2004, na origem)

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios crédito suplementar no valor de R\$ 26.438.839,00 (vinte e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

EMENDA - 00001**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 080/2004-CN

Mensagem 203/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

Nº80 de 2004.

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Incluir a Funcional Programática **09 272 0089 0053 0011** "PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS – NO ESTADO DE RONDÔNIA", no valor de R\$5.000.000 (Cinco milhões de Reais), ESF S; GND 1; RP 1; MOD 90; IU 0; FONTE 300.

Incluir a Funcional Programática **04 122 0750 2087 0011** "PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITÓRIOS – NO ESTADO DE RONDÔNIA", NO VALOR DE R\$7.000.000 (Sete milhões de Reais); ESF F; GND 1; RP 1; MOD 90; IU 0; Fonte 300.

Cancelar, na Funcional Programática **09 272 0089 0053 0015** "PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITÓRIOS – NO ESTADO DO AMAPÁ" o valor de R\$5.000.000 (Cinco milhões de Reais), na ESF F, GND 1; RP 1; MOD 90; IU 0; Fonte 300.

Cancelar, na Funcional Programática **04 122 0750 2087 0011** "PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS – NO ESTADO DO AMAPÁ, o valor de R\$7.000.000 (Sete milhões de Reais), na ESF F, GND 1; RP 1; MOD 90; IU 0; Fonte 300.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem o objetivo de garantir recursos para suprir o pagamento de Servidores Ativos e Inativos de Rondônia, originários do Extinto Território. Consideramos ser imprescindível o Governo Federal garantir os recursos necessários para o pagamento dos servidores de nosso estado e os recursos remanejados destinam-se a cobrir esta necessidade.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

EDUARDO VALVERDE

UF

RO

PARTIDO

PT

DATA

19/11/2004

ASSINATURA



Emendas

AO

PROJETO DE LEI

N.º 87/2004-CN

MENSAGEM

N.º 0211, de 2004 – CN

(Nº 00683/2004, na origem)

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.482.677.727,00 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, setecentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Índice de Emendas

PLN: 087/2004 EMENDA

		Total por Parlamentar
BISMARCK MAIA	00017 a 00020	4
EDUARDO VALVERDE	00021	1
JOSÉ DIVINO	00014 a 00016	3
PEDRO NOVAIS	00001 e 00002	2
ZÉ GERARDO	00003 a 00013	11
Total de Emendas:		21

EMENDA - 00001

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

087/04

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde - 36901 o seguinte subtítulo:

Suplementar:

36901 - Fundo Nacional de Saúde

10.846.1216.0832.0256 - Apoio a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada - no Estado do Maranhão

GND - 4

Modalidade de Aplicação - 40

R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

36901 - Fundo Nacional de Saúde

10.122.0750.2080.0001 - Administração da Unidade - Nacional

GND - 1

Modalidade de Aplicação - 90

R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento.

CODIGO

1649-7

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00002

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 087/04	PAGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------	--------------------

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde - 36901 o seguinte subtítulo:

Suplementar:

36901 - Fundo Nacional de Saúde

10.846.1214.0808.0032 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Estruturação de Unidades de Atenção Básica - no Estado do Maranhão

GND - 4

Modalidade de Aplicação - 40

R\$ 5.000.000,00

Cancelar:

36901 - Fundo Nacional de Saúde

10.122.0750.2080.0001 - Administração da Unidade - Nacional

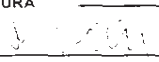
GND - 1

Modalidade de Aplicação - 90

R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento.

CODIGO 1649-7	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Pedro Novais	UF MA	PARTIDO PMDB
DATA	ASSINATURA 		

EMENDA - 00003

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 87/2004PAGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário", da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na seguinte funcional programática:
 - 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Caucaia - CE. Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):
 - 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Caucaia, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04

EMENDA - 00004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

nº 87/2004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário", da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:

- 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Choró - CE. Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

- 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Choró, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

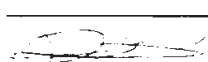
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04



EMENDA - 00005

EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 87/2004PAGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário", da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:

- 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Apuiarés - CE.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

- 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Apuiarés, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04

EMENDA - 00006

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 87/2004

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário”, da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:
- 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Canindé - CE. Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000.00 (quinhentos mil reais):
- 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Canindé, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CÓDIGO

ZÉ GERARDO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

CE

PARTIDO

PMDB

DATA

16/11/04

ASSINATURA

EMENDA - 00007

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 87/2004PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário”, da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:

- 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Eusébio - CE. Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):
- 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Eusébio, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04

EMENDA - 00008

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE
nº 87/2004

PAGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário", da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:

- 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Maranguape - CE.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000.00 (quinhentos mil reais):

- 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Maranguape, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04

EMENDA - 00009

EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 87/2004PAGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário", da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:

- 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Mombaça - CE.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

- 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Mombaça, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04

EMENDA - 00010

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 87/2004

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário”, da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:

- 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Morrinhos - CE.
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):
- 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Morrinhos, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04

EMENDA - 00011

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PL 087/2004-CN
Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
87, de 2004-CNPÁGINA
1 DE 1

TEXTO

- Inclua-se no Projeto "Funcionamento da Educação Profissional", da programação do Ministério da Educação (Unidade 26206), o crédito de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na seguinte funcional:
 - 12.363.1062.2992.0023 – Funcionamento da Educação Profissional no Estado do Ceará. Esfera:01; GND: 3; Modalidade de Aplicação: 90; Fonte: 112.
- Cancele-se no Projeto "Funcionamento da Educação Profissional" da programação do Ministério da Educação (Unidade 26213), o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) da seguinte funcional:
 - 12.363.1062.2992.0025 – Funcionamento da Educação Profissional – No Estado da Paraíba.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo complementar os recursos propostos no Orçamento Geral da União de 2004, com vistas ao funcionamento de cursos ministrados pelo CEFET – CE.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04

EMENDA - 00012

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 87, de 2004-CN	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	----------------------------------	------------------

TEXTO

- Inclua-se no Projeto "Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde", da programação do Ministério da Saúde (Unidade 36901), o crédito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na seguinte funcional:
 - 10.846.1216.0832.0134 Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada – Estado do Ceará.
Esfera:01; GND: 4; Modalidade de Aplicação: 40; Fonte: 100
- Cancele-se no Projeto "Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis", da programação do Ministério da Saúde (Unidade 36901), o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da seguinte funcional:
 - 09.272.0089.0181.0001 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo complementar os recursos propostos no Orçamento Geral da União de 2004, com vistas ao apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde no Estado do Ceará, em específico, os municípios abaixo (conforme os valores descritos):

Choró – R\$ 1.000.000,00
 Apuiarés - R\$ 1.000.000,00
 Canindé - R\$ 1.000.000,00
 Barreira – R\$ 1.000.000,00
 Eusébio – R\$ 1.000.000,00
 Maranguape – R\$ 1.000.000,00
 Mombaça – R\$ 1.000.000,00
 Morrinhos – R\$ 1.000.000,00
 Caucaia – R\$ 2.000.000,00

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ZÉ GERARDO	CE	PMDB
DATA	ASSINATURA		
16/11/04			

EMENDA - 00013

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PL 087/2004-CN
Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 87/2004PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário", da programação do Ministério da Agricultura (Unidade 22101), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:

- 20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado Público para comercialização de produtos agrícolas – Barreira - CE. Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):
- 28.846.0901.0022.0001 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado devida por empresas públicas e sociedades de economia mista - Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo viabilizar recursos financeiros no OGU 2004 para o município de Barreira, com vistas a construção do Mercado Público, o qual, proporcionará melhor estrutura para comercialização dos produtos agrícolas, que constitui uma importante fonte econômica para o município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

16/11/04

EMENDA - 00014

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE L
PLN Nº 087/2004 - CN

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE - AQUISIÇÃO DE UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ.

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 36901

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 10.122.0750.2000.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 500.000,00

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 36901

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 10.846.1214.0808.0706

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA EMENDA, AUMENTAR OS RECURSOS FINANCEIROS, PARA AUMENTAR A AJUDAR AS POPULAÇÕES CARENTES QUE SÃO ATENDIDAS DIARIAMENTE.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

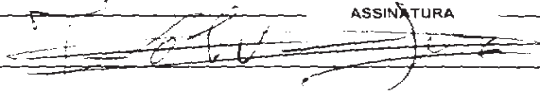
DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015**E **PL 087/2004-CN**
Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN Nº 087/2004 - CNPAGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - PRO MATRE, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ.

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 36901

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 10.122.0750.2000.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 500.000,00

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 36901

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 10.846.1216.0832.1032

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA EMENDA, AUMENTAR OS RECURSOS FINANCEIROS, PARA AUMENTAR A AJUDAR AS POPULAÇÕES CARENTES QUE SÃO ATENDIDAS DIARIAMENTE.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

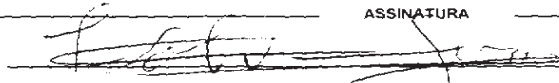
DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00016

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN Nº 087/2004 - CN

PAGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - NA SANTA CASA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ.

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 36901

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 10.122.0750.2000.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 500.000,00

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 36901

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 10.846.1216.0832.1028

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA EMENDA, AUMENTAR OS RECURSOS FINANCEIROS, PARA AUMENTAR A AJUDAR AS POPULAÇÕES CARENTES QUE SÃO ATENDIDAS DIARIAMENTE.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00017**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 087/2004-CN**

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 87/2004

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 36000 – Ministério da Saúde

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.846.1216.0832.1444 – Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Reforma do Hospital Geral de Fortaleza - CE

GND: 3; Fonte: 300; Valor: R\$ 6.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 36000 – Ministério da Saúde

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional

GND: 1; Fonte: 300; Valor: R\$ 6.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para execução das obras de reforma do Hospital Geral de Fortaleza, de fundamental importância para melhoria do sistema de atendimento a saúde da população daquele município e região.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

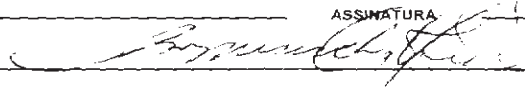
PARTIDO

PSDB

DATA

18/11/2004

ASSINATURA



EMENDA - 00018

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 87/2004

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 36000 – Ministério da Saúde

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.846.1214.0808.0584 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Estado do Ceará

GND: 4; Fonte: 300; Valor: R\$ 4.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 36000 – Ministério da Saúde

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional

GND: 1; Fonte: 300; Valor: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para melhoria do acesso e da qualidade dos serviços prestados aos usuários do SUS nas áreas de Atenção Básica, nos municípios de Aquiraz, Pindoretama, Fortim, Aracati, Icapui, Palhano, Itaiçaba, Iguatu, Aiuaba, Poranga, Ipueiras, Tianguá, Barroquinha e Euzébio, no estado do Ceará.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

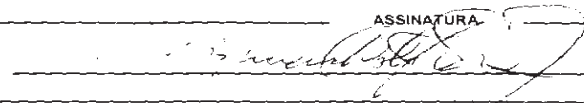
PARTIDO

PSDB

DATA

18/11/2004

ASSINATURA



EMENDA - 00019**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 087/2004-CN**

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 87/2004

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 36000 – Ministério da Saúde

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.846.1303.0818.0023 – Apoio a Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas – No Estado do Ceará

GND: 4; Fonte: 300; Valor: R\$ 4.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 36000 – Ministério da Saúde

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional

GND: 1; Fonte: 300; Valor: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para estruturação dos serviços de Atenção às Urgência e Emergências, possibilitando assim, pronto atendimento a população dos municípios de Aquiraz, Pindoretama, Fortim, Aracati, Icapuí, Palhano, Itaíçaba, Iguatu, Aiuaba, Poranga, Ipueiras, Tianguá, Barroquinha e Euzébio, no estado do Ceará.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

PARTIDO

PSDB

DATA

18/11/2004

ASSINATURA

EMENDA - 00020

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 87/2004

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 36000 – Ministério da Saúde

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.846.1216.0832.0134 – Apoio a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Estado do Ceará

GND: 4; Fonte: 300; Valor: R\$ 4.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 36000 – Ministério da Saúde

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Funcional Programática: 10.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional

GND: 1; Fonte: 300; Valor: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para melhoria do acesso e da qualidade dos serviços prestados aos usuários do SUS nas áreas de atenção especializada, nos municípios de Aquiraz, Pindoretama, Fortim, Aracati, Icapui, Palhano, Itaiçaba, Iguatu, Aiuaba, Poranga, Ipueiras, Tianguá, Barroquinha e Euzébio, no estado do Ceará.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

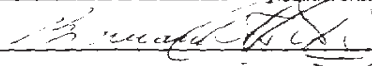
PARTIDO

PSDB

DATA

18/11/2004

ASSINATURA



EMENDA - 00021

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 087/2004-CN

Mensagem 211/04

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
Nº87, de 2004.PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Modificativa.

Incrementar à Funcional Programática **12 363 1062 2992 0011** "FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – NO ESTADO DE RONDÔNIA "o valor de R\$2.000.000 (Dois milhões de Reais), ESF F; GND 1; RP 1; MOD 90; IU 0; FONTE 312.

Cancelar, na Funcional Programática **12 364 1073 4009 0054** "FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, o valor de R\$2.000.000 (Dois milhões de Reais), ESF F; GND 1; RP 1; MOD 90; IU 0; FONTE 312.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem o objetivo de garantir recursos para o funcionamento da educação profissional no Estado de Rondônia, já que os recursos constantes do Orçamento da União a destinados esta ação foram irrisório e não atenderam as necessidades de garantir formação ao jovens que lhes possibilitassem qualificar para ingressar ao mercado de trabalho.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDUARDO VALVERDE

RO

PT

DATA

ASSINATURA

19/11/2004



PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 157 , DE 2004

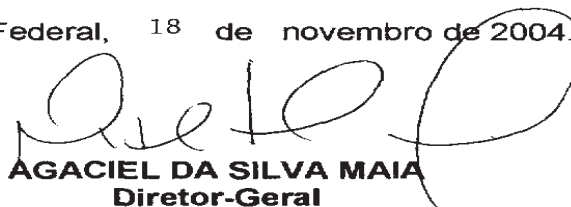
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2004 o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Técnica Especial instituída pela Portaria nº 23, de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implementar soluções de descontinuação para a plataforma Mainframe, da Secretaria Especial de Informática.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de novembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 158 , DE 2004

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor Marcelo Araújo Zogbhi, matrícula 32.545, para integrar como membro, a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 49, de 2004, do Diretor-Geral, incumbida de realizar o monitoramento do sistema hidrossanitário, elétrico e de ar condicionado, com vistas a atualização e racionalização do consumo de energia elétrica no âmbito do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1939 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015851/04-4,

RESOLVE designar o servidor **MARCELLO AUGUSTO C. VARELLA**, matrícula 4078, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria, a partir de 17 de novembro de 2004.

Senado Federal, 19 de novembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1940 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016115/04-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HENRIQUE OCTAVIO COSTA NAZARENO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Corregedoria.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.



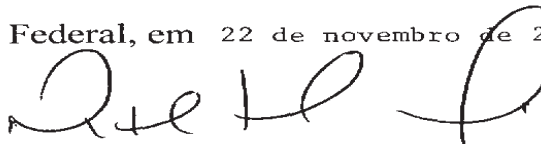
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1941 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016.149/04-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉ DA CONCEIÇÃO DA ROCHA BOTELHO**, matrícula n.º 33.284, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.

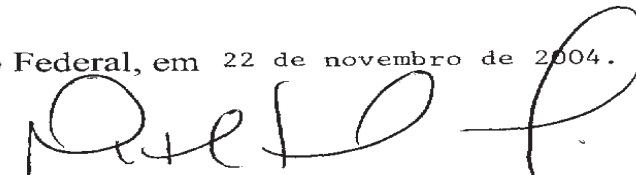

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1942 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015613/04-6**,

R E S O L V E exonerar **JANAÍNA CRISTINA DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 35789, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Magno Malta e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.

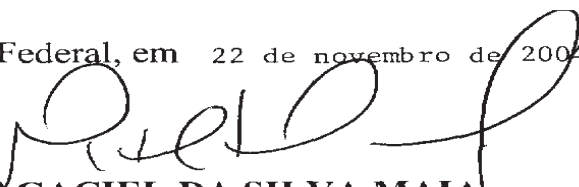

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1943 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015614/04-2**,

R E S O L V E exonerar **HAZENCLEVER LOPES CANÇADO**, matrícula n.º 32811, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PL e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.

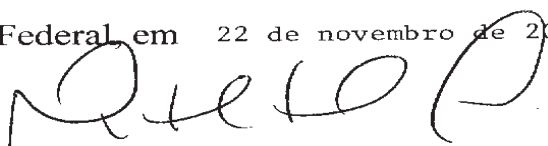

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1944 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016024/04-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADA LIZ CAVALHERO**, matrícula n.º 34591, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, a partir de 25/11/2004.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.

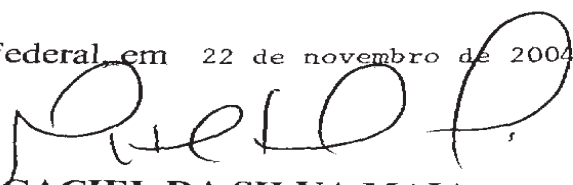

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1945 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016024/04-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLODOALDO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.

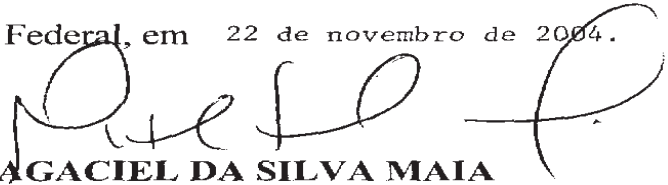

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1946 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016.147/04-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALDIR GOMES DE CASTRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.

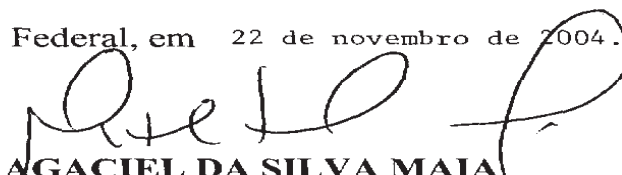

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1947 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016114/04-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALDENIR ASSIS DE ANDRADE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.

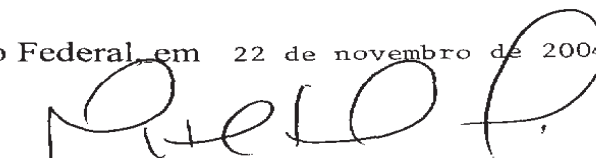

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1948 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016023/04-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HEITOR ÁTILA FERNANDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONVÊNIO Nº 0010/2004

(PROCESSO Nº 002.017/04-0).

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO BMC S.A., PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, BANCO BMC S.A., inscrito no CNPJ sob o n.º 07.207.996/0001-50, com sede na AV. das Nações Unidas n.º 12.995, 24º andar, Chácara Itaim – São Paulo – SP, CEP: 04.578-000, Tel: (11) 5091-6002, (61) 327-7790, Fax (61) 326-0515, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seu representante abaixo assinado, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 3.297, de 17 de dezembro de 1999 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e os Atos da Comissão Diretora do Senado Federal n.ºs 07, de 2001, e 25, de 2003, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único — A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 3.297/99.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência da **CONVENIADO**.

Parágrafo único— Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;
2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos dos Serviços de Pagamento de Pessoal e do Pagamento de Inativos, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e
3. proceder, mediante simples comunicação por escrito à **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência da **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do **SENADO FEDERAL** por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrado mensalmente a quantia de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por linha impressa no contracheque de cada servidor Proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações, conforme preceitua o art. 13 do Decreto n.º 3.297/99.

Parágrafo único – O **CONVENIADO** encaminhará à Primeira-Secretaria, mensalmente, a taxa de juros a ser praticada no mês subsequente, bem como as planilhas com simulações de valores de empréstimo e de prestação, inclusive as variações diárias decorrentes da data de obtenção do crédito.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão, formalmente cientificados, do que preceitua o art. 19 do Decreto n.º 3.297/99, quanto as responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 3.297/99, em sua conta-corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo primeiro - Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

Parágrafo segundo - As disposições acima descritas, aplicam-se automaticamente aos casos de sinistro envolvendo o falecimento do servidor, transferindo-se as obrigações de que trata esta cláusula ao respectivo espólio.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - a consignação relativa a amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 18 do Decreto n.º 3.297/99.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

2004

Parágrafo único - Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

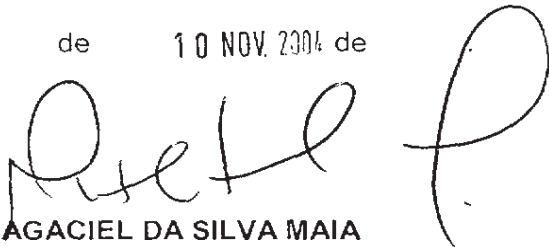
O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 07, de 2001, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 3.297, de 17 de dezembro de 1999 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

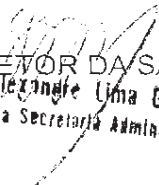
As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

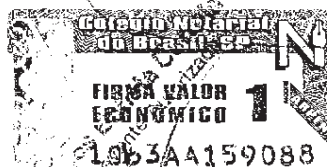
E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

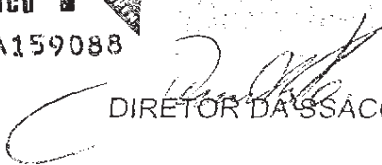
Brasília-DF, em de 10 NOV. 2004 de


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL


FRANCISCO JAIME NOGUEIRA PINHEIRO FILHO
BANCO BMC S.A.
CPF-MF nº 000.837.853-72
CI nº 21.883.500-0 - SSP/SP


DIRETOR DA SADM
José Alexandre Lima Gazdner
Insc. da Secretaria Administrativa




DIRETOR DA SSACCS

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE – Luiz Gonzaga da Silva Filho CAS – José Roberto Assumpção CCJ – Gildete Leite de Melo CE – Júlio Ricardo Borges Linhares CFC – José Francisco B. de Carvalho CI – Celso Antony Parente CRE – Maria Lúcia Ferreira de Mello CLP – Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 4605 Ramal: 4608 Ramal: 3972 Ramal: 4604 Ramal: 3935 Ramal: 4354 Ramal: 4777 Ramal: 1856
---------------------	---	--

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

** Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social*

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 142 PÁGINAS